

10

CENSURA AOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA DE BELO HORIZONTE, AOS ESPETÁCULOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS E AOS INTÉRPRETES

Coordenação: Maria Céres Pimenta Spínola Castro

Redação: Claudia Graça da Fonseca

Jaana Braz Rodrigues

Vanessa Padrão de Vasconcelos Paiva

Colaboradores: Celso Gomes Travassos

Emily Jaine Nunes Guimarães

José Alexandre Salles

Larissa Fernandes Ribeiro Assis



10.1 Introdução

A liberdade de imprensa foi assegurada aos brasileiros em 28 de agosto de 1821, assinada por D. Pedro I. Cento e cinquenta e um anos depois, precisamente no dia 6 de setembro de 1972, o decreto de D. Pedro foi censurado pelo Departamento de Polícia Federal, com a seguinte ordem a todos os jornais do País: “Está proibida a publicação do decreto de D. Pedro I, datado do século passado, abolindo a censura no Brasil. Também está proibido qualquer comentário a respeito”. A proibição de se referir, nos meios de comunicação de massa, ao ato de D. Pedro revela a orientação da Censura. Protegida pela própria censura, ela não hesitava em fazer proibições ridículas, segura de que elas não chegariam ao conhecimento público (SOARES, 1989).¹

Os direitos humanos de primeira geração (direitos civis e políticos) são aqueles cuja função é a garantia da pessoa frente ao poder do Estado. São chamados direitos negativos, porque, para serem efetivados, o Estado não deve invadir a esfera da autonomia e da liberdade do indivíduo. São exemplos de direitos de primeira geração: o direito à vida, à integridade física da pessoa, à propriedade; às liberdades de manifestação do pensamento, de opinião, de reunião, de imprensa e religiosa; os direitos de participação política, o direito ao voto e o direito de ser votado dentro de um regime democrático, além de muitos outros.

A censura aos meios de comunicação – jornais, revistas, emissoras de rádio e de televisão – ou aos espetáculos artísticos e culturais, aos intérpretes de tais espetáculos, configura uma ofensa aos direitos fundamentais dos cidadãos, pelo impedimento, seja ao conhecimento do que acontece na vida do País, seja pela impossibilidade de manifestação sobre tais acontecimentos.

Trata-se, pois, de uma ação em dois âmbitos: a censura que incide sobre questões políticas e a censura voltada para os “costumes”. De maneira ampla, pode-se dizer que, no período militar, a grande questão que provocou diferentes formas de censura foi aquela de natureza político-ideológica. As manifestações culturais e artísticas, ou seja, os “costumes”, que já eram censurados continuamente, tiveram, naquele período, o acréscimo de um olhar censor focado, também, no teor político desses espetáculos. Um exemplo disso são as músicas, as peças de teatro e tantas outras manifestações culturais censuradas.

É preciso assinalar que os eventos relatados incidem sobre a censura aos meios de comunicação ocorridos em Belo Horizonte, havendo também uma série de



fatos relativos à perseguição a jornalistas por motivos políticos. Entretanto, dados os limites para a investigação sobre este tema, optou-se por trabalhar tão somente os eventos censórios, sendo que aquelas perseguições devem ser investigadas em outra oportunidade, conforme recomendação apresentada.

Para uma definição inicial do termo “censura”, tomou-se como base o Dicionário da Língua Portuguesa, de Antônio HOUAISS (2011), definição recorrente em grande parte dos estudos sobre o tema:

a censura é o exame a que são submetidos trabalhos de cunho artístico ou informativo, [...] com base em critérios de caráter moral ou político, para decidir sobre a conveniência de serem ou não liberados para apresentação ou exibição ao público em geral.

Nessa primeira parte desta investigação, propõe-se identificar os principais acontecimentos registrados como atos de censura aos meios de comunicação, em Belo Horizonte. Inicialmente, havia a intenção de trabalhar com os veículos de comunicação – jornais, revistas, emissoras de rádio e de televisão – nas cidades polo de Minas Gerais. Entretanto, tendo em vista o fato de que as condições adequadas de pesquisa e investigação para uma tarefa deste porte só foram conseguidas a partir de janeiro de 2017, decidiu-se limitar o trabalho aos meios de comunicação de massa (MCM) de Belo Horizonte, incluindo-se aí as sucursais de veículos comunicacionais do Rio de Janeiro e de São Paulo instaladas na capital mineira.

Certamente, o primeiro passo para a realização desta tarefa foi procurar indicações e subsídios para o tratamento do tema na bibliografia relativa aos meios de comunicação de massa e ações da censura no período definido pela Comissão da Verdade em Minas Gerais - Covemg.

Ainda que os estudos sobre este tema sejam muitos e de muita qualidade e relevância para a compreensão de sua importância, do significado que esta medida trouxe para o escamoteamento das ações de repressão política no período da ditadura militar (1964-1985) e para a manutenção do sigilo político sobre as reações da sociedade contra o sistema político-militar prevaiente, verificou-se que os estudos sobre tais práticas em Minas Gerais foram muito poucos, como se verá à frente.

Entretanto, mesmo com estas dificuldades, procurou-se trabalhar as fontes bibliográficas, de forma a compreender como os meios de comunicação de massa



se organizavam na cidade e como eles se comportaram no período da ditadura militar, em relação às ações da censura do regime.

Além disso, buscou-se fazer pesquisas nos arquivos públicos de Belo Horizonte, procurando identificar, nos jornais e revistas publicadas no período e disponíveis naqueles arquivos, eventos, situações, notícias ou mesmo indicações da atuação da censura realizada no período. Dentre as fontes encontradas destaca-se um documento – reproduzido e analisado mais à frente – denominado “Manual de Instruções”, expedido pela Infantaria Divisionária da 4ª Região Militar (ID-4), indicando de forma definitiva os assuntos que não poderiam ser tratados nos meios de comunicação.

É preciso destacar a importância que, naquele período – 1964/1985 – os meios de comunicação de massa (veículos impressos, radiofônicos e televisivos) tinham para a informação aos cidadãos sobre os fatos e acontecimentos que apresentavam relevância e, muitas vezes, interferência significativa na sua vida cotidiana, mas que eram distanciados social e geograficamente do ambiente desta mesma vivência. Diferentemente do que acontece hoje, quando boa parte da sociedade se informa e se manifesta por meio das chamadas “redes sociais” surgidas a partir do desenvolvimento e da centralidade que o fenômeno da informação digital passou a ter no cotidiano da vida social. Assim, censurar os meios impressos, radiofônicos e televisivos, naquela época, significava, realmente, impedir que os cidadãos tivessem conhecimento de fatos, eventos, medidas que não interessavam à ditadura militar que fossem divulgados.² Assim, tomou-se o cuidado, na investigação realizada, de caracterizar os veículos de comunicação existentes em BH, indicando a sua importância para a difusão de informação sobre o cotidiano da vida social.

Após a pesquisa bibliográfica e documental, foram identificados profissionais de imprensa que atuaram naquela época e que poderiam relatar fatos e eventos censórios acontecidos em Belo Horizonte, o que foi feito por meio de Audiência Pública, realizada em 23/03/2017, e de oitivas individuais com jornalistas que tiveram papel destacado naquele período, em diferentes veículos de comunicação da cidade.

A segunda parte da investigação debruçou-se sobre a censura, em Belo Horizonte, aos espetáculos artísticos e culturais e aos intérpretes. Desde a década de 1940, já existia toda uma legislação a respeito, que se aplicava às diversões públicas e se referia aos preceitos da garantia “da moral e dos costumes”, com a promulgação do Decreto-Lei nº 1077, além das peças de teatro e filmes, os



programas de televisão e de rádio, livros e revistas passaram a ser censurados antes de serem divulgados.

Isso pode ser corroborado pelo fato de que os capítulos de novelas para a TV e o rádio passaram a ser censurados depois do decreto. Mas a censura prévia das diversões públicas sempre existiu, sendo inteiramente admitida pelo regime militar, que persistiu usando o formato instituído em 1946, apenas fazendo adaptações, como as que o Decreto-Lei nº 1.077 discriminava, isto é, o controle da TV (que não existia em 1946) e das revistas e livros que se multiplicavam na época abordando questões comportamentais (sexo, drogas, etc.) e que, na ótica que vigorava, afrontavam os “bons costumes”. O Decreto-lei falava em “publicações”, mas isso não incluía a censura de temas estritamente políticos nos órgãos de imprensa.³

Entretanto, como este processo de censura já foi bastante descrito na bibliografia pertinente, foi decidido que ele não seria investigado, mas seria apenas relatado conforme expresso na bibliografia. A investigação feita abordou tão somente os eventos ocorridos em espetáculos já liberados pela censura e que sofreram intervenções violentas durante sua execução, seja por agentes do Estado ou por grupos não identificados que agiam naquele período.

10.2 Censura à imprensa de Belo Horizonte

A censura não é um tema fácil de ser documentado, pois a marca que ela deixa na memória daqueles que viveram um período de exceção é a da ausência. O exercício da censura é o que impede que determinado fato, acontecimento, opinião ou ideia deixe de ser comunicado informado, debatido. De início, para realizar a documentação da censura política que aconteceu em Minas Gerais e violou o direito dos cidadãos mineiros de receberem informações e de se expressarem, surgiu uma situação que parece paradoxal: a de documentar a ausência. Como colher provas materiais de algo que não aconteceu? Ou seja, como documentar o trabalho jornalístico que deixou de ser realizado; a matéria que não foi publicada ou veiculada, o tema que não foi apresentado ou discutido?

A estratégia inicial foi a de buscar respostas na bibliografia e nos arquivos - públicos ou privados - tarefa que não se mostrou fácil. Existe uma bibliografia expressiva sobre a censura no período da ditadura militar no Brasil, mas ela trata



principalmente de jornais e emissoras de rádio e televisão de expressão nacional. Os estudos mais exaustivos sobre a questão se voltaram para a imprensa localizada no eixo Rio-São Paulo. A bibliografia que aborda os meios de comunicação no estado de Minas Gerais, no período, não se dedicou a estudar de forma específica a questão da censura nos veículos mineiros. Também é importante destacar que a Comissão Nacional da Verdade, cujo trabalho é referência importante, não tinha em sua estrutura um grupo de trabalho exclusivamente dedicado à temática da censura.

Uma segunda estratégia foi o recurso à memória dos profissionais de comunicação que militavam nos meios de comunicação mineiros, no período. As primeiras conversas exploratórias com alguns desses jornalistas foram marcadas pela imprecisão em relação à ação da censura nas principais redações. Naqueles contatos, os fatos narrados vieram acompanhados de considerações acerca do que foi chamado por esses jornalistas de “autocensura”. Quando pedida uma explicação sobre o que seria essa autocensura, as definições eram: poderia ser o cerceamento do trabalho do repórter/jornalista a partir do controle exercido dentro da hierarquia do veículo por editores, diretores e proprietários; poderia também ser o exercício da censura autoimposto pelo profissional que já havia incorporado à sua rotina o conhecimento de assuntos, personagens e até palavras que eram consideradas subversivas e que, portanto, estavam banidas das publicações de maneira bem-marcada e definida.

Os depoimentos iniciais deixaram entrever momentos distintos da atuação da censura nos jornais e emissoras de Minas, confirmando, assim, a periodização apontada nos estudos de autores como Kucinski (2002) ou Samways (2008). Nesse sentido, existiria uma primeira fase, menos organizada, que vai de 1964 até a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5)⁴, em 13/12/1968, data a partir da qual a censura a esses meios se institucionaliza. Para Kucinski (2002 p.534), a censura aos jornais, durante o período inicial da ditadura militar, era “aplicada de modo pontual e desprovida de regras claras”. Isso trazia para as empresas jornalísticas grande insegurança e, em especial, o medo dos prejuízos que a interferência no processo de produção do jornal ou mesmo o confisco de uma edição poderiam acarretar.

Nos primeiros anos da ditadura, a censura não foi tão rígida.⁵ É possível identificar filmes censurados, jornalistas presos, mas não se tratava de algo tão sistemático e a censura não possuía o poder que ganhou nos anos seguintes. Assim, nos quatro primeiros anos da ditadura militar, a censura buscava impedir que os veículos de comunicação divulgassem informações que comprometessem a ação do novo governo.



Para manter sua boa imagem e impedir que “influências negativas” chegassem à população era necessário aumentar o controle à imprensa [...], pois [isso] impedia que grande parte da população soubesse dos atos repressivos, autoritários e violentos por parte do governo.⁶

A partir da promulgação do AI-5, em 1968, pelo presidente Costa e Silva, instala-se o período mais contundente da repressão militar e intensifica-se a censura aos meios de comunicação e, não era incomum, a presença de censores nas redações. As pautas passavam pelo crivo da censura antes de serem publicadas, ficando as redações submetidas a inspeções periódicas. O órgão responsável por esse tipo de censura era a Comissão Nacional de Telecomunicações (CONTEL) que, criada pela Lei nº 4.117, de 1962, foi modificada pelo Decreto-Lei nº 236, de 1967. Esse órgão ficava sob a coordenação do Serviço Nacional de Informações (SNI) e do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS).

Segundo esses primeiros depoimentos, a censura em Minas se materializou, em alguns momentos, na presença de censores, civis ou militares, nas redações. Eles eram encarregados de ler o que seria publicado, sugerir modificações e proibir conteúdos, chegando, em última instância, a parar as máquinas de impressão e inutilizar o que já havia sido impresso, considerado polêmico ou contrário à ordem vigente. Também houve relatos de documentos, listas, bilhetes, telefonemas e “telegramazinhos” que traziam as proibições do dia e que chegavam às redações de alguma maneira, que não foi identificada.

Esses documentos, em sua maioria, não foram guardados e sua recuperação, como provas materiais do acontecido nas redações dos veículos de comunicação em Minas Gerais, mostrou-se tarefa árdua. Por um lado, verifica-se a imprecisão da memória, depois de tanto tempo transcorrido e, por outro lado, esses indícios materiais da ação da censura não se encontram disponíveis, em arquivos públicos ou pessoais. A preocupação em preservar a memória da censura deste período aconteceu somente *a posteriori*.

Em seu livro, “Veja sob Censura: 1968 a 1976”, Maria Fernanda Lopes conta que:

[...] muitos documentos censurados não foram colocados no arquivo do Dedoc. A preocupação em preservá-los ocorreu somente a partir de 20/02/1974, terminando com a ed. de 404, de 02/06/1976, a última que passou pelas mãos do censor. [...] Quanto às edições do período anterior (1968-73), somente duas matérias censuradas encontram-se no arquivo.⁷

No momento inicial da pesquisa, uma das poucas provas materiais a que se teve acesso foi o exemplar de uma entrevista com o ex-vice-presidente da República Pedro Aleixo, realizada pelo jornalista Carlos Lindenberg, que trabalhava na sucursal da Revista *Veja*, em Belo Horizonte. A entrevista, feita para as páginas amarelas da *Veja*, teve sua publicação proibida e seu exemplar com o carimbo do censor foi enviado pelo editor, Mino Carta, a uma pessoa que, recentemente, encaminhou-a ao jornalista em questão. Outra prova material desse tipo foi um exemplar da Revista *Circus*, com as páginas carimbadas pela censura.



Figura 1: Revista *Circus* de 1975, com carimbos da Censura Federal. Fonte: Arquivo Covemg

O trabalho de Flávio de Almeida “Jornais e Jornalistas mineiros: a censura a partir da vigência do AI5” é um dos poucos trabalhos acadêmicos que se dedica a examinar, especificamente, a questão da censura política aos meios de comunicação em Minas Gerais, no período da ditadura militar, de 1964 a 1985. Conforme o autor,

[a] censura política em São Paulo e no Rio de Janeiro decorrente do AI-5 vem sendo investigada desde o final dos anos 1970 e já conta com um conjunto de trabalhos densos sobre as complexas relações entre Estado e Imprensa durante o regime militar. Entretanto, há poucos estudos específicos sobre a censura à imprensa de Belo Horizonte, embora a elite mineira tenha sido uma das mais ativas apoiadoras do golpe militar de 1964, fornecendo também quadros políticos que ajudaram na sustentação do regime.⁸

Ainda segundo Almeida, existem trabalhos que abordam a imprensa mineira no período que interessa a este relatório, mas eles não analisam a questão da censura.⁹ Assim, a monografia de Almeida foi - ao lado da pesquisa documental realizada pela Comissão da Verdade em Minas Gerais – Covemg, na Hemeroteca da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, no Arquivo Público Mineiro



(APM) e no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH) - ponto de partida para este trabalho.

Nesse contexto, a Covemg estabeleceu que o levantamento de informações deveria ser feito a partir de três fontes básicas: bibliografia acadêmica ou jornalística; legislação, documentos e acervos pertinentes; e depoimentos com pessoas envolvidas. Após o estudo exploratório da bibliografia disponível, dos acervos documentais e, ainda, de contatos com profissionais da área, foi constituído um conjunto de evidências sobre eventos, nomes de profissionais e de veículos que teriam sofrido algum tipo de violação. De posse desses dados, foi possível caracterizar os veículos existentes no período de interesse da pesquisa e agrupar as ocorrências de violação dos direitos à informação e à opinião, além de identificar os profissionais envolvidos.

A pesquisa demonstrou que a censura durante o regime militar foi institucionalizada e exercida de forma cotidiana nas redações mineiras e que, para assegurar o conhecimento dos fatos e das violações acontecidas no período, seria necessário conhecer não apenas os acontecimentos isolados e comprová-los, mas também entender e reconstituir o modo de atuação da censura e a forma como ela impediu que o direito à informação e expressão dos jornalistas e de seus leitores e ouvintes fosse exercido plenamente.

A documentação de alguns acontecimentos - como a matéria censurada na Revista *Veja* e o exemplar carimbado da Revista *Circus* - é importante, mas não traduz, por si só, uma prática que se fez contínua e abrangente, durante longo período. Seria, portanto, mais esclarecedor investigar indícios de um *modus operandi* da censura no período, acerca do qual fosse possível recolher documentação e testemunhos. A tarefa de pesquisa não deveria se deter na comprovação de casos isolados, apesar de reconhecer a sua exemplaridade, mas se dedicar a conhecer e documentar esse *modus operandi*.

Dada a distância temporal e a precariedade das provas materiais, concluiu-se que a estratégia mais adequada seria privilegiar as provas testemunhais obtidas por meio de oitivas e de uma audiência pública realizada com jornalistas mineiros que vivenciaram o período da censura. Para realizá-las sem centrar as discussões em acontecimentos específicos, mas, sim, num modo mais geral de funcionamento, foram definidos quatro grupos temáticos capazes de propiciar uma discussão mais abrangente sobre os atos de violação ao direito de expressão e informação ocorridos, formados a partir de indícios de acontecimentos coletados nas fases iniciais da pesquisa:



a) O funcionamento ou o *modus operandi* da censura

Conforme relato de diferentes profissionais e estudiosos, a censura à mídia operou de diferentes formas, seja em relação aos veículos, seja em relação aos períodos da ditadura. A inclusão desse item pautou-se em algumas evidências, dentre as quais destacamos o envio do “Manual de Instruções” pela Infantaria Divisionária da 4ª Região Militar (ID-4)¹⁰, às redações dos órgãos de imprensa, com o objetivo de definir assuntos que não poderiam ser noticiados pela mídia.

Outra questão incluída refere-se à existência de encontros periódicos, em Minas Gerais, entre os dirigentes de jornais e a cúpula militar, nos quais eram discutidos assuntos ligados à proibição de temas na imprensa. Esses encontros são mencionados no trabalho de Almeida e também registrados no Jornal O Diário.¹¹

Para discussão dos itens referentes ao *modus operandi* da censura, foram convidados a participar de audiência pública, realizada pela Covemg, em março de 2017, os jornalistas Aloísio Morais, Carlos Lindenberg, Manoel Marcos Guimarães, Mírian Chrystus, Nilmário Miranda, Vilma Fazito e Washington Mello. Foram, ainda, realizadas oitivas com os jornalistas Fábio Martins, Dídimo Paiva, José Maria Rabelo e Guy de Almeida.

b) Eventos isolados

Nos depoimentos dos jornalistas, foram citados alguns eventos exemplares de censura e de violações dos direitos desses profissionais, que permitem ao leitor entrar em contato com o cotidiano vivido em tempos de exceção. Mais do que o conhecimento dos fatos, essas narrativas evocam um sentimento próprio de uma época, em que pairava no ar uma ameaça que tornava o exercício da profissão cheio de riscos.

c) O surgimento dos alternativos em Belo Horizonte: o Jornal Binômio e demais iniciativas, posteriores a 1964

Ações de violação aos direitos à informação e à opinião começaram a aparecer antes de 1964 e, mesmo nessa época, profissionais da mídia buscaram “driblar” essa situação, construindo “alternativas” aos jornais existentes, crian-



do, assim, uma nova concepção de imprensa, menos submetida aos interesses dos grupos políticos e econômicos. Para a Covemg, foi fundamental identificar a construção dessas alternativas como forma de resistência às ações de violação dos direitos à informação e à opinião - o que evidencia uma censura de natureza política, que ainda não estava configurada em leis e outros aparatos jurídico-legais, mas que já era exercida.

Dessa forma, a abordagem do tema buscou focar o modo como surgiram os jornais alternativos; que tipo de objetivo perseguia e que tipo de violações sofreram. Foram incluídos na audiência pública os depoimentos do jornalista Nilmário Miranda, para falar da experiência do Jornal dos Bairros; Aloísio Moraes e Mírian Chrystus, pela experiência do Jornal De Fato. Foi realizada uma oitiva com o jornalista José Maria Rabelo, responsável pela criação do Jornal Binômio. Neste grupo foram incluídas, também, as provas documentais sobre a censura à Revista *Circus*.

d) Suplemento Literário

O Suplemento Literário do Minas Gerais (Diário Oficial do Estado) foi abordado em um item à parte na pesquisa, por se tratar de uma experiência de relevância singular, com características próprias, que teve grande importância na formação de uma geração de literatos e artistas e que, no período da ditadura, sofreu com o afastamento de alguns de seus colaboradores.

A publicação sobreviveu às adversidades, tornando-se espaço de reunião e de divulgação do trabalho literário e artístico de jornalistas, escritores, poetas e artistas plásticos. Pelo menos em dois momentos de sua existência, o Suplemento sofreu a ação da censura: em 1973, teve uma edição "mutilada" pela censura e, em 1975, uma edição retirada das máquinas de impressão e impedida de circular. Este episódio provocou o pedido de demissão do jornalista Wander Pirolli, que então dirigia a publicação.

10.3 A Comunicação em Minas

É importante assinalar que esta pesquisa enfocou prioritariamente o jornalismo impresso, deixando de aprofundar em outras formas comunicativas de expressão,



também significativas no período, como o rádio e a televisão. Ocorre que a maioria das evidências de atos de censura aos MCM ocorridos em Minas, que aparecem na bibliografia e nos documentos estudados, refere-se ao exercício do jornalismo impresso. No entanto, independentemente dessa supremacia de dados, buscou-se uma contextualização ampla dos MCM em Belo Horizonte no período estudado.

A presença de censores nas sucursais, tanto da imprensa escrita quanto da radiofônica e televisiva, ocorre, em especial, a partir da década de 1970 e, ainda que de forma pouco aprofundada, também será registrada neste documento, apenas para indicar a necessidade de pesquisas posteriores.

Os impressos

Inicialmente, é importante assinalar a importância da imprensa escrita na configuração da sociedade mineira e sua presença em diferentes momentos da história, especialmente da história política. Dados mais gerais sobre a imprensa em Minas Gerais mostram características, tanto de cobertura quanto de alcance, prioritariamente regionalizadas. Os principais títulos circularam, sobretudo na capital, mas existiram jornais no interior de Minas com importância significativa para a região e mesmo para o estado.

A atividade jornalística em Minas Gerais, tardia em relação aos demais estados, ganhou algum incremento a partir da década de 1930, quando uma industrialização, ainda incipiente, amplia um pouco o mercado publicitário. A soberania do *Jornal Estado de Minas* (1928) é confrontada pelo aparecimento de novos impressos: *Folha de Minas* (1934), *Diário da Tarde* (1931), *Diário do Comércio* (1931), *O Debate* (1934), *O Diário* (1935) e o *Diário de Minas* (1949).¹²

No entanto, esse incremento não chega a ancorar uma imprensa mais moderna, com retornos econômicos significativos. Os veículos impressos de Minas Gerais são marcados

[...] pelo interesse partidário, panfletário, de debate ideológico, não apresentando ainda as características modernas da produção jornalística, na forma de uma atividade capaz de gerar retornos significativos ao investimento econômico.¹³

Mesmo nessas condições, a capital mineira consegue manter os jornais existentes e criar outros títulos, ampliando o parque gráfico e iniciando um processo



de modernização, ainda que precário, nas décadas de 1950 e 1960. Entretanto, é preciso ressaltar que muitas publicações significativas e com repercussão nacional não conseguiram sobreviver às crises dos anos 1960.

Durante a ditadura militar (1964 a 1985), aparecem outros títulos e a imprensa de Minas Gerais se concentra nos jornais da capital, nos jornais alternativos e nas sucursais dos grandes jornais e revistas do País. Uma das questões que se evidencia nas discussões sobre a imprensa mineira do período é a sua dependência da publicidade governamental. A escassez de verbas publicitárias vindas dos setores empresariais, bancários e de serviços mantinha os meios de comunicação atrelados aos governos e às empresas estatais.

No final da década de 1970, esse quadro se altera com o crescimento econômico, em especial o imobiliário, vivido na capital mineira, criando-se novas alternativas de financiamento. No entanto,

esse fato não foi capaz de anular ou neutralizar a subordinação da imprensa mineira aos interesses políticos dominantes, do Estado, produzidos pela convergência entre os interesses do regime militar e as necessidades de crescimento e expansão das empresas de comunicação existentes.¹⁴

Nessa fase, assiste-se, a um só tempo, à modernização da imprensa e seu atrelamento a um modelo que se pretende objetivo, factual, orientado por um novo estilo jornalístico. A necessária modernização tecnológica e a falta de condições de implementá-la tiram grande parte dos periódicos do estado de circulação e abrem espaço para a absorção de uma imprensa que se pretendia nacional. Jornais tradicionais do Rio de Janeiro e de São Paulo alcançam outros estados e criam sucursais, permitindo a disputa de fatias significativas da publicidade.

[...] numa estratégia empresarial bem-sucedida, as sucursais desempenham um importante papel na consolidação das agências noticiosas vinculadas àqueles diários e que passam a fornecer aos veículos locais, com menor custo e maior agilidade, informações dos fatos ocorridos nos diversos pontos do território nacional.¹⁵

A presença das sucursais (jornais e revistas) na capital mineira altera as características do fazer jornalístico local, tornando-o mais moderno e, ao mesmo tempo, dificultando o crescimento das publicações locais.



Entre as revistas semanais existentes em Belo Horizonte, destaca-se a *Alterosa* (1939-1964), que passou por dois períodos distintos: inicialmente foi uma revista feminina e, posteriormente, um periódico com características informativas, mas de interesse político do grupo de Magalhães Pinto, objetivando lançar sua candidatura à presidência da República.¹⁶ O golpe militar de 1964 inviabiliza essa possibilidade, e a publicação deixa de existir.

Depois de 1964, as revistas informativas também inauguram uma nova forma de jornalismo, mais abrangente e de âmbito nacional. A *Revista Veja*, da Editora Abril, uma das primeiras a circular nacionalmente, teve sua primeira edição em 11/09/1968 e, já no final desse ano, a edição de nº 15 (dezembro de 1968) foi recolhida das bancas por agentes do regime. A partir de então, todas as edições eram submetidas ao crivo da censura¹⁷, sendo muitos de seus textos cortados ou mutilados - o que exigia substituições ou utilização de outros recursos que pudessem sinalizar aos leitores que, ali, algo havia sido cortado.

Ainda dentro dos periódicos/imprensa escrita, é importante analisar o papel desempenhado pela imprensa alternativa. Esta apresentou diferentes características durante o período militar e seus projetos e motivações variavam, mantendo, como ponto comum, o protagonismo da articulação com a sociedade civil. Em Belo Horizonte, destacam-se algumas experiências - a primeira delas anterior a 1964 (*O Binômio*) e duas outras, da década de 1970 (*De Fato* e *Jornal dos Bairros*) - todas de grande importância no cenário da imprensa:

A rigor essas experiências significaram mais: representaram para muitos de seus participantes e para uma boa parte de seus leitores um espaço de participação com algum grau de autonomia e, certamente, uma possibilidade de crítica aos mecanismos de repressão, à própria sociedade e às suas normas e regras autoritárias.¹⁸

O Rádio

Outro veículo de comunicação que, desde seu início, teve uma presença muito grande na vida política do País é o Rádio. A primeira transmissão radiofônica ocorreu em 1922, com a transmissão de um discurso do então presidente do Brasil Epitácio Pessoa. Em 1923, é inaugurada a primeira emissora, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. No entanto, o rádio começa a ganhar espaço somente em 1932, quando Getúlio Vargas autoriza sua utilização como veículo de publicidade.¹⁹ Isso atrai recursos para as emissoras, o que determina grandes mudanças no veículo. Primeiro, os setores econômicos descobrem o potencial do rádio e, logo, a classe política encontra ali um aliado na divulgação de ideias.



O jornalismo no rádio ganha espaço significativo, pois, ainda na década de 1940, é editado o Repórter Esso, pela Rádio Nacional, que ficou no ar por 27 anos. A utilização que Getúlio Vargas fez do rádio é bem conhecida.²⁰ Juscelino Kubitschek foi outro presidente que utilizou bastante o veículo. Leonel Brizola criou a Rede Radiofônica da Legalidade em agosto de 1961 com o objetivo de fazer chegar aos diferentes cantos do País a defesa dos princípios democráticos então ameaçados. Rubens Paiva também fez uso do veículo para tentar mobilizar a população contra o golpe de 1964. De seu lado, os governos militares souberam, também, utilizar o rádio, aproveitando sua grande penetração, para fazer propagandas ufanistas.²¹

Grande parte das emissoras de Rádio e os demais veículos de comunicação em todo o Brasil vivenciaram uma duplicidade de papéis. Em muitos momentos, criaram e ocuparam espaços de combate à ditadura, quando se tornavam foco da censura e, em outros momentos, apoiaram e abriram espaço de defesa para a consolidação do golpe militar. Emissoras de Rádio enfrentaram a censura dentro das redações e até mesmo o corte de microfones durante a apresentação dos programas.

Durante o regime militar a capacidade de comunicação do rádio tornou-se assunto de suma importância e a mídia sofreu por causa disso. A primeira vítima do regime foi a Mayrink Veiga, que ficou fora do ar por três semanas. Durante esse período todos os funcionários foram investigados por um Inquérito Policial Militar. Quando voltou à operação normal, a rádio mudou sua postura política, tendo a volta de Carlos Lacerda, agora para defender o regime militar.²²

O Movimento de Educação de Base (MEB), lançado em 1960, pela Igreja Católica, usava o rádio como seu principal veículo, tendo conseguido atingir quase todo o País. Chegou a contar com 25 emissoras e 54 sistemas de retransmissão, antes de 1964. Em 1965, o governo militar tirou todo o apoio ao MEB, fechando a maioria das emissoras educativas.²³

Em Minas Gerais, a primeira emissora de rádio (Rádio Mineira) surge de forma experimental, em 1925, utilizando-se da estação da Repartição Geral dos Telégrafos, da Rede Mineira de Viação, e, só em 1931, a Associação Rádio Mineira vai ao ar oficialmente.²⁴ Em 1940, a Rádio Mineira foi incorporada ao grupo dos Diários Associados, onde viveu a sua plenitude no período de 1965 a 1969.²⁵ Cinco anos mais tarde, surgem mais duas emissoras: a Guarani (10/08/1936) e a Inconfidência (03/09/1936).



A importância das emissoras de rádio nos diferentes momentos do País é inquestionável. No entanto, sua história ainda precisa ser contada. A ausência de dados é grande, mas certamente é possível encontrar um fio condutor em narrativas como a que se transcreve a seguir:

Quando as rádios silenciavam, diante das tropas militares que tomaram o poder, quando apenas um ou dois jornais eram capazes de gritar contra o arbítrio, quando as tevês se tornaram subservientes, o que Januário permitiu fazer [...] é algo próprio de quem ama a liberdade e seu país, acima de tudo. [...] Fazíamos à época o Jornal das 12 [...]. Diariamente um jovem musculoso vinha buscar os originais [...] jogava com brutalidade e ruído os originais do dia anterior no balcão. Literalmente riscados de vermelho, eram o grito da desaprovação.²⁶

Televisão

Outro veículo que compõe o conjunto dos MCM, a televisão, nascida no Brasil em 1950, também enfrenta os arbítrios de um Estado repressor, instaurado em 1964. Inaugurado com a TV Tupi, de São Paulo, comandada pelo grupo Associados, o novo veículo busca no rádio as condições iniciais para seu funcionamento. Muitos radialistas transferiram-se para a televisão. O ritmo foi rápido; tanto que, na metade da década de 1960, o Brasil já possuía 34 estações de TV, pautadas em um modelo comercial bastante acentuado.²⁷

Sobre o surgimento da televisão em Belo Horizonte, o jornalista Assis Chateaubriand obteve do presidente Eurico Gaspar Dutra, em 1951, a concessão para uma emissora na capital mineira, a qual só entrou no ar em 1955. Essa demora já apontava para questões políticas. Oliveira Vaz²⁸ alega que a dificuldade teria sido a oposição ao segundo governo Vargas (1951-1954), feita pelas Emissoras Associadas.

Também em relação à televisão, Minas Gerais apresenta comportamento semelhante àquele relativo a outras mídias. Apesar de ser a terceira emissora implantada no Brasil, o regionalismo que marcou o jornalismo impresso também esteve presente na TV Itacolomi. A propalada “desconfiança do mineiro” frente ao avanço tecnológico que o novo meio apresentava foi bastante evocada.

Em Minas Gerais, o surgimento da televisão coincide com um momento no qual a modernização da cidade de Belo Horizonte era a grande meta:

Belo Horizonte entrou na era da arquitetura moderna no momento em que o então prefeito Juscelino Kubitschek convidou Oscar Niemeyer para projetar o conjunto arquitetônico



da Pampulha. Chegar à modernidade se tornou possível a partir dos anos 50. A cidade ganhou ares de metrópole e fervilhou em torno das mesas dos bares e restaurantes. [...] Foi também nesse período que a cidade parou diante do fascínio causado pelas imagens da televisão. Em novembro de 55 foi anunciada a inauguração da TV Itacolomi.²⁹

Por suas características tecnológicas, o novo veículo permanece, por algum tempo, com acesso restrito aos grupos sociais de maior poder aquisitivo e cultural.³⁰

10.4 O modus operandi da censura em Minas

Para trabalhar o modo de funcionamento da censura em Minas Gerais, foi examinado o documento produzido pela Infantaria Divisionária da 4ª Região Militar (ID-4), sediada em Minas, uma espécie de tradução/regulamentação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) para os censores mineiros. O documento ficou conhecido como “Manual de Instruções do ID-4” e encontra-se na coleção de documentos do DOPS, no Arquivo Público Mineiro³¹. É preciso lembrar que esse Manual não inicia a ação da censura nas redações de Belo Horizonte, mas constitui um marco, à medida que disciplina e informa a ação dos censores a partir daquele momento.

A finalidade do documento, datado de 16/12/1968 (3 dias após a publicação do AI-5), está descrita logo no seu início: “reformular normas e orientações para a execução da Censura na área do ID-4”. Assinado pelo general Álvaro Cardoso, comandante da unidade militar, e pelo coronel Gentil Marcondes Filho, chefe do Estado Maior de Coordenação, o documento explicita os objetivos da censura:

A - Obter da Imprensa total respeito à Revolução de Março de 64, que é irreversível e visa à consolidação da Democracia.

B - Evitar a publicação de notícias tendenciosas, vagas ou falsas.

A lista das proibições vinha organizada em três campos temáticos: político, econômico e psicossocial. À citação de cada um destes campos seguiam-se instruções que chamavam a atenção dos censores para as restrições. No campo político, eram proibidas notícias que promovessem a “luta de classes” ou a “desmoralização do governo ou das instituições”; que dessem voz “aos casados”; que abalasses a “confiança no governo” ou que comprometessem



a “imagem democrática do País no exterior”. No campo econômico, as restrições diziam respeito às informações que pudessem “tumultuar” essa área ou “comprometer a imagem econômica” do Brasil. No campo psicossocial, eram enumeradas restrições às notícias que pudessem provocar a “desarmonia entre as Forças Armadas” e os demais poderes e instituições; que divulgassem prisões ou atos de censura, sem que fossem fornecidas ou autorizadas por fontes oficiais, ou, ainda, que relatassem atividades estudantis de natureza política.

Feitas as definições acerca do conteúdo, nas páginas seguintes do documento eram descritos os encargos do censor, que deveria ler atentamente todas as seções das publicações impressas, inclusive aquelas “sem importância aparente”, como horóscopos e palavras cruzadas. Recomendava especial atenção à primeira página e às manchetes. Também recomendava que se procedesse à leitura atenta do conteúdo de todas as páginas, que se prestasse atenção aos aspectos gráficos e à diagramação, bem como às fotografias e às suas legendas. Em suma, o censor deveria examinar atentamente a publicação, em seus mínimos detalhes, antes de liberá-la para impressão, que deveria ser comunicada com antecedência ao ID-4. Nada podia ser distribuído sem a liberação do censor, que executaria uma última inspeção no material já impresso para “verificar se houve adulteração do texto”. Os materiais impressos “estranhos à empresa” também mereciam o crivo do censor.

Os itens seguintes referiam-se à chamada “imprensa falada”. O censor precisava solicitar “duas vias do noticiário” para realizar o seu trabalho. Recebidas as cópias, ele acompanhava a emissão radiofônica e, caso os textos fossem adulterados, “contrariando as normas, o censor dever[ia] desligar a chave-geral, tirando a estação do ar”. O mesmo procedimento era prescrito para as emissoras televisivas. O documento ainda prescrevia normas para o trabalho com as agências internacionais e de comunicação.

Os itens finais diziam respeito às sanções e à necessidade de funcionamento do serviço de censura aos meios de comunicação “24 horas por dia” e forneciam contatos e números de telefone de autoridades e serviços aos quais o censor deveria se reportar. Uma prescrição final: “os censores devem estimular a publicação de matérias de interesse público”.

Além deste Manual de Instruções, sabe-se, conforme citado anteriormente, que existiram encontros periódicos, em Minas Gerais, entre os dirigentes de jornais e a cúpula militar. Relatos dos entrevistados³² por Almeida, somados a, pelo menos, um registro feito por um jornal belo-horizontino, confirmam que unidades

militares baseadas na capital mineira abrigaram encontros do gênero. Em sua edição de 14/12/1968, O Diário, da Arquidiocese de Belo Horizonte, informava, em Nota de primeira página, que o presidente do Jornal, Wilson Chaves, estivera na sede do ID-4, junto com dirigentes de órgãos de imprensa da capital mineira, para tomar “conhecimento das recomendações relativas à publicação e circulação dos veículos de divulgação em nosso Estado.”

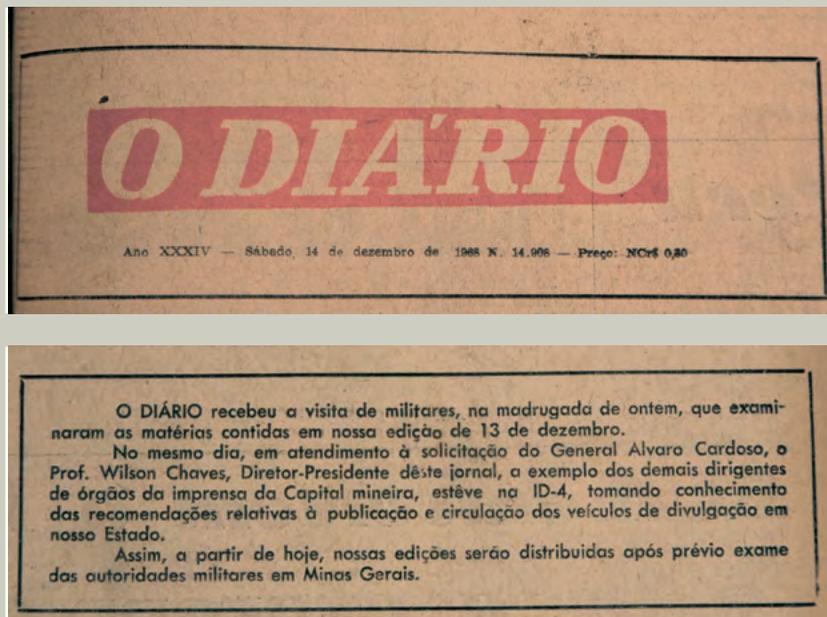


Figura 2: Nota informativa publicada no O Diário, em 14/12/1968. Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa (Arquivo Covemg)

Diversos jornalistas que participaram das reuniões com militares deram seu depoimento a Flávio de Almeida. Entre eles, se encontrava Manoel Hygino, diretor de redação e assistente da diretoria de O Diário:

As reuniões de que Hygino participava eram, segundo ele, comandadas pelo general Octávio de Medeiros, à época chefe do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) e que mais tarde comandaria o Serviço Nacional de Informações (SNI). Apesar da atmosfera pesada, o jornalista diz não se recordar de conflitos entre os dirigentes de jornais e os militares - a não ser questionamentos tímidos. Quando se proibia algum tipo de notícia, alguém perguntava: ‘Mas por quê?’ ‘E até que ponto nós podíamos dizer isso?’ ‘Como dizer?’³³

Dessa maneira, estabelecia-se uma relação de controle das publicações por parte dos militares, que incidia diretamente na rotina das redações. A chamada



censura prévia existiu durante um tempo que não foi determinado nos depoimentos coletados pela Covemg. Almeida trata dessa imprecisão, demonstrando o conflito de datas e duração da presença dos censores nas redações:

Com os elementos levantados nas entrevistas, seria arriscado precisar o tempo de permanência dos censores do exército nas redações de Belo Horizonte. Luiz Fernando Perez, que trabalhava na TV Itacolomi, dos Diários Associados, e na sucursal de O Estado de São Paulo, no final da década de 1960, afirma que eles frequentaram as redações durante cerca de seis meses. Manoel Hygino, de O Diário, fala em dois anos após a deflagração do AI-5. Mesmo entre profissionais dos Diários Associados, essa percepção é discrepante. Enquanto Washington Mello, ex-repórter do vespertino Diário da Tarde, estima em cerca de um ano, Roberto Elísio, do coirmão do Estado de Minas, acredita que o trabalho presencial do censor – coronel do Exército, frisa ele – não durou mais do que uma semana.³⁴

É difícil, portanto, determinar essa duração, pela falta de documentos e pela imprecisão da memória dos entrevistados. Os documentos - neste caso o Manual de Instruções do ID4 e a Nota publicada em O Diário, em 14/12/1968 - confirmam a institucionalização do trabalho da censura nas redações a partir de 1968, mas não autorizam a dizer o que aconteceu antes, e nem a duração dessa presença. Os depoimentos coletados falam de um convívio cotidiano com os censores e confirmam que o Manual inaugurou uma forma de trabalho mais contínua. Relatam também variações na forma dessa atuação, sem, no entanto, permitir uma periodização exata_ o que exigirá, no futuro, uma pesquisa mais aprofundada.

À imprecisão, causada pela distância temporal dos acontecimentos, soma-se um distanciamento que havia entre jornalistas e censores nos primeiros momentos, como demonstra o testemunho de Carlos Lindenberg:³⁵

Nessa época, eu trabalhava no Estado de Minas e, (trecho incompreensível), no início da censura (trecho incompreensível) eram oficiais do Exército ou da Polícia Militar, me parece mais que eram do Exército. Eles se sentavam na redação e todo o material que era produzido no Jornal, principalmente na área de política e de economia, mas tinham também coisas da área de polícia e etc. Esse material era submetido à apreciação e à censura desses oficiais que ficavam, aparentemente, à paisana dentro da redação. E aquilo que eles consideravam que era inadequado, proibido, ou o que seja, ou até que não era do gosto pessoal deles, eles vetavam, ou totalmente ou em parte, mas era época da censura prévia.



No mesmo sentido, Manoel Guimarães³⁶ afirma:

Parece que, eu não presenciei isso, porque eu trabalho mais os relatos, que nos jornais, pelo menos no Estado de Minas, havia um censor que passava no fim do dia para olhar, para saber o que estava publicando, etc.

O distanciamento permite um olhar mais crítico, que leva os jornalistas a avaliarem, *a posteriori*, essa presença:

E uma coisa interessante é que os censores, num determinado momento, e eles estavam presentes nas redações, alguns muito conscientes da sua autoridade e do autoritarismo que (trecho incompreensível), outros assim mais já cansados de uma vida policalesca e receber essa missão como mais uma da vida e aqueles que achavam que iam salvar o Brasil proibindo pelo noticiário. Mas nós tivemos neles fontes de muitas informações.³⁷

Se, no período inicial, os censores eram mais distantes e os jornalistas tinham consciência da sua presença, mas não os identificavam, ao longo do tempo, com a institucionalização da censura, alguns deles se tornaram presença mais constante. O chefe do Serviço de Censura às Diversões Públicas (SCDP) da Polícia Federal em Minas Gerais, o censor Leopoldo Portela, é um desses profissionais, cuja presença nas redações era cotidiana e acabou por estabelecer um convívio nas redações, que foi definido como tranquilo e respeitoso por vários profissionais.

Segundo o próprio Portela,³⁸ ele chefiava o SCDP em Minas e, a partir da promulgação do AI-5, a censura se tornou política, cabendo a ele e aos demais censores trabalhar junto aos veículos de informação. Portela conta que “autoridades superiores” telefonavam, dizendo que uma determinada matéria não poderia ser publicada. Ele e os outros censores, então, iniciavam uma ronda pelas redações para evitar a publicação do assunto proibido. Chegavam a sair de madrugada das redações, para impedir uma publicação que tivesse sido proibida. Segundo Portela, caso os jornais se recusassem a cumprir a determinação dos censores, a edição poderia ser apreendida e as empresas teriam de arcar com os prejuízos.

Ao longo do período, a ação da censura foi se transformando e, de acordo com os depoimentos, as proibições chegavam às redações na forma de listas, bilhetes, telegramas e telefonemas:



Eu lembro que a sala dos revisores tinha um quadro de aviso e ali, todo dia, era pregado o aviso da Polícia Federal, enumerando ali os assuntos proibidos do dia, e ficava ali na revisão uma cópia justamente para os revisores ficarem de olho e não deixar nada passar debaixo da perna. Mas a gente tentava driblar isso, como a Miriam falou, tentava driblar e tal, depois eu acabei sendo contratado lá no Jornal de Minas, eu passei a ser um incômodo lá dentro da redação, e me desceram pra oficina, então eu fui, como o Washington foi, secretário de oficina, que era a pessoa que dava o ok das páginas todas, catava os erros, possíveis problemas. E ali também eu pude viver e ver como é que a censura atuava, porque, de repente, uma manchete era trocada, o jornal era na época do chumbo ainda, era impresso em chumbo, o estanho e o chumbo. Então volta e meia tinha que mudar título, tinha que mudar manchete, o cara vinha uma ordem de cima para mexer ali.³⁹

Nas sucursais, a censura não era explícita e os jornalistas sabiam que alguns assuntos eram censurados na sede do Jornal, sem que isso fosse comunicado diretamente, como exemplifica o depoimento de Manoel Guimarães, na Audiência Pública sobre Censura aos Meios de Comunicação realizada pela COVEMG, em 23 de março de 2017:

Mas, particularmente, eu cobria, na sucursal do Estadão, eu cobria o que a gente chama de Editoria Geral, a sucursal tinha poucos repórteres e a minha parte era saúde, educação, cultura. E um dos episódios de uma das coberturas que eu fiz e foi censurada, eu estou relatando isso para vocês terem uma ideia de como era sem nexos a censura, foi a primeira epidemia de meningite que teve no Brasil, né? Noticiar os casos de meningite passou a ser censurado. Era tido como uma... passou a ser tido como uma capa de segurança nacional, você revelar para o País que havia uma epidemia de meningite, né? Então a gente fazia a cobertura normalmente, as matérias iam, mas não saía nada, durante um vasto período o Estadão não podia publicar. Em outros jornais até saía alguma coisa, mas no Estadão não saía nada a respeito dos casos de meningite.

Em relação às emissoras de rádio e televisão, havia alguma diferença. O Decreto-Lei nº 236, de 28/02/1967, estabelecia que toda irradiação deveria ser gravada e mantida em arquivo nas 24 horas subsequentes ao fechamento dos trabalhos da emissora. O radialista Fábio Martins, em seu depoimento, lembra que a programação das rádios e televisões era gravada integralmente e aquilo criava um clima de apreensão:



Inicialmente eles, depois de 64, colocaram em cada redação um gravador, obrigatório, de fita, e esse gravador gravava toda a programação. A programação, no momento em que a rádio abrisse, até no momento que a rádio fechasse. Essa fita era mantida pela rádio, ela era obrigatoriamente mantida pela rádio. A rádio que não fizesse isso estaria infringindo as normas e a legislação que eles fizeram. Muito bem, então toda emissora estava já sob censura na medida em que as gravações eram documentos guardados pela emissora e depois recolhidos, essas gravações eram recolhidas pelo governo. Estabeleceu-se então o pânico, porque veja bem, você sabendo que a sua fala está sendo gravada para fins de censura, para fins de que “o que você anda falando aí?”⁴⁰

Em seguida, ele narra também a presença dos censores:

Muito bem, a coisa foi andando dessa maneira e até que a censura um dia chegou dentro das redações com as pessoas físicas, com os militares. Os militares ficavam, eram pessoas de nível de graduação boa, o oficial que ia para a emissora e sentava na mesa do censor, e a ele eram entregues as cópias de todos os jornais, de toda a programação. Muito bem, isso permaneceu algum tempo. Esse incômodo da presença do censor nas emissoras, em todas as emissoras de rádio e televisão. Quando a censura, a coisa ficava mais séria para o governo, o governo apertava na censura também. Quer dizer, a cada movimento social que se dava o governo mais infligia sua força de censura e de observação. Certa vez foi proibido comentar o que era proibido.

Ao longo do tempo, as proibições se solidificaram e a censura era exercida sem a presença de censores ou listas. Nos relatos dos jornalistas, aparece a consciência de que alguns temas eram proibidos e era preciso construir formas de exercer o jornalismo, sem confrontar diretamente as proibições. Vilma Fazito também usa o termo “driblar” e fala em criatividade para conviver com a censura exercida pela própria emissora:

Bom, voltando à minha participação na TV Globo, foram tempos difíceis. Quando entrei na emissora, os ditos censores da Polícia Federal já não mais estavam na redação, lendo textos, escutando entrevistas, e cortando o que bem entendiam. Quando não exigiam que aquele assunto não devesse ser tratado. Segundo os meus colegas de redação, os censores não tinham noção do que estavam fazendo, e trechos de reportagens eram cortados, simplesmente



porque o sujeito não entendia o que ele lia. Isso é verdade, viu gente? Verdade mesmo. Com a saída dos censores, os colegas jornalistas passaram a conviver com a autocensura, que já foi dita aqui pelos colegas, talvez pior que a própria censura. As ordens de não divulgar essa ou aquela matéria tem um destino, no Rio de Janeiro, onde Alice Maria e Armando Nogueira davam as ordens expedidas pelo velho Roberto. Nos (trecho incompreensível) anos 1970, não podíamos utilizar as palavras greve, deveria ser substituída por paralisação. Anistia? Nem pensar, mas a gente podia usar o termo “perdão”. Vê se pode, gente? Ditadura? Nem pensar. E aí a gente ia driblando a nossa autocensura e a censura do regime, via emissora, procurando usar a criatividade, mas nem sempre dava certo.⁴¹

Outra questão que surgiu nos depoimentos refere-se aos exageros das proibições:

Era uma coisa difícil fazer noticiário político. Não se sabia o que era, o quê que pode ofender esses militares que tomaram o poder? O quê que pode ofender o golpe? Ah, pois é. Por exemplo: “falar que o feijão aumentou no mercado, eu visitei hoje o mercado, fui comprar feijão, o preço do feijão aumentou, o arroz aumentou.” Em um determinado momento, um censor me chamou e falou assim: “Olha, o senhor não pode ficar falando que houve aumento de preço de arroz, de feijão, de batata. Porque isso...”, “Mas por que não pode?” “Porque isso é ofensivo à segurança nacional”. Eu falei: “Mas é real, está lá a tabela”, “Ah, então eu vou telefonar aqui para o meu superior para saber se pode divulgar as tabelas de aumento de preço de gêneros alimentícios”⁴²

Em meados da década de 1970, a ação da censura na imprensa dá sinais de enfraquecimento, com a diminuição da presença dos censores, das listas e dos telefonemas às redações. Os depoimentos sobre violações ao direito de informação e expressão nos anos finais da década deixam de se referir a uma ação oficial e institucionalizada da censura, para mencionar as tentativas dos jornalistas de ampliar a liberdade de exercício da profissão, ainda sob um clima de controle. Surgem vários focos de resistência: militância dentro das redações dos grandes veículos, criação de veículos independentes, ação sindical. Contra essa resistência, já não há uma ação clara e aberta do Estado e de seus agentes. Tanto o Sindicato dos Jornalistas, em um período de renovação, quanto vários dos veículos ditos alternativos e, ainda, diversas bancas de jornal sofreram atentados em 1978 e 1979.⁴³



10.5 Eventos isolados de censura e/ou violação dos direitos de informação e de expressão

Como dito anteriormente, o presente relatório não tem como objetivo investigar e comprovar atos censórios isolados, mas sim comprovar a presença da censura de forma cotidiana e abrangente nas redações dos mais importantes veículos da capital mineira no período da ditadura. No entanto, é importante destacar os depoimentos de jornalistas em relação a alguns eventos vividos no período. Dois deles - o episódio da censura à entrevista de Pedro Aleixo concedida a Carlos Lindenberg na Revista *Veja* e a censura à Revista *Circus* - possuem comprovação documental. O episódio da prisão de padres franceses em Belo Horizonte foi narrado por Carlos Lindenberg, analisado por Flávio Almeida⁴⁴ (2014) e noticiado por O Diário e seus concorrentes. Os demais episódios, relatados na Audiência Pública e em oitivas, deixam pistas que podem levar a sua comprovação futura.

Nesse contexto, passa-se a relatar a censura de entrevista com o ex-vice-presidente da República Pedro Aleixo, que seria publicada nas páginas amarelas de *Veja*. Pedro Aleixo, político mineiro, foi o vice-presidente impedido de assumir a presidência da República quando Artur da Costa e Silva foi afastado do cargo, por motivo de doença. Em seu lugar, ministros militares assumiram o comando da nação, por meio do Ato Institucional nº 12, de 31/08/1969. A entrevista realizada por Lindenberg⁴⁵ nunca foi publicada.

Mas na *Veja* eu tive uma experiência que eu gostaria também de narrar que foi uma... O Vice-presidente impedido de (trecho incompreensível) de assumir (trecho incompreensível) a Presidência da República, na doença do Costa e Silva. (Trecho incompreensível) [...] então se deu a tarefa de criar o PDR, Partido Democrata Republicano, e passou a se dedicar a isso. E eu que era... Tinha a sucursal da *Veja* aqui cuidava mais dessa área política, eu insistia em conversar com o Doutor Pedro Aleixo, fazer uma entrevista com ele nas páginas amarelas da *Veja*, que era lugar que todos nós queríamos frequentar: as páginas amarelas da *Veja* [...] toda semana ou quase toda semana eu ligava para o Doutor Pedro Aleixo, que morava perto do Colégio Estadual, e tentava marcar... Teve um dia que ele falou: "Não, pode vir cá, vamos conversar." Eu cheguei, eu lembro, o Doutor Pedro Aleixo estava adoentado, estava acabando de receber os vereadores de Mariana, terra dele, (trecho incompreensível) falei: "Doutor Pedro, é a nossa entrevista." "Vamos fazer." "Vamos. Você



sabe já, muito tempo procurando o senhor...” fiz a entrevista com ele e ele me disse que estava doente, com problema respiratório, eu fiquei meio penalizado com a figura ali, meio frágil já, (trecho incompreensível). Eu falei: “Doutor Pedro, eu trouxe aqui umas perguntas por escrito que eu vou fazer para o senhor, o senhor fica à vontade para respondê-las.” Aí ele me deu a seguinte resposta: “Meu filho, na minha casa eu estou sempre à vontade.” A partir daí eu fiquei à vontade, fiz a entrevista com o Pedro Aleixo e essa entrevista, está aqui, foi encaminhada à Revista Veja de São Paulo e ela não foi publicada, porque, como vou mostrar pra vocês aqui, ela está toda vetada, toda vetada. Essa matéria não foi publicada. Não tinha nada de excepcional, mas tinha algumas coisas que o censor lá da Veja, lá tinha censura prévia, o censor não deixou passar e a matéria foi vetada. Essa matéria chegou às minhas mãos, aliás, ela foi publicada no livro do Pedro Aleixo, ele diz ter ouvido do pai dele o Doutor Pedro Aleixo e ele publicou essa matéria que eu tenho certeza que estava, continua (trecho incompreensível). A Revista Veja depois fez uma matéria comemorativa dos 35 anos da Revista e usou essa matéria como exemplo da ação da censura prévia da Revista, e publicou essa matéria aqui. Então, são essas as minhas experiências com a censura, a censura prévia aqui no Estado de Minas e a censura através da Polícia Federal (trecho incompreensível) nesse caso o padre, a entrevista do Costa e Silva (trecho incompreensível) jornal, e essa da Revista Veja.

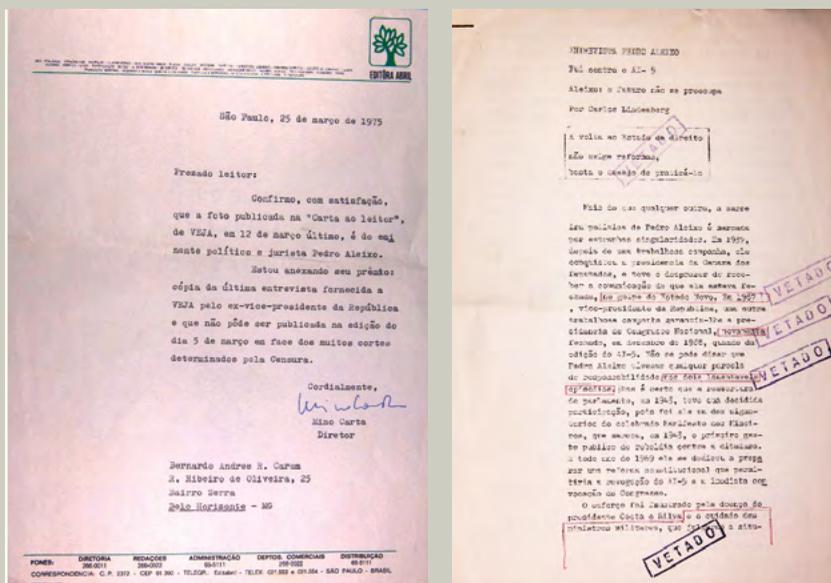


Figura 3 Carta do Editor Mino Carta e uma das páginas da entrevista censurada. Fonte: Arquivo do Jornalista Carlos Lindenberg



Outro episódio diz respeito à entrevista com o líder estudantil Athos Magno da Costa e Silva, de acordo com depoimento de Carlos Lindenberg:

Me lembro de um deles, foi uma matéria que eu fiz com o então presidente do DCE, se não engano, chamava-se Athos Magno da Costa e Silva, ele era presidente do DCE (trecho incompreensível). Estava instalado em Belo Horizonte um IPM, Inquérito Policial Militar, que era presidido pelo coronel Camarão, a gente chamava de IPM Camarão. E fizeram uma demanda, entrevistar o Athos (trecho incompreensível) fazer uma apreciação, enfim, sobre o IPM Camarão. Eu fiz a matéria, a matéria foi publicada e isso criou um problema, porque o coronel Camarão queria porque queria que o Jornal oferecesse ao IPM o nome do autor da matéria, que é essa modesta figura. E criou uma... se leu no jornal, não sei se vou achar aqui, o que... havia aqui duas direções no Jornal, uma direção da redação propriamente dita, e vou citar os nomes (trecho incompreensível) era o doutor Pedro Agnaldo, que era o editor, né? O geral, que era, e tinha o... Cearense, qual o nome dele? Paulo Cabral, que era o diretor-geral dos Associados. E aí o Pedro Agnaldo queria oferecer o nome, dar o nome, e o Paulo Cabral não queria que desse o nome. E criou-se ali uma discussão que em uma delas, eu me lembro, (trecho incompreensível) contei isso ao Paulo Cabral diretamente. Pedro Agnaldo queria oferecer o nome, ele não queria, até que a certa altura, a gente estava na sala quando entrou Pedro Agnaldo “Pedro, quando não tem assinatura do repórter a responsabilidade é nossa, então se você (trecho incompreensível) coronel Camarão, nós, você e eu, somos responsáveis por essa matéria.” Bom, nenhum dos dois foi preso, nem eu, minha vida continuou.

Episódio também emblemático foi a prisão de quatro religiosos, três estrangeiros e um brasileiro, em 28/11/1968, que demonstra a complexidade das relações entre a Igreja, o Estado e a Imprensa naquele momento. Os religiosos foram presos sob a acusação de subversão. Num primeiro momento, O Diário deu repercussão ao ocorrido, enfrentando o governo, com editoriais e matérias sobre o assunto, cumprindo, assim, seu papel de porta-voz da Arquidiocese. Segundo a análise de Almeida, imediatamente após a edição do AI-5, a resistência do Jornal diminuiu, demonstrando a presença da censura na redação, e permanece assim até o fim da crise, no ano seguinte⁴⁶. O depoimento a seguir, de Carlos Lindenberg,⁴⁷ ilustra o clima de conflito em torno do ocorrido:

Bom, outra matéria em que eu me envolvi foi com relação à prisão de alguns padres franceses aqui em Belo Horizonte, foram dois padres franceses, um belga e um diácono brasileiro.



Eles foram presos por agentes do Exército e desapareceram. Ninguém sabia onde estavam, e eu fui escalado para fazer a cobertura dessa situação, que era do primeiro confronto da Igreja com o Estado, naquela altura, e eu fiquei então, todo dia eu ia, todos os dias, no Palácio do (trecho incompreensível) eu ia ao ID-4, que era comandada pelo general Cardoso, enfim, ia à Polícia Federal, ia nesses lugares onde poderia ter algum tipo de informação sobre o paradeiro dos padres, dos franceses, do belga e esse diácono brasileiro, José Geraldo da Cruz. O francês é Michel Le Ven, e depois foi professor da UFMG, se não me engano. Até que um dia eu resolvi... Tem um amigo meu, um já falecido colega, que diz o seguinte: "todo repórter, todo bom repórter deve ter pouco juízo e muita sorte." Ele até escreveu um livro sobre isso, o José Roberto. Talvez por isso, um dia resolvi procurar a 4ª Companhia de Comunicações do Exército, que fica na Pampulha, num lugar bem escondido, depois do Colégio Militar. Eu fui lá, o motorista da minha Kombi era o Seu João e o fotógrafo era (trecho incompreensível), agora eu não me lembro... Então, eu fui para lá. Chegando ao Colégio Militar tinha uma guarita, tinha uns guardas ali, soldados, que guardavam o acesso ali, e quando eu parei a Kombi, pedi pro Seu João parar a Kombi um pouco antes, parou, e vieram os soldados para nos identificar, saber o que a gente queria ali. E quando chegou o soldado perto de mim, foi muito engraçado, porque era um velho amigo meu de Montes Claros, jogador de futebol, lá em Montes Claros. "Uai, Lindenberg. O quê que você tá fazendo aqui?" falei: "Oh Roberto, (trecho incompreensível) atualmente é formado em Direito, advogado em Januária. Então eu disse: eu vim atrás dos padres que foram presos, eu fiquei sabendo que eles estão na 4ª Companhia de Comunicações, lá no Colégio Militar. Ele me falou: "eles estão no 3º andar do Colégio Militar", "Vai lá", "Mas eles vão me deixar entrar?" Ele falou assim: "Vai andando." "Eles estão no 3º andar." E assim (trecho incompreensível) a Kombi entrou, ninguém pediu documento, nem nada, entramos e subimos. Entrando, cheguei e subi a escada, o comandante do Colégio Militar na época era o coronel Facó [...] à direita, abri a porta, estavam lá os padres e o diácono. Eu tive tempo apenas de dizer: "Vocês são os presos, os padres com o diácono?" "Sim, somos nós." Perguntei se estavam bem fisicamente, disse: "Estamos." Não houve nem tempo, porque o fotógrafo que estava comigo (trecho incompreensível) me empurrou de lado "Esses são meus." [...] "Esses são meus." E me empurrou e começou a fotografar com uma máquina (trecho incompreensível), fotografando os padres e fez uma meia dúzia de fotos, quando nós ouvimos passos subindo as escadas, aí eu fechei a porta e ele rapidamente, como bom profissional que era, saudoso Clodovil, já falecido há muitos



anos, ele tirou o filme da máquina e falou: “guarda no seu bolso.” Coloquei no meu bolso. Naquela época nós trabalhávamos de terno e gravata, coloquei no bolso e ele colocou um filme novo na máquina rapidamente enquanto subíamos uns três degraus de escada, uns três lances de escada, trocou o filme e aí o coronel chegou, estava com a porta fechada já, (trecho incompreensível) saber o que estava acontecendo e o coronel Facó: “o que cê tá fazendo aqui, que absurdo, invasão do colégio, não sei o quê...”; jogou aquela bronca, aquele negócio e o soldado que estava com ele, um oficial, não me lembro, foi na máquina do fotógrafo e tomou a máquina, o fotógrafo esboçou uma reação: “absurdo, não pode ser...”; tomou a máquina, tal e abriu a máquina e pegou o filme, não tinha nada (trecho incompreensível) estava no meu bolso. Aí o coronel (trecho incompreensível) disse a frase que eu mais gostei na minha vida: “Para fora.” Eu morrendo de medo de ele me mandar para dentro: “Pra fora,” (trecho incompreensível) entrei na Kombi e fomos embora. E cheguei no Jornal com esse material. Com a localização dos padres, todo mundo queria saber, inclusive o Núncio Apostólico estava em Belo Horizonte, naquela época, procurando a localização dos padres (...), até que na tarde deste mesmo dia eu fui à ID-4, que era comandada pelo general Álvaro Cardoso, e o general dá uma entrevista à imprensa, era mais uma conversa em *off* ali com a imprensa, e o general Cardoso insistia que os padres não estavam em Belo Horizonte, embora eu tinha acabado de estar com os padres de manhã e eu não aguentei, ao invés de dar o furo, eu preferi desmentir o general, falei: “general, o senhor vai me desculpar, mas os padres estão aqui sim,” “E onde estão, então?” “Os padres estão no Colégio Militar,” então aí acabou o segredo, [...] eu perdi o furo, mas não podia deixar de dizer ao general que ele não estava dizendo a verdade.

Outros dois episódios foram narrados por Vilma Fazito, jornalista da Rede Globo Minas, de 1977 a 1986. O primeiro deles diz respeito à entrevista realizada com o então presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais, Dídimo Paiva, que ilustra o clima de coerção que ainda pairava sobre imprensa, na segunda metade dos anos 1970:

Tínhamos um programa de entrevistas que se chamava Painei, onde tratávamos de pautas sobre diversos assuntos de cultura à política. Era uma produção local muito interessante, ordenada e idealizada pelo saudoso Walfrido de Gramont, nosso editor-geral. Naquela época, a sucursal de Minas ainda tinha certa autonomia, hoje é completamente dependente da Globo carioca. Certa feita, chamamos para gravar o programa



o nosso colega Dídimo de Paiva, então presidente do Sindicato dos Jornalistas. E ele falava sobre a situação política, o movimento sindical, e outros assuntos que apesar da vigência do AI-5, fervilhavam nas rodas de conversa. O editor do programa era Bill Falcão, gravamos a entrevista e o Dídimo falou à vontade sobre tudo, inclusive utilizando termos como greve, anistia, ditadura e etc. Resultado? Fomos chamados à Polícia Federal, que seríamos enquadrados, caso Walfrido não se responsabilizasse por tudo. Ele nos livrou do pior, mas foi degredado para São Paulo com cargos e salários mais baixos, morreu do coração pouco tempo depois, eu acho que foi até de desgosto, gente.⁴⁸

O segundo caso narrado por Vilma Fazito refere-se a episódio de grande repercussão na imprensa, que foi a prisão e a tortura de um operário:

Bom, outra ação da censura, que ficou marcada na memória, foi a cobertura feita pela minha equipe sobre a história de um operário que, suspeito do furto de um rádio de pilha, foi torturado com tanto furor pelos policiais civis de Belo Horizonte que ficou paraplégico. O rapaz chamava-se Jorge Defensor, e o fato ficou conhecido nacionalmente como “Caso do Defensor”. Isso foi em 1977, e rendeu a uma equipe do Jornal do Estado de Minas o prêmio Esso regional de jornalismo. [...], e Aureliano Chaves era o governador de Minas. O ocorrido emblemático na história do nosso jornalismo, naquela época... (trecho incompreensível) tradicionais, conseguiram denunciar as torturas nos cárceres brasileiros, que não eram aplicadas só em presos políticos, mas também nos comuns. Chegada a Polícia Metropolitana de Belo Horizonte... (trecho incompreensível) tratamento, policial com fama de poderoso e torturador. Embora a TV Globo tenha sido a primeira emissora a receber a denúncia sobre a presença de Defensor no Hospital São Francisco, onde ele estava internado, as chefias só resolveram fazer a matéria quando o Estado de Minas publicou e teve grande repercussão. Então, lá vamos nós fazer a cobertura. Ao chegar, portas fechadas. Pulamos janelas, entramos na enfermaria, e fizemos uma entrevista emocionante. Matéria humana, e mais do que isso, de denúncia. Mesmo assim, a Globo só publicou nos jornais locais, o Rio não se interessou. No dia seguinte era manchete nos maiores jornais do País, com a visita de Aureliano Chaves ao Defensor. Depois disso tudo, a Globo, na rabeira dos outros, se redimiu, e aí, sim, passou a fazer a cobertura nacional. E (trecho incompreensível), como ficou nessa história? Horrificada com o telefonema que julguei ser de gente da Metropol, ameaçando a mim e a minha família, mas, felizmente, não deu em nada. E (trecho incompreensível) da Metropol



mesmo, porque o nosso amigo de tratamento já me conhecia em função de uma matéria que eu havia publicado no Jornal Movimento, denunciando a tortura que teriam feito aqui em Belo Horizonte.⁴⁹

Os episódios seguintes, narrados por Washington Mello⁵⁰, revelam a ameaça que pairava sobre o exercício da profissão e tornava o cotidiano instável e perigoso. Ao mesmo tempo, demonstram certo ridículo da ação repressiva:

Mas temos alguns casos muito interessantes e que mostram como é que o exercício da censura era efetivo, presente em todas as redações. Eu citei o caso dos telegramas e dos comunicados. Mas teve um caso interessante que os cumpridores de ordens, eu chamava (trecho incompreensível) revolucionário, saiu para prender gente para todo lugar, mas recebiam ordens que a gente não sabe como é que chegava neles. Mas saía com ordem para buscar fulano, não sei o quê, parará. E lá na redação aconteceram dois casos muito interessantes. O Gonçalo Coelho dos Santos era um baiano muito competente, tinha um texto maravilhoso e foi chefe da editoria internacional do Estado de Minas por muitos anos. E muito popular no meio da categoria, muito amigo da classe toda, tão respeitado, acabou sendo presidente do Sindicato dos Jornalistas, nessa época do movimento militar de 64. Um dia, o nosso pavor era quando parava um jipe na porta do Jornal na Rua Goiás e desciam quatro: tenente, sargento, soldado, o que fosse, descia um para cada lado, os quatro a gente via de cima: "Ih, chegou o jipe. Subiram os quatro, chegaram na redação, atravessaram com aqueles "batibute⁵¹; 'pom', 'pom', 'pom'". Entraram na redação. E a redação era comprida, o Gonçalo, esse editor, presidente do Sindicato dos Jornalistas sentava na última mesa, lá no fundo, que a editoria internacional era separada, um nicho. E tal, chegaram: "o senhor que é o Senhor Gonçalo Coelho dos Santos?" "Sim senhor." "O senhor que é o presidente do Sindicato dos jornalistas?" "Sim senhor." "O senhor está preso, nos acompanhe não sei o quê e tal, parará, parará, parará." Levaram o Gonçalo Coelho dos Santos, presidente do Sindicato dos Jornalistas, preso. Porque uma matéria, uma matéria que deveria ter sido vetada, teria sido publicada em um jornal, em uma edição anterior. Mas não tinha sido. Aí levaram o Gonçalo lá, deixaram ele uma hora lá esperando para passar as informações que ele inseriu, chegou lá um representante do movimento revolucionário do comando geral: "o senhor que é o Gonçalo Coelho dos Santos?" "Sou eu". (Trecho incompreensível). "Aonde o senhor nasceu, parará, parará. O senhor recebeu uma ordem que não podia publicar uma matéria assim,



assim, assim." "Sim senhor." "E por que a matéria foi publicada?" "Ela não foi publicada." "Quem que disse que ela não foi publicada?" "Eu estou falando que não foi publicada, eu separei lá qual seria a ordem." "Mas segundo a informação que nós temos a matéria foi publicada, não sei o quê, na página e tal, da edição." "Não senhor, não foi publicada a matéria, ficou na minha gaveta, está lá guardada." "Então nós vamos lá buscar a matéria para ver se ela foi publicada ou não." Voltaram, devolveram o Gonçalo à redação, e pronto acabou. Eles tinham a informação de uma matéria publicada que não tinha sido publicada. O outro caso. Tito Guimarães, grande Tito. De Montes Claros, de Teófilo Otoni, Montes Claros é outro. O Tito Guimarães foi procurado, foi buscado no Estado de Minas porque o jipe queria levá-lo. Aí entraram na redação e chegaram em frente de um colega nosso e falaram assim: "o senhor é que é o Senhor Tito." "Sou eu." "Então o senhor nos acompanha, está preso?" Chegou a levar para o DOPS, na Afonso Pena. Chegaram lá, na hora eles deixaram ele sentado lá esperando um tempão e tal, algumas horas. Aí foram para qualificação e identificação. "O senhor é jornalista?" "Sou" "Do Estado do Minas?" "Sou" "Como é que é seu nome?" "Tito Karan Guimarães." "O senhor não é Tito Guimarães?" "Não. Sou Tito Karan Guimarães." "O senhor não é do Estado de Minas?" "Sou. Mas eu sou outro Tito." "Ah, então está bom. Então o senhor está dispensado?" E o Tito Guimarães falou assim: "bom, agora eu vou voltar a pé?" Ele falou: "ô fulano, manda o jipe levar o jornalista. Eu dei o sobrenome da pessoa que eles estavam buscando."

E o 3º caso semelhante foi do Ênio, que era assessor, Ênio Amaral. O Ênio Amaral foi da Última Hora muitos anos. Então a Última Hora foi muito visada na hora de prender jornalistas em 64 e eles saíram, o comando saiu procurando o Ênio Amaral. Tinha no Diário de Minas, o editor do Jornal, grande figura, inteligente, bom profissional. Que era o Ênio Fonseca, que posteriormente trabalhou na Agência Nacional. Eles procuraram o Ênio Amaral no Estado de Minas, não acharam. Ele realmente era do outro lado do Estado de Minas, com dois ou três irmãos dele que trabalharam. Não acharam o Ênio Amaral, quem falou assim, mas o Ênio que vocês estão, o Ênio que vocês estão procurando não trabalha aqui não, ele trabalha no Diário de Minas, que era na Praça Raul Soares, não na Rua Goiás. Aí os caras desceram, pegaram o jipe, foram lá, buscaram o Ênio Fonseca e levaram ele para depor. O Ênio Fonseca, que era um contador de histórias, gostava de fazer umas histórias, umas novelas. Então contando essa história, a gente dobrava de rir, ele contando as mancadas dos quatro militares que foram buscá-lo e foram no Diário de Minas até o (trecho incompreensível), eu não me lembro



de bem, contando da burrice do chefe deles, de mandar eles irem à Rua Goiás, quando o cara era na Praça Raul Soares. E eles contando e tal, achando vitorioso, então está aqui o camarada. E o Ênio ouvindo tudo. Quando ele voltou, não é, eles tinham levado o Ênio errado, mas estavam se vangloriando de ter prendido o Ênio certo e pôr a culpa no chefe que não falou com eles quem que era o Ênio. Esse chefe que não falou com eles quem que era o Ênio. Esse era o comando que queria comandar o Brasil.

De acordo com o relatório da Comissão da Verdade do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais (SJPMG), dois eventos censórios que foram relatados não constavam nas investigações realizadas pela Covemg. Tendo recebido o relatório mencionado já no período em que as atividades de pesquisa do grupo responsável por este tema já haviam se encerrado, optou-se para relatar tais eventos a partir das informações constantes no documento encaminhado pelo SJPMG.

Na mensagem que o ex-presidente do SJPMG, Kerison Lopes, encaminhou à Covemg, quando da entrega do relatório, são indicados os motivos da demora do envio do Relatório. Nas palavras de Kerison Lopes

Após a conclusão do relatório, houve um conjunto de questionamentos de jornalistas que não foram ouvidos pela Comissão do Sindicato e que julgavam ter casos relevantes a serem relatados. Além disso, alguns depoentes consideraram insuficientes as informações publicadas sobre seus casos. Com isso, o coordenador da Comissão, professor Dalmir, solicitou ao Sindicato a extensão do prazo para que pudesse “corrigir” essas possíveis distorções ou omissões. Mas com o acúmulo de trabalho do jornalista, além de problemas de saúde, essa revisão não pôde ser realizada.⁵²

Mesmo levando em conta tais observações, a Covemg apurou os eventos relacionados à censura aos meios de comunicação e decidiu ser pertinente apresentar os dois eventos que são relatados no documento. Tais eventos se referem à divulgação de documento produzido pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB) quando das comemorações do Dia da Independência do Brasil (7 de setembro) de 1980.

Segundo o relatório, o jornalista Samuelito Capuchinho Mares, editor da Rádio Itatiaia, em Belo Horizonte, divulgou o manifesto que havia sido encaminhado à emissora, relativo às comemorações do Dia da Independência. O manifesto fazia críticas à situação do País e questionava as comemorações oficiais



promovidas pelo Estado brasileiro. Com base na Lei de Segurança, a polícia política apresentou denúncia contra o jornalista, o chefe de reportagem da Rádio Itatiaia, Márcio Dotti, e contra o locutor que leu a notícia. O processo correu na Auditoria Militar de Juiz de Fora e os acusados foram absolvidos.

Ainda segundo o relatório do SJPMG, José Juranir Garcia de Araújo, repórter da Rádio Jornal do Brasil, de Belo Horizonte, estava de plantão no sábado, dia 06/09/1980. Na redação recebeu, da Agência Jornal do Brasil, a informação a respeito do manifesto do Partido Comunista do Brasil (PC do B), a propósito das comemorações do Dia 7 de setembro. Considerando que o manifesto fazia um contraponto às comemorações oficiais, o repórter fez uma notícia a respeito. A matéria foi ao ar no noticiário da noite e, no dia seguinte, a repórter de plantão, Rosângela Conrado, a reaproveitou também no noticiário do Dia 7 de setembro.

Os dois jornalistas envolvidos no episódio foram demitidos da Rádio Jornal do Brasil e foram denunciados pela polícia política, com base na Lei de Segurança Nacional, assim como o chefe de reportagem da Rádio, jornalista Gutemberg da Mota e Silva. Os jornalistas foram defendidos por advogado contratado pelo Sindicato, tendo sido absolvidos, em 02/03/1981. Por unanimidade, a Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar decidiu:

Absolver os acusados Gutemberg da Mota e Silva, José Juranir Garcia de Araújo, Rosângela Conrado Melo, Hugo Afonso de Almeida e Souza, Samuelito Capuchinho Mares e Márcio da Conceição Dotti. Referente a todas as imputações a que lhe são feitas na denúncia, com fundamento no art.493, letra b, do C.PPM.⁵³

10.6 Os alternativos e a resistência ao autoritarismo

Em Belo Horizonte, o surgimento da imprensa alternativa está relacionado principalmente aos movimentos de resistência ao Estado de Exceção. A grande imprensa mineira, sediada na capital, foi claramente aliada, de primeira hora, do governo militar e aceitou a existência da censura em suas redações, sem grandes conflitos. Mesmo quando entrou em desacordo pontual com as ações autoritárias_ como foi o caso da cobertura da prisão de religiosos pelo O Diário, -, a resistência não se consolidou como uma oposição dos veículos frente ao Estado. Com a edição do AI-5, o Estado de Exceção se firmou, a censura se institucionalizou e a oposição foi momentaneamente calada.



É na segunda metade da década de 1970 que profissionais da imprensa e movimentos sociais mineiros fazem surgir, de forma mais consistente, uma expressão de resistência à ditadura, concretizada em algumas iniciativas como o De Fato e o Jornal dos Bairros. Ao lado deles, surgiram algumas publicações de expressão da contracultura, que não se opunham diretamente ao governo, mas desafiavam a moral vigente e os chamados bons costumes, tornando-se, também, alvo da repressão. Neste conjunto, foram identificadas as Revistas *Circus* e *Silêncio* e os jornais *Vapor* e *Cemflores*.

A esses dois conjuntos, somam-se ainda duas experiências, uma de caráter mais jornalístico e outra com características mais culturais: o *Binômio* e o *Suplemento Literário*, respectivamente. As duas iniciativas sofreram violações por parte de agentes do Estado e merecem sua inclusão neste Relatório, mesmo sendo o *Binômio* anterior ao golpe de 1964 e o *Suplemento*, um meio ligado à Imprensa Oficial. Ambos possuíam características especiais e tiveram um papel importante na resistência ao autoritarismo.

O *Binômio*: um alternativo anterior ao golpe

O *Binômio* foi fundado em 1952, pelos jornalistas José Maria Rabelo e Euro Arantes, como alternativa ao conservadorismo da imprensa local da época. José Maria narra a criação do Jornal:

E então nós dissemos: “olha, é preciso respirar, porque a imprensa aqui é inteiramente abafada por esses interesses que a controlam,” nós éramos jornalistas jovens, jornalistas que trabalhavam em outros jornais, eu tinha 22 anos e o Euro, Euro Luiz Arantes, foi meu sócio, tinha 23, então nós ficávamos no Jornal pensando: “o quê que nós vamos fazer?,” aí, assume o governo aqui de Minas, depois o presidente Juscelino Kubitschek, que era um emérito controlador da mídia, e com métodos dissuasórios, ele não era da violência, mas ele era da generosidade financeira, distribuía dinheiro a rodo pros jornais, e era uma espécie de unanimidade no estado. Nós então resolvemos lançar um jornal, e era o inverso disso, nós dissemos: “a imprensa de Belo Horizonte tem 1% de independência e 99% de compromissos escusos. Nós vamos lançar o nosso, estamos lançando o nosso que tem 99% de independência e 1% de compromissos escusos,” 1% só, sabe o que era o 1%? Era o Café Caçula que tinha na Rua da Bahia, pequenininho, e que nós fazíamos permuta em troca de anúncio pra tomar café lá sem pagar.⁵⁴

A oposição ao governo Juscelino Kubitschek foi o motor de criação do veículo. O nome *Binômio* foi inspirado no *slogan* governamental: “contra o binômio da men-



tira 'Energia e Transporte', o Binômio da verdade, nosso Binômio: Sombra e Água Fresca."⁵⁵ Segundo José Maria Rabelo, o Jornal tinha o humor como carro-chefe e teve uma vida longa (12 anos), incomodando os ocupantes do Palácio da Liberdade.

Em seu depoimento à Covemg, José Maria Rabelo narrou dificuldades pelas quais a equipe do Jornal passou. Segundo ele, além das dificuldades de relacionamento com os governos, o Binômio produzia matérias que incomodavam várias esferas da sociedade mineira:

Então, o seguinte, o Jornal foi sempre, teve sempre essa cara humorística, que fazia rir, mas rir refletindo sobre a situação, não era um riso inconsequente, sabe? Mas denunciando o que nós chamávamos das grandes injustiças sociais, vamos ver aqui. Reportagem, grandes reportagens, comércio de seres humanos, quando nós, através, com reportagem, do jornalista e depois escritor Roberto Drummond, nós compramos um casal de retirantes em Montes Claros, na região de Montes Claros, pra comprovar o tráfico de pessoas, seres humanos. Uma reportagem de grande repercussão. Roberto foi premiadíssimo por essa reportagem. Fizemos outra reportagem aqui sobre a discriminação racial em Belo Horizonte, "ódio racial contra negros e judeus," nós inclusive matriculamos uma menina negra, por telefone, qual é que foi o colégio aqui? Colégio que existe até hoje... *Sacré Coeur de Marie*, todos esses colégios, Sion, *Sacré Coeur de Marie*, *Sacré Coeur de Jesus*, Santa Maria, todos eles não aceitavam meninas negras, nós não vemos esses, que eles querem lá na Savassi, nós matriculamos por telefone e quando chegamos lá eles viram que a menina era negra e deram uma desculpa que não podiam aceitá-la. E assim o Hotel Amazonas também. Hotel também era assim, não aceitava negro.⁵⁶

Durante sua existência, a publicação foi bem-sucedida, circulando semanalmente em Belo Horizonte e em Juiz de Fora, apesar de a convivência nem sempre pacífica com os governantes. Se Juscelino Kubitschek era considerado "esportivo", o mesmo não se podia dizer de outras autoridades:

Um exemplo nosso, uma vez houve uma inauguração de um clube de campo lá em Barbacena e nós fomos. Ele mandou a capangada nos esperar na saída, foi uma luta danada, nós lá, o Euro saiu muito ferido e tal, coisas assim. E perseguição junto às gráficas, que nós não tínhamos oficina, nós imprimíamos em gráficas particulares, então ele pressionou as gráficas todas de Belo Horizonte para que não continuassem imprimindo o Binômio. Daí então nós tivemos que ser impressos no Rio. Durante muitos anos nós imprimimos o Jornal no Rio e trazíamos de caminhão pra cá, porque aqui não havia uma gráfica sequer...⁵⁷



Em 1961, o Binômio foi “empastelado”⁵⁸, episódio que José Maria atribui ao desentendimento com o general Punaro Bley, à época comandante da Zona Militar de Belo Horizonte. O Jornal publicou matéria sobre o general, que foi tirar satisfações na sede da publicação. O episódio acabou em luta corporal e intervenção da polícia:

Que eu estou contando aqui, né. E ele ainda ficou mais um tempo lá discutindo, insultando, aí chegou a polícia, nós chamamos a polícia e a polícia o autuou por invasão de domicílio e agressão, e ele quis botar banca com o sargento que estava na rádio patrulha, o sargentinho foi, “não, general, porque a autoridade aqui sou eu, o senhor faz o favor de me respeitar”, e foi autuado, depois foi embora e o capitão disse: “mas isso não vai ficar assim!”, “mas isso eu sei, mas você não vai voltar aqui, tenho certeza”, e três horas depois, cerca de duzentos soldados, sob o comando dos três comandantes das unidades militares de Belo Horizonte, o 12, o CPOR e a Base Aérea foram ao Jornal e destruíram tudo.⁵⁹

O Binômio foi fechado em 29/03/1964, às vésperas do golpe, quando, segundo seu proprietário, havia chegado “a hora da vingança”:

Operação, que dizia abafa, alguma coisa assim, sabe? E prenderam toda a liderança de esquerda, toda pessoa suspeita de esquerda com alguma liderança eles prendiam. E eles foram ao Binômio, mais ou menos umas 11 horas do dia 29 de março, era um general aposentado, muito provocador, de direita mesmo, e dois capitães pra me prender. Pois você acredita, isso é um negócio que a gente conta e fica parecendo filme. Naquele preciso momento que eles subiam lá para o 6º andar, na redação do Jornal, eu tava descendo pelo outro elevador, e nos cruzamos no caminho.⁶⁰

José Maria Rabelo fugiu do País, exilando-se na Bolívia, depois no Chile e, em seguida, na França. O Binômio foi extinto e seu acervo, hoje, integra a Divisão de Coleções Especiais e Obras Raras da UFMG.

Jornal dos Bairros: o jornalismo e o cotidiano da classe trabalhadora

O Jornal dos Bairros, de circulação quinzenal, foi criado em 1976, com a proposta de retratar o cotidiano da classe trabalhadora, como forma de resistência ao autoritarismo. Surge como expressão da reorganização de movimentos sociais que ocorria na época. O jornalismo praticado por sua equipe buscava dar voz



aos movimentos populares, realizando uma cobertura que não tinha espaço na grande imprensa mineira, de viés conservador. Nilmário Miranda, jornalista que participou da experiência, relata:

O Jornal foi ali na Cidade Industrial, nome genérico, né?! A redação era no Barreiro, perto de onde hoje é o viaduto, e só tinha voluntários. Não tinha ninguém contratado, só voluntário mesmo. Jornalistas que trabalhavam no Diário do Comércio, Estado de Minas, outros lugares, e que trabalhavam com um trabalho político, um desafio de produção de Jornal na periferia pra quem não lia jornais. [...] E o povo não tinha o hábito de leitura. E nós queríamos fazer um Jornal para esse povo. Um Jornal político, mas não político como eram o Opinião, (trecho incompreensível), o Em Tempo, (trecho incompreensível). Jornais... Um Jornal pra aquele público específico. E foi muito interessante, uma experiência muito boa. E era difícil de vigiar. Primeiro que já era em 76, a fase não tão aguda, né?! [...] nunca deixou de haver a repressão, mas... uma redução desse controle sobre a mídia tradicional, não sobre os jornais que tinham posição, o Movimento sempre foi muito censurado, Em Tempo também, Opinião também, vários outros jornais, vários, esse título, existia (trecho incompreensível) mesmo. O nosso não tinha como censurar, porque ele não tratava de temas da esfera política, tratava do... Da vida do povo. Dos bairros populares, a falta de serviços de saúde, educação, (trecho incompreensível) pública, transporte, enchentes, asfalto, a vida do povo.⁶¹

Segundo Nilmário, não era mais o momento da censura institucionalizada, mas os participantes sabiam que eram vigiados: “então nós tínhamos vigilância. Vigilância, sabíamos que estávamos sendo vigiados. ” O fato mais marcante, segundo ele, aconteceu no dia 1º/05/1979, após uma manifestação de trabalhadores que não havia sido permitida:

Enquanto nós vamos para o Jornal dos Bairros, que era no Barreiro, ali perto. Não tinha nada. Só tinha coisa velha. Não era profissional, era um Jornal comercial. Então tudo era só tralha velha, as cadeiras, as máquinas, as mesas, tudo, filtro, tudo de terceira mão, dá nada. Roubaram tudo, durante a noite, no dia 30 de abril para o 1º de maio. [...] Na impossibilidade de censurar, não tinha o que censurar. Censurar o quê? O cotidiano dos trabalhadores.⁶²

O Jornal dos Bairros circulou até 1981.



De Fato: mais liberdade para o exercício do jornalismo

O Jornal De Fato foi criado em 1976, a partir da insatisfação de jovens jornalistas que militavam na grande imprensa belo-horizontina e que tinham como objetivo criar um veículo de informação no qual o jornalismo pudesse ser exercido com mais autonomia e liberdade de expressão. Em sua composição inicial estava Aloísio Moraes, Durval Campos, Bernardo Carvalho, Mirian Chrystus, entre outros. Seus fundadores apontam como estopim para a criação do Jornal De Fato a publicação do editorial do Jornal de Minas sobre a morte do jornalista Vladimir Herzog. O depoimento de Mírian Chrystus narra esse momento:

Mas enfim, então tinha esse misto de liberdade, esse misto de repressão, esse misto de medo, esse misto de heroísmo, até um dia que o Vladimir Herzog foi morto pela repressão, aí a coisa ficou mais complicada, porque o Jornal de Minas publicou, no dia seguinte, um editorial de página inteira, favorável... Primeira página, página inteira, favorável à morte do Vladimir Herzog, tipo assim, eles estão dizendo uma coisa assim, dessa vez foi um deles, é guerra, nós estamos vivendo uma guerra. Então, de repente, por mais liberdade que a gente tivesse ali, a gente se deu conta que a gente estava em um terreno minado, que a gente estava dentro de um Jornal que era favorável à morte de jornalista, então a contradição foi muito forte. E aí é isso, quer dizer, as pessoas saíram, o Aloísio vai falar do projeto, a gente... de repente, a gente sentiu muito vivamente essa contradição, e pensamos: a gente quer escrever em um Jornal, em que a gente escreva aquilo que a gente realmente acredita, a gente quer escrever aquilo que a gente acredita, e não ser apenas alguém que para pra escrever alguma coisa, a gente tem que ter esse espaço assim.⁶³

O De Fato foi criado com recursos escassos e com sede improvisada, tornando-se um espaço para o exercício livre da profissão jornalística e também para a militância política, como narra Aloísio Moraes:

Fomos fazer um Jornal nosso e juntamos um monte de jornalistas e não jornalistas e tal, e então partimos para criar o nosso Jornal. O Jornal alternativo... que a gente participava dele todo. O Jornal então foi funcionar lá na nossa casa, o nosso quarto de casal virou redação, virou redação, ocupamos um quarto menor... E então criamos o Jornal e o Jornal uma edição pagava a outra. Para fazer o número, né? O primeiro número, cada um deu uma graninha que podia e juntamos o suficiente pra fazer o número um. Depois o número um pagou o dois e assim por diante. Então a gente, o Jornal existiu



[...] por 28 edições. E era um jornal mensal, mais ou menos mensal. E aí começou também a incomodar, ele começou reunindo os jornalistas e passou... Passaram muitas pessoas lá durante o período... Interessante que eu olho o expediente, cada hora aparece um time, parece que diferente. E muita gente queria participar, naquela época não tinha, nós estávamos ali debaixo, numa... Na ditadura, não tinha partido político, não tinha muitos espaços para você atuar politicamente. Então o Jornal era uma maneira também de você participar politicamente. Então nós fizemos esse Jornal que era, né? A gente participava, o interessante dele também era que a gente participava de todo o processo, desde discutir a pauta, fazer a matéria, a gente mesmo já gravava, a gente às vezes trabalhava a madrugada discutindo coisas, e na hora que saía a gente morria de medo [...]. Então lá, por lá passaram inúmeras pessoas, o Jornal existiu durante três anos, de 76, 77, 78... E viveu também várias fases, porque foi um entra e sai. Tinha uma equipe mais fixa, mas era um entra e sai de muita gente, né? Então viveu fases diferentes. Mas o fato é que ele acabou também com o, a gente temia, acabou chamando a atenção da repressão e dos terroristas.⁶⁴

O De Fato não foi submetido à censura prévia, mas sofreu um atentado, em 02/09/1978, descrito no relatório preliminar da Covemg.⁶⁵ Sua sede foi arrumada, porta e mobiliário foram destruídos e objetos foram roubados. A polícia foi informada, mas o caso não foi solucionado. Edições anteriores do Jornal continham matérias sobre presos políticos e traziam uma lista de torturadores mineiros. É importante assinalar que, conforme o mesmo relatório, a sede da sucursal mineira do Jornal Em Tempo também sofreu dois atentados, um em julho e outro em agosto do mesmo ano, após ter publicado essa mesma lista.

Circus, o Vapor, Cemflores e Silêncio: contracultura e resistência

Este conjunto de publicações, de existência breve e com características comuns, constituiu espaço para a expressão de ilustradores, escritores e poetas no ano de 1979. Vapor e *Circus* eram editados pelo ativista cultural Rodrigo Leste e começaram a ser produzidas nas dependências do Diretório Central dos Estudantes da UFMG. Silêncio era editada por um grupo de estudantes e artistas ligados principalmente à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Cemflores era um jornal de poesia e representava uma resistência artística – da palavra e da imagem – contra a ditadura militar. A organização do jornal teve início no “bandejão” da Faculdade de Medicina/UFMG. Carlos Barroso, Luciano Cortez, Marcelo Dolabela, Avanilton de Aguiar integravam a equipe que criou o jornal. Nelas, expressava-se uma contracultura juvenil, cujo engajamento político

não era manifesto e direto. De periodicidade incerta, são pouco citadas na bibliografia e possuem raros exemplares em arquivos oficiais. A Revista *Circus* foi exemplar da expressão de uma época e de um segmento cultural, tendo sido submetida à censura prévia. O episódio da criação da *Circus* e a censura que sofria foi relatada no depoimento de Aloísio Morais:⁶⁶

Aí, lá em 75, final de 74 a 75, vamos fazer uma Revista intermediando uma edição e outra do Vapor. Aí fizemos essa Revista chamada *Circus*. E aí no primeiro número nós demos uma sorte que a gente entrevistou um ex-integrante da TFP, todo mundo sabe o que é TFP aqui, Tradição, Família e Propriedade. Era um grupo de direita, né? Que existia aí, ligados à Igreja e tal, que existia no País na época. Então esse cara contou os bastidores lá do... Da TFP e tal, como é que era, e era um assunto que ninguém ainda tinha abordado. E o negócio acabou repercutindo, então o Jornal Brasil, por exemplo, entrou no caso, fez matéria em cima, foi localizar lá o... não... O Garrocho, o Luiz Carlos Garrocho, hoje ele mexe com teatro aí até, da prefeitura, do Luiz Carlos Garrocho. Então, o negócio repercutiu, e pô, vamos nessa. E então partimos para fazer a número dois, que foi essa aqui e a gente, a gente abordou aqui o caso do Antônio Luciano, entre outros, entre outros assuntos aqui. Mas a capa foi as duas mil virgens de Dom Luciano, que era um empresário que tinha aqui que era famoso, porque ele gostava de desvirginar mulheres e tal. Então... A partir desse momento então a gente começou a sentir ali, né? [...], a presença ali da Polícia Federal, chegar umas figuras estranhas lá na redação e tal. E a gente sentiu que começou a ser assediado pela Polícia Federal. E, nesse número, o... Essa matéria que a gente deu do Luciano, foi uma matéria censurada no Jornal Movimento... Movimento ou Opinião, eu acho. Era um Jornal alternativo que tinha aqui, nacional. O Durval Campos Guimarães e o Teodomiro Braga, eles fizeram uma ampla matéria sobre o Luciano, uma parte dela contando o lado do empresário Luciano, e suas sacanagens, e do outro lado as virgens de sua sacanagem. Então, essa parte das virgens então foi censurada, lá no Opinião e tal. E aí o Durval pegou lá e falou “Pô! Tô com uma matéria aqui, vocês não topam publicar, não? Sobre o Antônio Luciano e tal e as virgens, e tal? Foi censurada lá, mas de repente aqui dá.” Porque o Opinião, e o Movimento e o (trecho incompreensível) eram censurados, tinha censura prévia. Aí nós não estávamos ligando pro azar e falamos “é com a gente mesmo, então publicamos essa matéria censurada.” E aí tem uma mão de obra danada, porque depois que a Revista já estava impressa o Teodomiro tomou conhecimento, Teodomiro Braga, e aí ele falou “Porra, eu não quero assinar



essa matéria, não, (trecho incompreensível).” Bom, e aí a Polícia Federal começou a chegar junto, nós fizemos o número três e aí a sede do Jornal (trecho incompreensível) interesse e foi na minha casa, na casa dos meus pais, que na época eu era solteiro. Então, a gente fez o número três, e um belo dia a Polícia Federal baixa lá na casa dos meus pais à tarde, falaram que apreendeu a *Circus*. A minha irmã que estava lá assustada, né? Eles entraram lá e o que acharam de revista eles levaram. Mas na verdade, lá não era, né? A sede do Jornal, mas aí eles deixaram o recado, que é o seguinte. Na época existia uma regulamentação que se a publicação tivesse esse grampo no meio, outro grampo no meio é revista, tirou o grampo é jornal. Então vinha e a (trecho incompreensível) tinha o grampo, e por ser a Revista tinha de ter o registro, porque o grampo tinha de ter, [...] e ser revista tinha de ter o registro na polícia, no departamento da Polícia Federal. E para ter o registro tinha que passar pela censura. Então vamos ficar aqui, nós teremos o registro aí da revista, aí tal, devolveram para a gente essa revista aqui toda carimbada, corte de censura federal, da capa até, só a página 12 que tem o expediente que não sofreu. Mas o resto foi todo no carimbo da censura.

10.7 Suplemento literário de Minas – a literatura e o rebelde oficial

O Suplemento Literário de Minas Gerais foi criado em 03/09/1966, pelo então governador Israel Pinheiro, com o intuito inicial de levar informação a mais de duzentas localidades do Norte de Minas Gerais, visto que essa região se encontrava em situação de notável isolamento.

O Suplemento logrou um alcance expressivo em todo o País e circulou até 1993, na forma de um encarte semanal do Jornal oficial do Estado, o “Minas Gerais”. Retornou em 1994, já independente do “Minas Gerais”, com periodicidade mensal e sob o comando da Secretaria de Estado da Cultura. Circula até hoje. A rebeldia e a inovação características do veículo são analisadas por Ângelo Oswaldo:⁶⁷

Criado em plena ditadura militar, não tardou muito para que o Jornal passasse por dificuldades. O provincianismo mineiro, a descrença da parte mais conservadora dos escritores (a maioria da Academia Mineira de Letras) e, principalmente, a ditadura, fizeram com que se instalasse uma crise no Jornal



e culminasse na saída de Murilo Rubião. [...] Um pequeno grupo de acadêmicos movia ardilosa campanha contra o 'vanguardismo' do Suplemento e a blindagem estabelecida por Rubião contra a sublitteratura que costuma assaltar publicações do gênero. [...] denunciado como subversivo, Murilo se afasta do Jornal, sendo substituído por Rui Mourão, que também seria vítima do regime autoritário, permanecendo pouco tempo no SLMG, assim como os seguintes diretores Libério Neves e Ildeu Brandão.

Apesar de ser um "encarte" de um Jornal oficial do Estado, o Suplemento sofreu censura e repressão. Ele teve grande importância na formação de uma geração de escritores e leitores e, no período da ditadura, sofreu com o afastamento de alguns de seus colaboradores. Mesmo assim, teve uma vida autônoma e constituiu espaço relevante para a cultura mineira, congregando intelectuais que encontravam ali, espaço para suas manifestações. Esta autonomia, contudo, não livrou a publicação da ação conservadora. Dois casos emblemáticos de censura encontram-se registrados no Suplemento Especial de 50 anos, edição comemorativa.

O primeiro caso trata de uma Edição Especial de 1973, organizada por Ângelo Oswaldo, dedicada ao Conto Brasileiro:

De acordo com Jaime Prado Gouvêa, na gestão de Garcia de Paiva as pressões continuaram e um suplemento especial, que pretendia ser uma amostra do Conto Brasileiro Atual (24 textos de ficção), foi mutilado pela censura. Seriam dois números, cada um com dezesseis páginas. O primeiro saiu perfeito, mas o segundo teve apenas oito páginas.⁶⁸

Segundo um artigo publicado na *Veja*, em 19/12/1973, essas oito páginas censuradas "havia desaparecido da gráfica da Imprensa Oficial, tendo retornado sem algumas páginas, após terem sido inspecionadas no Palácio da Liberdade, sede do governo de Minas Gerais."⁶⁹

Em janeiro de 1975, ocorreu o segundo caso de censura ao Suplemento. Havia, até então, certa liberdade de pensamento e de criação no veículo, mesmo que em plena ditadura. Com Wander Piroli na direção, o encarte ganha notoriedade e, como observa Jaime Prado Gouvêa⁷⁰, o novo diretor trouxe o dinamismo do Jornal diário a que estava acostumado, inovando na parte gráfica: publicou cordel, abriu espaço aos escritores que quisessem desabafar, agilizou o setor editorial e irritou os conservadores em geral. Porém, durante esse breve período



de independência do Suplemento, a direção da Imprensa Oficial informa que o Suplemento seria reformulado, sem comunicar previamente tal decisão ao secretário e ao diretor do Encarte. De acordo com Humberto Werneck⁷¹, em seu livro “Desatino da rapaziada” esse episódio se deu após pressões da censura e por meio de manobras políticas de um poeta membro da Academia Mineira de Letras, o que acabou provocando a demissão de Pirolí e de grande parte de seus colaboradores. Em seguida, o Suplemento acabou entrando em crise, pois tal acontecimento teve grande repercussão na Imprensa nacional e motivou artistas plásticos e grandes nomes da literatura brasileira a iniciarem um movimento de revolta em forma de protesto a favor de Wander Pirolí.

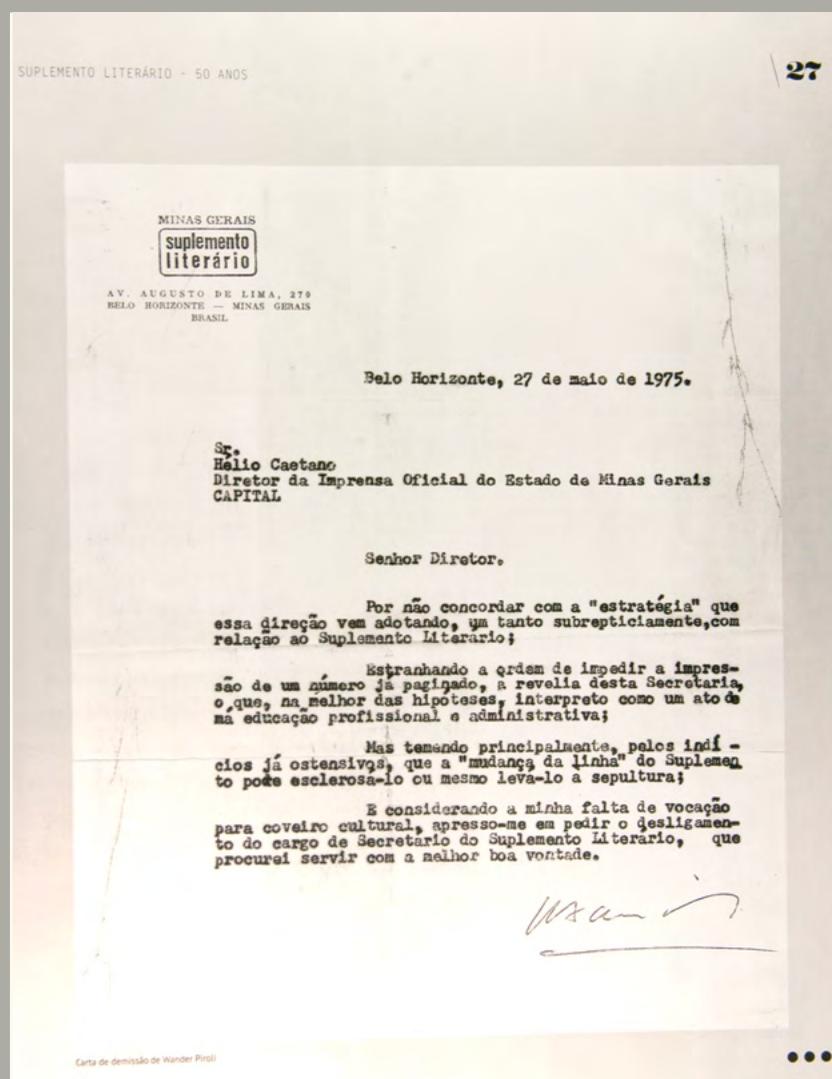


Figura 4: Carta de demissão de Wander Pirolí, por não estar de acordo com medidas internas adotadas pelo Minas Gerais em relação ao Suplemento Literário de Minas Gerais. Fonte: Suplemento Especial 50 anos



Figura 5: Matéria do Jornal Estado de Minas, de 1975, sobre o movimento de escritores e artistas plásticos em apoio à decisão de Wander Piroli e a favor do Suplemento. Fonte: Suplemento Especial 50 anos

10.8 A censura violenta aos espetáculos artísticos e culturais e a intérpretes, em Minas Gerais

Antecedentes da censura no Regime Militar: a legislação da era Vargas

A censura a espetáculos e diversões públicas realizada no Brasil durante o período da ditadura militar tem suas raízes no sistema implementado pelo governo de Getúlio Vargas, após o golpe de 1930.⁷²



Em 04/04/1932, foi expedido o Decreto nº 21.240 que nacionalizava o serviço de censura dos filmes cinematográficos, proibindo sua exibição pública sem que fosse obtido um certificado de autorização do Ministério da Educação e Saúde Pública. A censura seria realizada por uma comissão, até que fosse criado um órgão técnico “destinado não só a estudar e orientar a utilização do cinematógrafo, assim como dos demais processos técnicos que sirvam como instrumentos de difusão cultural.”⁷³

Esse órgão foi criado pelo Decreto nº 24.651, de 10/06/1934: vinculado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, funcionaria o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural incumbido, entre outros, de “estudar a utilização do cinematógrafo, da radiotelefonía e demais processos técnicos e outros meios que sirvam como instrumento de difusão.”⁷⁴ A censura seria realizada por uma comissão mista, composta de representantes de vários ministérios, um representante do Juízo de Menores, um representante do chefe de Polícia e um representante da Associação Brasileira de Produtores Cinematográficos.

Dias mais tarde, atribuições concernentes à censura teatral e de diversões públicas foram conferidas à Polícia Civil do Distrito Federal pelo Decreto nº 24.531, de 02/07/1934.⁷⁵ E, no dia 16 de julho do mesmo ano, a censura a espetáculos e diversões públicas foi consignada na Constituição de 1934, ao tratar de direitos e liberdades individuais, em seu artigo 113:

Em qualquer assunto é livre a manifestação do pensamento, sem dependência de censura, salvo quanto a espetáculos e diversões públicas, respondendo cada um pelos abusos que cometer, nos casos e pela forma que a lei determinar. [...] [grifos nossos].⁷⁶

A área de atuação desse tipo de censura foi ampliada pela Constituição de 1937 que inclui, entre os limites legalmente possíveis, à liberdade de expressão,

a) com o fim de garantir a paz, a ordem e a segurança pública, a *censura prévia da imprensa*, do teatro, do cinematógrafo, da radiodifusão, facultando à autoridade competente proibir a circulação, a difusão ou a representação. [destaque nosso]⁷⁷

Em 27/12/1939, o Decreto-Lei nº 1.915 cria o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), encarregado de “fazer a censura do Teatro, do Cinema, de funções recreativas e esportivas de qualquer natureza, de radiodifusão, da literatura social e política, e da imprensa, quando a esta forem cominadas as penalidades previstas por lei.”⁷⁸ As atribuições anteriormente conferidas à Polícia Civil do



Distrito Federal pelo Decreto nº 24.531 e ao Departamento de Propaganda e Difusão Cultural e à Comissão de Censura Cinematográfica, regulados no Decreto nº 24.651, foram transferidas para o DIP, diretamente subordinado ao Presidente da República.⁷⁹

As atividades sujeitas à fiscalização do DIP, entre elas o cinema, o teatro e as diversões públicas, foram reguladas pelo o Decreto-Lei nº 1.949, de 30/12/1939.⁸⁰ O DIP é extinto em 25/05/1945, pelo Decreto-Lei nº 7.582, e substituído pelo Departamento Nacional de Informações, encarregado de “fazer a censura do Teatro, do Cinema, de funções recreativas e esportivas de qualquer natureza, da radiodifusão, dentro das normas do Decreto-Lei nº 21.111, de 1º/03/1932 e, nos casos previstos em lei, da literatura social e da imprensa.”⁸¹

A Constituição de 1946 retoma os termos daquela de 1934:

§ 5º - É livre a manifestação do pensamento, sem que dependa de censura, salvo quanto a espetáculos e diversões públicas, respondendo cada um, nos casos e na forma que a lei preceituar pelos abusos que cometer. [grifo nosso]⁸²

Desde janeiro de 1946, a norma que regulamentava o funcionamento da censura no Brasil era o Decreto nº 20.493⁸³, que foi recepcionado pela nova Constituição. Esse Decreto aprovou o regulamento do Serviço de Censura de Diversões Públicas do Departamento Federal de Segurança Pública, institucionalizando a censura que, naquele momento, era bastante centrada na preservação da moral e dos bons costumes da sociedade.

Esse Decreto é parcialmente revogado pelo Decreto nº 37.008, de 08/03/1955 que aprova o Regulamento Geral do Departamento Federal de Segurança Pública.⁸⁴ A partir daí, a censura prévia e a fiscalização dos espetáculos e diversões públicas é atribuída a Delegacias Especializadas de Costumes e Diversões, as quais contavam com um Serviço de Censura de Diversões Públicas. As atividades a serem censuradas incluíam cinema, teatro, música, dança, propagandas, entre outras, discriminadas no rol (exemplificativo) do artigo 146 do Regulamento.

Em 1961, é editado o Decreto nº 50.518, que dispõe sobre a fiscalização e controle da entrada de filmes cinematográficos destinados à projeção nos cinematógrafos e pela televisão.⁸⁵ Como sua motivação, o Decreto aponta “que a entrada no País de filmes cinematográficos e de televisão, sem a devida cobertura cambial e a título de amostra, tem dado ensejo a burlas fiscais de toda ordem com graves prejuízos ao erário nacional, com a evasão de divisas.” Entretanto,



essa justificativa não é aceita pela doutrina conservadora e moralista, segundo a qual o Decreto teria o fito de atender “às reivindicações de setores conservadores, em especial entidades católicas.”⁸⁶ Seja como for, o efeito prático do Decreto foi conceder aos estados federativos prerrogativas no exercício da censura de filmes.

A censura a espetáculos artísticos e culturais durante a Ditadura Militar

A partir de 1965, uma nova legislação censória foi sendo construída pelo regime militar, aproveitando muitos artigos já existentes e criando novos mecanismos que melhor atendessem às suas necessidades coercitivas. [...] Com a inauguração, em 1965, do novo prédio do Departamento Federal de Segurança Pública, no Distrito Federal, teve início o processo de centralização da atuação censória no Serviço de Censura de Diversões Públicas do Departamento Federal de Segurança Pública (posteriormente Departamento de Polícia Federal), em detrimento das censuras regionais. [...] Este processo de centralização foi fundamental para a censura, pois esta pretendia ter uma atuação mais coerente e uniforme. De algum modo, também simplificou a vida dos artistas, produtores e distribuidores, que agora requeriam uma única liberação, válida para todo o País.⁸⁷

Em 1965, é editado o Decreto nº 56.510, que aprova novo Regulamento Geral do Departamento Federal de Segurança Pública.⁸⁸ O Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP) passa a ser um órgão da Polícia Federal de Segurança⁸⁹, encarregada, entre outros, de “[c]oordenar e supervisionar, em caráter geral, os trabalhos da Censura de Diversões Públicas.”⁹⁰

O SCDP era o órgão central. Além de exercer a censura diretamente, por meio da Seção de Censura e suas duas Turmas, uma de Censura Cinematográfica e outra de Censura de Teatro e Congêneres, o SCDP estava encarregado de “[c]oordenar, em todo o território nacional, do ponto de vista doutrinário e normativo, as atividades inerentes à Censura Federal, a serem desempenhadas pelo órgão central e pelos demais descentralizados nas Delegacias Regionais.”⁹¹

As Delegacias Regionais poderiam ter jurisdição sobre um ou mais estados da federação. Nelas, a censura era exercida pela Turma de Censura de Diversões Públicas, integrante da Polícia de Segurança, órgão central da Delegacia Regional. As Delegacias estavam diretamente subordinadas ao Departamento Federal de Segurança Pública – o que é ressaltado no artigo 394 do Decreto: “As Delegacias Regionais, miniaturas que são do Departamento Federal de

Segurança Pública, existem como representações descentralizadas das atividades desse organismo.” O material a ser censurado deveria, portanto, ser encaminhado, em princípio, à Secretaria da Turma de Censura de Diversões Públicas da Delegacia Regional correspondente.

Em 1966, o Decreto-Lei nº 43 criou o Instituto Nacional do Cinema, encarregado, entre outras funções, de “visar” a programação de exibições cinematográficas comerciais e encaminhar filmes à censura, após o recolhimento do tributo correspondente e verificação de cumprimento das normas de proteção ao cinema brasileiro, fixadas pelo Conselho Deliberativo do Instituto. Além disso, o Decreto determina, em seu artigo 26, que “[a] censura de filmes cinematográficos, para todo o território nacional, tanto para exibição em cinemas, como para exibição em televisão, é da exclusiva competência da União.”⁹² Intensifica-se, desse modo, o processo de centralização da censura.

A Constituição de 1967, em seu artigo 8º, consignou a competência da União para organizar e manter a Polícia Federal com a finalidade (entre outras) de prover a censura de diversões públicas.⁹³ A institucionalização da censura é confirmada pelo art. 150, sobre os direitos e garantias individuais:

§ 8º - É livre a manifestação de pensamento, de convicção política ou filosófica e a prestação de informação sem sujeição à censura, salvo quanto a espetáculos de diversões públicas, respondendo cada um, nos termos da lei, pelos abusos que cometer. É assegurado o direito de resposta. A publicação de livros, jornais e periódicos independe de licença da autoridade. Não será, porém, tolerada a propaganda de guerra, de subversão da ordem ou de preconceitos de raça ou de classe. [grifo nosso].⁹⁴

Em 21/11/1968, é promulgada a Lei nº 5.536, que dispõe sobre a censura de obras teatrais e cinematográficas, cria o Conselho Superior de Censura, e dá outras providências. A exibição pública de obras cinematográficas era submetida apenas à censura classificatória, cujos critérios foram estabelecidos pela Lei, que mantém a censura “moral” de obras teatrais que pudessem:

I - atentar contra a segurança nacional e o regime representativo e democrático;

II – ofender às coletividades ou às religiões ou incentivar preconceitos de raça ou luta de classes; e

III - prejudicar a cordialidade das relações com outros povos.⁹⁵



A censura seria decidida por comissões de três técnicos do Serviço de Censura de Diversões Públicas do Departamento de Polícia Federal e, em caso de reprovação total, a decisão deveria ser ratificada pelo diretor-geral do Departamento de Polícia Federal. Decorridos os prazos legais sem essas manifestações, entendia-se que a obra estava liberada.

A figura do “Técnico de Censura” substituía o “Censor Federal”, exigindo-se, a partir de então, que o candidato possuísse diploma de Curso Superior em Ciências Sociais, Direito, Filosofia, Jornalismo, Pedagogia ou Psicologia.

O Conselho Superior de Censura, diretamente subordinado ao Ministério da Justiça, era competente para “rever, em grau de recurso, as decisões finais, relativas à censura de espetáculos e diversões públicas, [proferidas] pelo diretor-geral do Departamento de Polícia Federal e elaborar normas de critérios que orientem o exercício da censura, submetendo-os à aprovação do Ministro da Justiça” (art. 17). A decisão não unânime do Conselho poderia ser objeto de recurso ao Ministro da Justiça.

A instalação do Conselho Superior de Censura, contudo, só foi possível após a promulgação do Decreto nº 83.973, de 13/09/1979, que regulamentou o artigo 15, e seguintes, da Lei nº 5.536.⁹⁶

Com fundamento no Ato Institucional nº 5, de 13/12/1968, é promulgada a Emenda Constitucional nº 1, de 17/10/1969, que “[e]dita o novo texto da Constituição Federal de 24/01/1967”.⁹⁷ A norma constitucional relativa à competência da União para a censura de diversões públicas é mantida.⁹⁸ Entretanto, à norma que regula a liberdade de expressão é acrescentada a proibição de “exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes”:

Art. 153 [...] § 8º É livre a manifestação de pensamento, de convicção política ou filosófica, bem como a prestação de informação independentemente de censura, salvo quanto a diversões e espetáculos públicos, respondendo cada um, nos termos da lei, pelos abusos que cometer. É assegurado o direito de resposta. A publicação de livros, jornais e periódicos não depende de licença da autoridade. Não serão, porém, toleradas a propaganda de guerra, de subversão da ordem ou de preconceitos de religião, de raça ou de classe, e as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes. [grifos nossos]

Esta parte final do dispositivo foi posteriormente regulamentada pelo Decreto-Lei nº 1.077, de 14/02/1970, que proíbe exteriorizações contrárias à moral e aos



bons costumes em diversões e espetáculos públicos (além daquelas contidas em publicações e meios de comunicação).⁹⁹ A fiscalização do cumprimento dessa norma foi atribuída ao Conselho Superior de Censura, ao Departamento de Polícia Federal e aos juizados de Menores, no âmbito de suas respectivas competências.

A propósito dos censores, sua formação e forma de trabalhar:

A partir de 1966, a fim de entenderem as diferentes manifestações artísticas, os censores passaram a frequentar cursos de capacitação ministrados, por exemplo, pelo coronel Oswaldo Ferraro de Carvalho – Técnica de Censura –; pelo censor Coriolano Fagundes – Direito Aplicado –; pela atriz Sylvia Orthof – Teatro. A capacitação implantada na DCDP teve sua continuidade: em 1976, por exemplo, a professora de Técnica e Censura de teatro foi Maria Clara Machado e, no ano seguinte, professores da Universidade de Brasília ministraram também disciplinas para os censores. Com a alteração das exigências do cargo de censor, os policiais, que desde o Estado Novo eram maioria nos serviços de Censura, foram substituídos por concursados e por apadrinhados portadores de diploma de curso superior. Entre alguns destes novos censores, que surgem em cena já no início da década de 1970, vão figurar até mesmo profissionais com nível de pós-graduação, como ocorre com a historiadora Solange Hernandez, formada pela USP, que assumiu, em 1980, a direção geral da DCDP, sendo já atuante na Censura paulista. A fixação de legislações foi de fundamental importância para a atividade censora, pois era não só um limite imposto ao profissional de censura, mas também um referencial e uma fonte de justificativas.

Além do arcabouço legal instituído para justificar a censura às obras analisadas pela DCDP, havia à disposição dos censores inúmeras normas divulgadas pelo CONTEL a fim de regular as transmissões de rádio e televisão, além das resoluções e portarias baixadas pelo Instituto Nacional do Cinema (INC) que regulavam e criavam novas regras para a difusão e apresentação de filmes em território nacional e normatizavam também a apresentação de filmes nacionais em outros países. O término da censura prévia às diversões públicas ocorreu em 1979. A DCDP foi desativada no ano de 1988, com a promulgação da nova Constituição deste ano, que pôs fim à censura no Estado brasileiro.¹⁰⁰ [grifos nossos]

Acerca das diferenças que marcaram a censura a obras e espetáculos artísticos e culturais e a censura à Imprensa:



É preciso que atentemos para o fato de que a censura praticada pelo regime militar não foi homogênea. É possível distinguir uma série de diferenças entre a censura de diversões públicas e a censura feita à imprensa. Enquanto a primeira foi legal, conhecida do público, a última foi negada pelo regime e imposta por atos revolucionários como o AI-5, por exemplo. A censura feita pela DCDP estava inserida em uma longa tradição de defesa da “moral e dos bons costumes” e já existia havia muitas décadas no Brasil, legalmente, ao contrário da censura da imprensa, que foi feita pelos militares envergonhadamente, pois lembrava o velho DIP do Estado Novo e os castelistas moderados tinham horror ao velho órgão. [...]

Embora existisse um mal-estar da parte da DCDP em afirmar categoricamente que realizava uma censura política, em seus pareceres os censores não se sentiram incomodados em dizer que determinada música “fere as normas do regime vigente” ou identificar “mensagem de teor subversivo”. [...]

Mesmo em meio ao processo de abertura não houve um afrouxamento da censura musical nem um desgaste, como aconteceu com a censura feita à imprensa. Pelo contrário, a DCDP funcionou até o ano de 1988, embora a partir de 1985, com o fim do regime, o número de vetos tenha caído drasticamente. A DCDP foi finalmente extinta no ano de 1988, quando foi promulgada uma nova Constituição, na qual se determinou a passagem da censura de diversões públicas para o âmbito do Ministério da Educação, com um caráter apenas classificatório.¹⁰¹

A Constituição de 1988,¹⁰² em seu artigo 5º, sobre os direitos e garantias fundamentais, dispõe:

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença; [grifo nosso]

Ainda, em seu Capítulo V, sobre a comunicação social, a Carta estabelece:

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 1º Nenhuma lei conterà dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística



em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV.

§ 2º É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística. [grifos nossos]

Extingue-se, dessa forma, a censura institucionalizada no Brasil.

10.9 Eventos de censura violenta a espetáculos artísticos e culturais e a intérpretes mineiros ou ocorridos em Minas Gerais

O *Living Theatre*

O *Living Theatre* é um grupo de teatro fundado por Judith Malina (atriz, escritora e diretora americana/alemã) e seu companheiro Julian Beck (pintor, poeta, ator e diretor americano), em Nova York, nos Estados Unidos, em 1947. A prática teatral proposta pelo grupo busca ir ao encontro do povo, na rua, rompendo, assim, a convencional partilha de poder entre palco e plateia, para promover a revolução, em sua forma não violenta, por meio da libertação da arte, da cultura, das universidades. O objetivo é criar formas diversas de organização social, rumo à utopia anárquica da convivência humana sem classes e sem nações.¹⁰³

Desde sua estreia, as apresentações do grupo foram impedidas várias vezes pelas autoridades americanas e de outros países, sob diversas acusações. O *Living Theatre* produziu seu próprio conceito de teatro político e se tornou a mais importante referência internacional para os grupos de vanguarda, entre as décadas de 1960 e 1970.¹⁰⁴ “Não bastassem as encenações agressivas ou debochadas, mas sempre de ataque direto às instituições e ao *status quo*, os Beck¹⁰⁵ eram visivelmente muito ativos – anarquistas, pacifistas e, é claro, empenhados ativistas políticos.”¹⁰⁶

O grupo deixou os EUA em 1963, rumo à Europa. Os artistas voltaram aos EUA em 1968 e à Europa em 1969. Chegaram ao Brasil, em 1970, graças ao convite feito em Paris por José Celso Martinez Corrêa, diretor do Teatro Oficina, e Renato Borghi.

Julian Beck e Judith Malina chegaram a São Paulo no dia 25/07/1970, com mais sete integrantes do grupo, dispostos a desenvolverem um projeto em



comunidade com o grupo teatral Oficina e com o grupo argentino *Los Lobos*, também em São Paulo, a convite de José Celso. O encontro entre os grupos, contudo, foi marcado por divergências estéticas e políticas e por conflitos pessoais. Em janeiro de 1971, romperam; o *Living Theatre* instalou-se em Ouro Preto e deu início aos preparativos para a montagem de um trabalho inédito - "O legado de Caim" -, contando, para isso, com novos integrantes do grupo, inclusive alguns brasileiros.¹⁰⁷

Em Ouro Preto, "o grupo encontrou um ambiente alternativo, consequência direta da existência, [ali], de uma estrutura intencionalmente comunal construída, a cada ano, no mês de julho, para escolha de eventos e locais de exibição e para apresentação e distribuição coletiva da vida artística - o Festival de Inverno."¹⁰⁸

Durante a estada em Ouro Preto, o *Living* continuou seus trabalhos de pesquisa e de preparação dos próximos espetáculos, principalmente O legado de Caim. [...]. Desenvolveram ainda uma oficina para crianças e adolescentes que resultou numa apresentação em homenagem ao Dia das Mães, com o título de Seis sonhos sobre mamãe, apresentada no bairro industrial de Saramenha.¹⁰⁹

O grupo solicitou a inclusão de sua participação na programação oficial do V Festival de Inverno da UFMG, obtendo, contudo, resposta negativa, sob o fundamento de que "na programação do referido Festival não caberia uma tão intensa participação no setor de Teatro."¹¹⁰

Interpretação diversa foi apresentada:

Após meses de negociações, e mesmo com o grupo se oferecendo para apresentar gratuitamente após alegação de falta de verbas, sua participação [no Festival de Inverno] foi recusada [pela direção]. Justificaram, posteriormente, não haver tempo de modificar a programação. Recentemente, a biografia de Júlio Varela revela outra explicação: "Apenas seis meses depois da instalação do grupo em Ouro Preto, a população da cidade, incluindo o clero, está escandalizada com o estilo de vida e o comportamento do grupo. A proposta, então, não é aceita pelo Festival. "¹¹¹

Em 1º/06/1971, dia da abertura do Festival, uma denúncia anônima justifica a irrupção de agentes do Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais (DOPS/MG), na república onde os membros do *Living* residiam – um casarão na Rua Pandiá Calógeras, nº 23, Ouro Preto. São encontrados medicamentos,



vitaminas, livros e o mapa da cidade, que aos militares parecem constituir evidências de atividades subversivas.¹¹² Vinte e um integrantes do grupo são presos¹¹³.

Os artistas foram conduzidos à cadeia de Ouro Preto e, durante a madrugada, ao DOPS, em Belo Horizonte. Conforme relata Judith Malina.¹¹⁴

em um tumultuado corredor do DOPS, o grupo foi interrogado por policiais e jornalistas, indistintamente, sobre um eventual hábito de fumar maconha e sobre sua vida sexual. Judith declarou nunca haver usado maconha e Julian afirmou que a fumara no passado, mas não durante muitos anos. Após várias horas, os detidos foram finalmente divididos em dois grupos: os que estavam na casa (presos “em flagrante”) e os que tinham sido presos fora da casa. Às quatro horas da manhã, as mulheres foram separadas dos homens. Judith e Mary foram colocadas em um pequeno quarto, com a porta trancada, e foram informalmente abordadas pelo Dr. Renato Aragão da Silveira, delegado encarregado do aspecto social do DOPS, diplomado pela *School of the Americas*, a escola da CIA para oficiais de regimes totalitários na América Latina. O delegado David Hazan era o gestor do DOPS à época.¹¹⁵

No dia 02/07/1971, alguns dos integrantes do grupo foram soltos. “Os que não [havia] sido soltos foram autuados e tiveram de deixar impressões digitais.”¹¹⁶ Ainda que não conhecessem o teor dos documentos relativos à detenção, os artistas não tinham outra saída, que não fosse assiná-los.¹¹⁷

No dia 03/07/1971, o grupo foi comunicado acerca de rumores de que seriam novamente presos. Judith e Julian, sem ter aonde ir ou o que fazer, foram à inauguração de uma galeria de artes. Durante o evento, dois agentes do DOPS invadiram a galeria e detiveram os artistas, que foram levados à cadeia de Ouro Preto e, posteriormente, ao DOPS, em Belo Horizonte, sob a “suspeita de uso de drogas e suspeita de atos de subversão.”¹¹⁸

Judith e Mary foram colocadas em uma cela, em companhia de Maria Dalce Ricas, 22 anos, presa política (SEDESEa). Posteriormente, foram introduzidas mais “três moças do Rio que tinham sido presas em Ouro Preto, por causa de maconha.”¹¹⁹

No dia 04/07/1971, houve uma tomada de declarações. Julian foi interrogado em primeiro lugar e permitiu-se que ele presenciasse o interrogatório de Judith, que foi mediado por um intérprete de alemão. Judith foi interrogada acerca de



cadernos, livros, cartas, papéis, anotações, fotografias e pedaços de um mapa de Ouro Preto, encontrados na casa do grupo. Os policiais afirmaram haver encontrado maconha¹²⁰ na casa dos artistas e mostraram fotografias de policiais e cães com os pacotes descobertos. Judith afirma que o local das fotografias não parecia com a casa do grupo e que havia indícios de fraude.¹²¹

No dia 05/07/1971, o grupo recebeu a visita de seu advogado, Ariosvaldo de Campos Pires, enviado pelo Consulado dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, a pedido de Preston Amos, funcionário do Serviço de Divulgação e Relações Públicas dos Estados Unidos da América, que tinha visitado o grupo no dia anterior. O grupo também recebeu a visita de Randy Reed, vice-cônsul dos Estados Unidos no Rio de Janeiro e de Yvonne e Jimmy Spicer. As visitas eram acompanhadas por policiais, repórteres e fotógrafos.

Em 06/07/1971, foi decretada a prisão preventiva do grupo, até o julgamento pelo Juiz de Direito da Comarca de Ouro Preto, Moacir Andrade. No dia seguinte, Julian e Judith deveriam ser enviados a prisões diferentes. Entretanto, o advogado do casal solicitou o cancelamento da medida e o delegado Thacyr Omar Menezes Sia¹²² deferiu o pedido. Os demais membros do grupo foram transferidos. Em 11/07/1971, Judith e Julian foram levados num jipe, junto com Guimarães Filho, preso político (SEDESEb), a fim de serem fotografados e terem suas impressões digitais registradas. No dia 08/07/1971, Mary e Andy foram postos em liberdade.

No dia 23/07/1971, com base nos autos do inquérito, o promotor de justiça, Antônio Carlos de Barros, apresentou denúncia contra Julian Beck, Judith Malina, Vicente Segura, Sérgio Godinho, Sheila Mary Charlesworth, Luke Theodore, James Anderson, Pamela Badyk, Brigit Knabe, José Carlos Templet, Ivanildo Silvino de Araújo, Roy Harris Levine, Thomas S. Walker, Hans Schano, William Lawrence Hoves.¹²³ A denúncia foi fundamentada no art. 281 do Código Penal, com redação dada pelo Decreto-Lei nº 385, de 26/12/1968, que dispõe:

Art. 281. Importar ou exportar, preparar, produzir, vender, expor a venda, fornecer, ainda que gratuitamente, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, ministrar ou entregar, de qualquer forma, a consumo substância entorpecente, ou que determine dependência física ou psíquica, sem autorização ou de desacôrdo com determinação legal ou regulamentar¹²⁴:

A instrução criminal teve início no dia 26/07/1971, no âmbito do processo nº 8724/71. Interrogada sobre a existência de inimigos seus, Judith disse que sim,



mas que não podia dizer nomes, eram pessoas que falavam contra o grupo em público, nos sermões da igreja, e diziam que eram sujos. O juiz perguntou se esses inimigos tinham acesso à porta da casa. Judith informou que a casa era aberta a jovens e pobres, e que qualquer um podia entrar na casa pelo jardim, que dava para o rio. O juiz perguntou se Judith bebia, fumava, jogava baralho, se já havia estado separada de Julian, se já havia sido presa antes. Não foram feitas perguntas sobre maconha. Foi lida uma relação de nomes, desconhecidos para Judith, de pessoas que testemunharam contra o grupo.¹²⁵

No dia 27/07/1971, após os depoimentos das testemunhas de acusação, as testemunhas de defesa falam em favor do grupo: Maria Delfina de Oliveira, diretora da escola de Saramenha; Vladmir Santos; Elisabete, professora; Orlandinho Seitas Fernandes, diretor do Museu da Inconfidência; Victor e Caiaffa; Nelo Nunno, artista plástico; Maurílio Torres, jornalista.

Em 26/08/1971, a Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, sob a relatoria do Des. Lindolfo Paoliello, julgou o *habeas corpus* nº 12.679, impetrado em favor dos artistas. A medida foi concedida, exceto em favor de Sergio Godinho, James Anderson, Pamela Badik, Judith Malina e Julian Beck. A ordem foi cumprida no dia 28/08/1971.¹²⁶

A detenção dos membros do *Living* pela ditadura brasileira mobilizou ações de protesto na Europa e nos Estados Unidos. No dia 31/07/1971, é publicado um manifesto internacional¹²⁷, exigindo a incolumidade dos artistas e pedindo a sua libertação. O documento foi assinado por mais de 120 personalidades das artes e da política, que criaram o *American Committee for the Defense of the Living Theatre*. Entre as assinaturas constavam os nomes de John Lennon, Yoko Ono, Marlon Brando, Pier Paolo Pasolini, Tennessee Williams, John Lindsay (o então prefeito de Nova York), Allen Ginsberg, Samuel Beckett, Jean-Paul Sartre, Michel Foucault, Bernardo Bertolucci, Jean Luis Barrault, Artur Miller, Mick Jagger, Susan Sontag, Bob Dylan, Jane Fonda, Abbey Rockefeller, Andy Warhol, Stanley Kubrick, Jean Luc Godard, Moravia, Jean Genet, entre outros.

Sobre o período da detenção, Julian Beck descreve métodos de tortura utilizados pelos militares para obter informações e Ilion Troya destaca o caso dos choques elétricos ministrados pelos algozes de Thacyr Omar Menezes Sia no potiguar Ivan Silvino e em Vicente Segura, o peruano, durante os interrogatórios da madrugada de 02/07/1971.¹²⁸



Em agosto de 1971, o então presidente da República, general Emílio Garrastazu Médici, assinou o Decreto de expulsão do *Living Theatre* do País, atendendo à exposição de motivos do Ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, que alegou estar o grupo inspirando uma campanha difamatória contra o Brasil. O Decreto foi expedido antes que fosse pronunciada qualquer sentença.

O Jornal Correio da Manhã, de 28/08/1971, publicou a seguinte notícia:

O presidente da República, baseando-se em exposição de motivos do ministro da Justiça assinou ato expulsando do território nacional treze cidadãos estrangeiros.

O ato presidencial e a exposição de motivos têm a seguinte íntegra:

“O presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 102 do Decreto nº 66.689, de 11 de junho de 1970, e tendo em vista o que consta do processo nº 58.283, de 1971, do Ministério da Justiça”

Resolve expulsar do território nacional, na conformidade do artigo 100, combinado com os artigos 103 e 108, todos do Decreto nº 66.689, de 11 de junho de 1970, Vicente Segura, de nacionalidade peruana; Sérgio Godinho, de nacionalidade portuguesa; Sheila Mary Charlesworth, de nacionalidade canadense; Pamela Badyk, da nacionalidade australiana; Birgit Knabe, de nacionalidade alemã; Hans Schano, de nacionalidade austríaca; Luke Theodore, James Anderson, Roy Harris Levine, Thomas S. Walther, William Lawrence Howes, Judith Malina Beck e Julian Beck, de nacionalidade norte-americana.

Nos primeiros dias de julho do corrente ano foram presos em Minas Gerais, componentes do grupo teatral internacional *Living Theatre*, acusados de crime capitulado no artigo 281 do Código Penal.

Sua prisão determinou o surgimento de onda de protestos em várias partes do mundo, atribuindo ao Governo brasileiro conduta inamistosa para com a classe teatral, o que tem sido explorado por inimigos de nossa pátria, na campanha difamatória que empreendem contra o Brasil.

Essa campanha tem sido estimulada pelos próprios integrantes do grupo *Living Theatre*, através de declarações encaminhadas à Imprensa Internacional, o que constitui também crime contra a segurança nacional (Decreto-lei nº 898, de 29 de setembro de 1969, artigo 45).



Entendo que esse comportamento torna a presença dos alienígenas presos em Minas Gerais absolutamente perniciososa aos interesses nacionais, o que os faz passíveis de expulsão na forma do artigo 100 do Decreto número 66.689, de 11/06/1970.

Acresce, ainda, que o retardamento de sua libertação e o constrangimento do processo criminal em curso em Belo Horizonte estimularão progressivamente a ação dos interessados em denegrir o bom nome do Brasil.

Dispõe o artigo 108 do citado Decreto nº 66.689: “Art. 108 – Em se tratando de procedimento contra a Segurança Nacional, a ordem política ou social e a economia popular, assim como no caso de desrespeito à proibição especialmente prevista em lei para estrangeiro, a expulsão poderá ser feita mediante investigação sumária, que não poderá exceder o prazo de cinco dias, dentro do qual fica assegurado ao expulsando o direito de defesa.

Parágrafo único – Nos casos deste artigo, dispensar-se-á a investigação sumária quando o estrangeiro houver prestado depoimento em inquérito policial, ou inquérito policial-militar ou administrativo, no qual se apure haja ele se tornado passível de expulsão.

E o artigo 103 do mesmo decreto reza: “Art. 103 – Desde que seja conveniente ao interesse nacional, a expulsão do estrangeiro poderá efetivar-se, ainda que haja processo ou já se tenha efetivado sua condenação.”¹²⁹

No dia 26/09/1972, foi prolatada a sentença, no sentido de absolver todos os acusados, por não haver sido corroborada, na instrução criminal, a prova colhida durante o inquérito policial.

O Promotor de Justiça, Antônio Carlos de Barros, apelou da decisão em 02/10/1972. A apelação tramitou sob o nº 8.724, contudo, no dia 29/06/1973, a Primeira Câmara Criminal do TJMG, sem examinar o mérito do assunto, determinou a devolução dos autos ao juízo de origem, para que este apresentasse, de ofício, o recurso necessário regulado no art. 7º da Lei nº 1.521 de 26/12/1951.¹³⁰ O processo ficou sem qualquer movimentação durante quase vinte anos, e o referido recurso somente foi apresentado em 21/02/1990. Em resposta, a Segunda Câmara Criminal do TJMG prolatou, no dia 24/05/1990, acórdão no sentido de declarar a extinção da punibilidade dos réus, pela prescrição da ação penal. A decisão transitou em julgado e os autos foram arquivados.

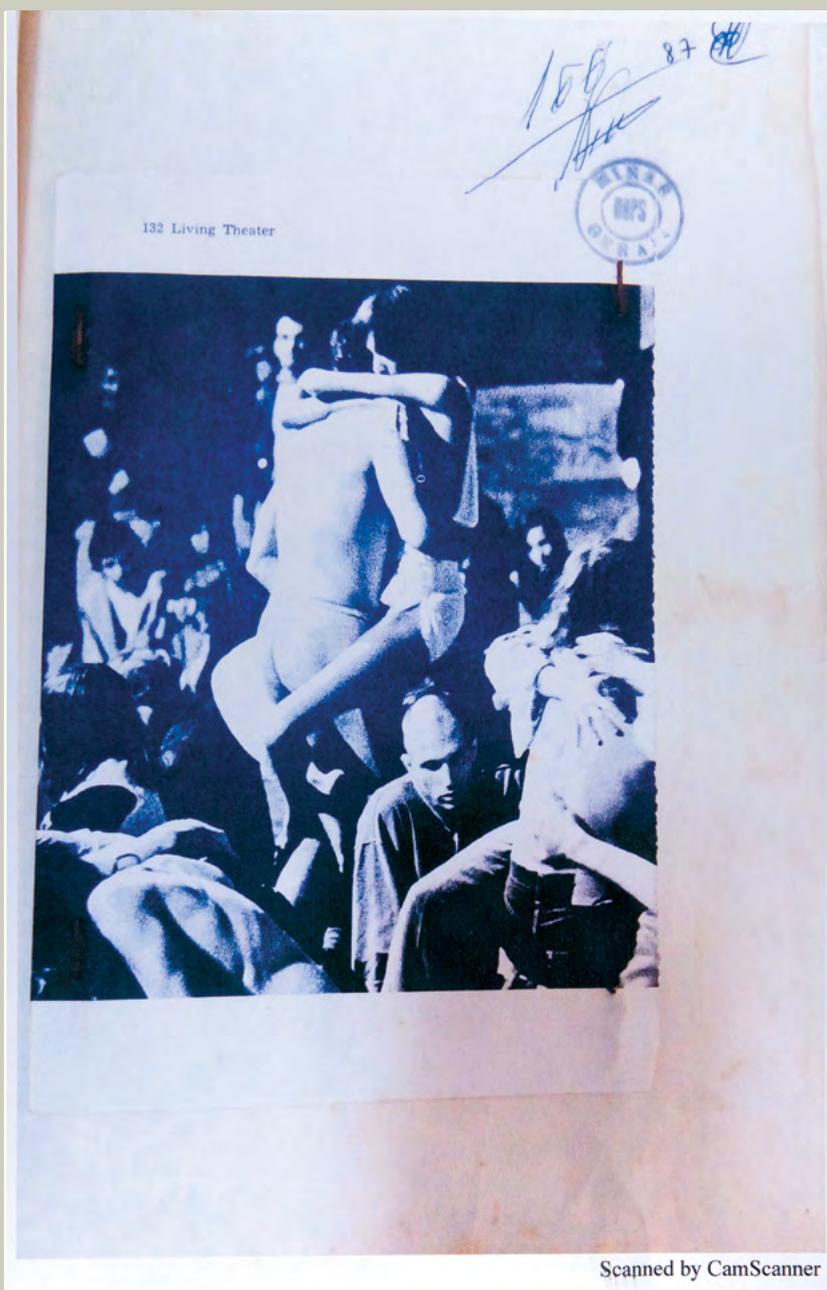


Figura 6 – A prática teatral do *Living Theatre*. Fonte: MINAS GERAIS, 1990.

Processo contra o artista plástico Lincoln Volpini Spolaor

Em 1976, a obra “Penhor da Igualdade”, do artista plástico Lincoln Volpini Spolaor, é retirada da galeria do IV Salão Global de Inverno, apresentado no Palácio das Artes, em Belo Horizonte, entre os dias 20/05 e 18/07/1976. O evento, uma realização da Globo Minas – Rede Globo de Televisão, era organizado pelo jornalista Jurandir Persichini.



O artista, assim como os críticos de arte que atuam como jurados na seleção e premiação das obras para o IV Salão - Héctor Júlio Paride Bernabó, Rubens Herschmann, Frederico Guilherme Gomez de Moraes e Mário Cravo Júnior, foram processados e julgados.

Após a apreensão da obra, foi instaurado um inquérito policial e, em seguida, o Ministério Público Militar junto à Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar apresentou ação penal contra o artista, autor do quadro, e contra os referidos jurados, que teriam sido coniventes com o crime ao premiar a obra. O quadro foi considerado subversivo “porque além de conter um agravo ao símbolo nacional encerrava, como pano de fundo, uma inscrição fixada em uma parede, apoiando uma tentativa de guerrilha”¹³¹

“Penhor da Igualdade” apresentava, no alto, um espaço de madeira que aludia à bandeira nacional e, na parte inferior, a foto de uma criança junto a um tronco de árvore. Em primeiro plano, uma corda. No fundo, a foto de um muro com a frase “Viva a guerrilha do Pará-73”. A interpretação da polícia foi a seguinte: “O pequeno pedaço de madeira representa a bandeira nacional, a corda, na realidade, é um arame farpado. Um exame com lupa do muro ao fundo do quadro mostra que nele está escrita uma frase de apoio à guerrilha do Pará.”¹³²

A denúncia tipificou o evento no artigo 47 do Decreto nº 898, de 29/09/1969, que “define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências”: “Incitar à prática de qualquer dos crimes previstos neste Capítulo, ou fazer-lhes a apologia ou a de seus autores se o fato não constituir crime mais grave.”¹³³

Em suas alegações finais, o Ministério Público Militar deixou a critério do Conselho a desclassificação do crime, do artigo 47 para o 45, incisos I e IV, do Decreto nº 898/69. Esta norma dispõe:

Art. 45. Fazer propaganda subversiva:

I - Utilizando-se de quaisquer meios de comunicação social, tais como jornais, revistas, periódicos, livros, boletins, panfletos, rádio, televisão, cinema, teatro e congêneres, como veículos de propaganda de guerra psicológica adversa ou de guerra revolucionária ou subversiva;

[...]

VI - Manifestando solidariedade a qualquer dos atos previstos nos itens anteriores.



Em primeira instância, a ação tramitou sob o número 06/77, perante a Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar, sendo julgada pelo Conselho Permanente de Justiça para o Exército. A sentença foi prolatada em 27/07/1978.

Os membros do júri que premiou a obra foram absolvidos. O Conselho considerou que:

entre as atribuições dos membros da comissão [juladora] não estava prevista, contratualmente ou legalmente, a de examinar o aspecto ideológico das obras julgadas, mas tão somente de seu valor artístico. [...] Além do mais, foram mais de 1800 obras, centenas de áudio-visuais, todos vistos a distância e somente de relance por horas seguidas com o conseqüente cansaço físico e psicológico. [...] Se alguma negligência ocorreu quando da premiação do quadro, já os jurados pagaram árdua e amargamente pelo descuido somente com o processo a que responderam por anos seguidos.¹³⁴

Quanto a Lincoln Volpini, o Conselho Permanente de Justiça para o Exército considerou que a afirmação “Viva a guerrilha do Pará-73”, contida no quadro “Penhor da Igualdade”, constituía “propaganda de meios violentos como forma de subverter a ordem estabelecida.”¹³⁵ A referida frase não havia sido escrita pelo artista, mas aparecia, em letras pequenas, em uma foto utilizada pelo artista no quadro. O Conselho entendeu que o artista “utilizou conscientemente tal frase em consonância com os demais elementos de sua montagem, mostrando os problemas sociais e oferecendo a solução através da luta armada.”¹³⁶

O Conselho ponderou, ainda:

Um quadro é um veículo de comunicação social tal como um filme, um artigo de jornal ou revista, um panfleto, uma peça de teatro, ou tudo que transmita uma mensagem entre o autor da mensagem e o receptor, devendo-se tomar o relacionamento do inciso I do artigo 45 da LSN como meramente exemplificativo.

Se um meio utilizado tem força ou não para atingir a segurança nacional, isto somente seria objeto de exame para os fins do § único deste mesmo artigo, bastando para seu “caput” que a mensagem seja transmitida.¹³⁷

A sentença declarou a perda do quadro, em favor da Fazenda Nacional, e condenou Lincoln Volpini a um ano de reclusão, pelo crime do artigo 45 do Decreto nº 898/69. Em vista dos bons antecedentes do artista, foi-lhe permitido aguardar em liberdade pelo trânsito em julgado da sentença.

O Ministério Público Militar apelou da decisão, insistindo na culpabilidade dos jurados. Perante o Superior Tribunal Militar, o recurso tramitou sob o nº 42.164-MG. O acórdão foi proferido em 16-03/1979, mantendo a sentença apelada, na íntegra.

Lincoln Volpini, por meio de seu advogado, apresentou, perante o STM, Recurso Ordinário a ser encaminhado ao Supremo Tribunal Federal, o que se efetivou em 05/07.¹³⁸ Entretanto, menos de dois meses mais tarde, em 28/08/1979, foi promulgada a Lei nº 6.683, conhecida como Lei de Anistia. Esta foi invocada pelo STF, em sua decisão, de 18/09/1979, declarando a extinção da punibilidade do artista.

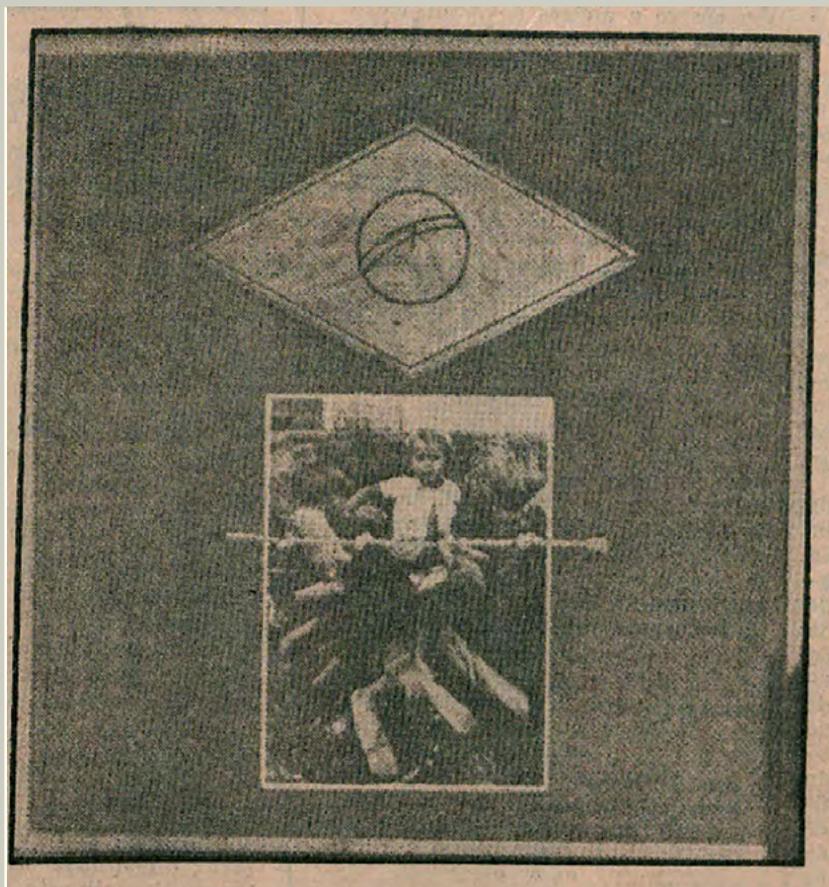


Figura 7 - Obra "Penhor da Igualdade", de Lincoln Volpini



“Penhor da Igualdade” [...] é constituído por uma peça de eucatex emoldurada, de 40 x 40 cm. No alto dessa peça, há um pedaço de madeira em forma de losango e, no centro, um círculo com uma faixa branca e uma interrogação desenhada a grafite. Sob o losango há uma fotografia feita pelo próprio artista numa rua de Belo Horizonte mostrando uma criança sobre o tronco desabado de uma árvore e tendo ao fundo o Ribeirão do Arrudas, muito poluído, que corta o centro da Capital mineira. Mais ao fundo, ainda na área de foco, há um muro, onde está pichada a frase: “Viva a Guerrilha do Pará 73”. Para a polícia, “o pedaço de madeira representa a Bandeira Nacional, a corda é na realidade um arame farpado. Um exame com lupa, sobre a parede ao fundo do quadro, mostrou que nela está escrita uma frase de apoio à guerrilha do Pará”. [...] Volpini explicou na época que na verdade o losango não “representa” a Bandeira, sendo a própria Bandeira, acrescentando, mais adiante, que a ideia básica era “mostrar paradoxo existente entre a imagem de um país desenvolvido sob o signo da ordem e do progresso para quem tem dinheiro, e não para uma maioria que continua sem ordem e sem progressos”. A interrogação sobre a faixa da Bandeira, prosseguiu, deixa isso bem claro. “A Bandeira não seria então um símbolo de nação, mas puramente o símbolo de um Governo que obviamente não representa a população, como um todo, pois nenhum Governo o faz.”

Fonte: ARTISTAS, 1978.

Censura e repressão ao músico Sirlan Antônio de Jesus

Sirlan Antônio de Jesus, natural de Belo Horizonte, começou a frequentar e participar da cena cultural belo-horizontina no começo dos anos 1960, como cantor e baterista. À época, Sirlan tocou em apresentações dos grupos Jazz Minas Bossa, Os Barranqueiros, Os Turbulentos, MPB4, entre outros. Participou de apresentações musicais em programas de rádio e televisão em Belo Horizonte e em bailes, promovidos em várias cidades do estado de Minas Gerais. Concomitantemente, Sirlan começou a trabalhar no Jornal Correio de Minas e na Revista Três Tempos e, a partir de 1964, na TV Itacolomi, especialmente no programa “Brasa 4”. Na mesma época, Sirlan começou a frequentar o Colégio Estadual Central de Belo Horizonte, o Saloon – bar situado à Rua Rio de Janeiro - e o Restaurante do Lucas – no edifício Arcângelo Maletta – “pontos de encontros diários de músicos, escritores, cineastas, atores e diretores de teatro, jornalistas, advogados, profissionais liberais e estudantes que ali debatiam os acontecimentos, trocavam informações e tramavam suas criações e produções artísticas.”¹³⁹

Em 1968, após o assassinato do estudante Edson Luís de Lima Souto, no Rio de Janeiro, em parceria com Murilo Antunes, Sirlan compôs a música “Viva Zapátria”. Em 1969, o artista foi convidado a participar, como baterista, de uma turnê do grupo MPB4, pelo interior de Minas Gerais. Após a turnê, solicitou sua transferência, da TV Itacolomi para a Rádio Tupi, no Rio de Janeiro. Retornou a Minas Gerais em 1971 e, em 1972, decidiu inscrever a música Viva Zapátria no VII Festival Internacional da Canção da Rede Globo, que acontecia anualmente no Maracanãzinho, Rio de Janeiro. Para tanto, Sirlan convidou Flávio Venturini e Zé Geraldo Vermelho (mais tarde 14 Bis) para irem ao estúdio da Bemol, no bairro Caiçara, fazer a gravação. A inscrição foi realizada no escritório da TV Globo em Belo Horizonte.¹⁴⁰

Viva Zapátria foi selecionada e, algum tempo depois, Sirlan vai ao Rio de Janeiro, a convite de Solano Ribeiro, diretor artístico do Festival Internacional da Canção, para assistir às audições classificatórias, durante as quais seriam selecionadas outras 29 músicas para o Festival. Definidas as 30 músicas que iriam participar, suas letras foram enviadas para liberação da Divisão de Censura de Diversões Públicas da Polícia Federal. Viva Zapátria foi censurada. A direção do festival, da Rede Globo e da Som Livre, entre outros, se mobilizaram para conseguir liberar a música. Desse modo, Viva Zapátria foi liberada para a apresentação no festival e gravação do LP “As Finalistas do VII FIC”, o que foi feito pelo grupo MPB4, por meio da gravadora Polygram.¹⁴¹

Durante as apresentações do Festival, agentes do regime estiveram presentes, uniformizados ou à paisana. Viva Zapátria foi bem recebida pelo público, chegando à etapa final do concurso. A música e Sirlan, seu compositor e intérprete, receberam o prêmio de “Menção Honrosa”. Sirlan foi convidado a representar o Brasil no júri da Final Internacional do Festival e a gravadora Som Livre começou a se ocupar dos preparativos para o lançamento de um LP de Sirlan. Entretanto, após várias tentativas, todas as músicas enviadas por Sirlan foram vetadas pela Censura Federal, ainda que não houvessem sido compostas por ele. À época, Sirlan estava negociando com a Editora Musical Novo Rumo Ltda. - integrante do Sistema Globo de Edições Musicais, SIGEM - um contrato de exclusividade para a edição de músicas de sua autoria. Este não foi concluído e, após dois anos de tentativas de liberação, a Som Livre rescindiu o contrato com Sirlan. Nesse ano de 1972, o espetáculo teatral Fio da Navalha também foi vetado pela Censura, em virtude da participação de Sirlan, como baterista.¹⁴²

Apenas em 1979, Sirlan conseguiu a liberação de canções suas, que integrariam um show no Teatro da Imprensa Oficial, em Belo Horizonte, e o LP “Profissão de fé”, gravado pela Continental, nesse mesmo ano, mas não teve a repercussão esperada. Verificou-se, desse modo, a censura à atividade profissional do

artista, compositor, cantor e baterista Sirlan Antônio de Jesus, mediante veto de várias músicas de sua autoria e de shows e espetáculos que contariam com sua participação.

Em 28/04/2014, Sirlan apresentou um requerimento à Comissão de Anistia, com base na Lei nº 10.559, de 13/11/2002. O pedido tramitou sob o nº 2014.01.73659 e foi deferido em 25/03/2015. Em 05/08/2015, foi publicada a Portaria nº 1.251, que declarou a condição de anistiado político de Sirlan e concedeu-lhe reparação econômica, de caráter indenizatório, além de determinar a contagem do tempo em que esteve compelido ao afastamento de suas atividades profissionais, para todos os efeitos.¹⁴³

Viva Zapátria
MPB 4
Compositores: Murilo Antunes e Sirlan

Esse meu sangue fervendo de amor
Aterrissam falcões, onde estou?
Carabinas, sorriso, onde estou?

Um compromisso a sirene chamou
Duplicatas, meu senso de humor
Se perdeu na cidade onde estou.

Viva Zapátria, saudou esse meu senhor
Beijos, abraços, ano um chegou
Salve Zapátria, ê, viva Zapátria, ê
Esta cidade foi uma herança só.

Viva Zapátria, saudando o senhor
Horizonte aberto onde estou
Esta América mãe onde estou.

Figura 8 – Letra da música Viva Zapátria. Fonte: <https://www.vagalume.com.br/mpb4/viva-zapatia.html>

Impedimento de participação de Juscelino Kubitschek de Oliveira em Programa da TV Itacolomi

Juscelino Kubitschek, natural de Diamantina, ocupou a Presidência da República entre 1956 e 1961, tendo João Goulart como vice-presidente. Em 1962, foi eleito senador por Goiás e, em março de 1964, o PSD lançou sua candidatura à

presidência. Entretanto, após o golpe de 1964, JK teve seu mandato cassado e seus direitos políticos suspensos.

Em 1971, o nome de Juscelino Kubitschek foi indicado para representar Diamantina no programa "Mineiros frente a frente", apresentado pela TV Itacolomi, aos sábados. Em comunicação oficial datada de 1º/06/1971, o chefe do DOPS, David Hazan, informa que o DOPS e a ID/4 nada tinham a opor quanto à referida apresentação; contudo, a participação de JK havia sido vetada pelo Comando da 4ª Região Militar.¹⁴⁴

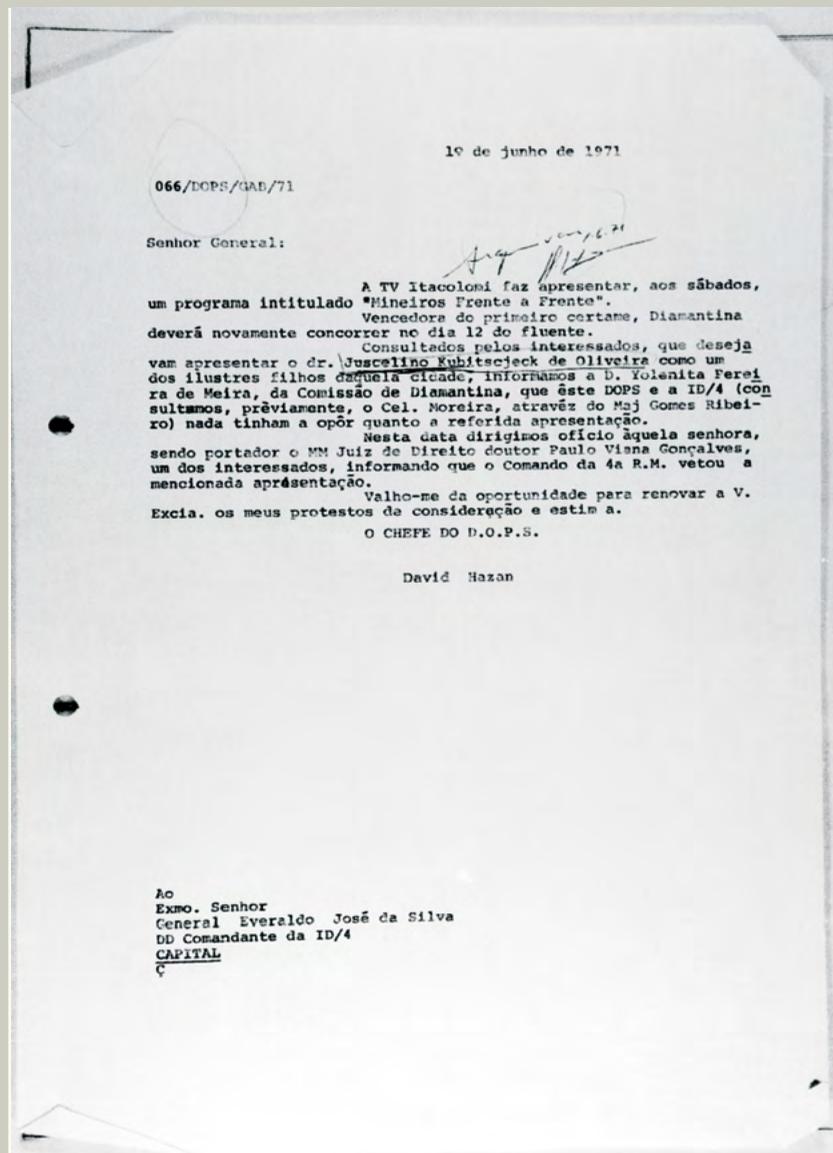


Figura 9 – Carta que comunica a vedação da participação de JK no programa "Mineiros Frente a Frente". Fonte: MINAS GERAIS, 1971.



Casos não esclarecidos

Grupo Mambembe

Em 1979, o Palácio das Artes lançou um edital para produção de um grande espetáculo com os músicos mineiros que despontavam, como parte do projeto “Travessia – O canto dos mineiros”. Segundo Camargos, ex-integrante do grupo, o Mambembe inscreveu cinco músicas (o máximo permitido) e todas elas foram selecionadas. O evento aconteceria nos dias 29 de junho a 1º de julho. Entretanto, durante o ensaio geral, na quinta-feira anterior ao evento, o Mambembe teria sido informado de que uma de suas músicas, “Charada Nacional” (poema de Dom Pedro Casaldágua, musicado por Toninho Camargos), estava censurada para a apresentação. No primeiro dia do show “Travessia”, a música teria sido apresentada, a despeito da proibição. Nos outros dias “nem a versão instrumental foi permitida”.¹⁴⁵ O público tentou cantar a música, mas “[c]ortaram o som”.¹⁴⁶

Cruzeiro do Sul
Com o Cristo do Norte
Brasil!
Sobrando de vida
Vivendo da morte
Da morte do povo Brasil!

Sem terra, sobrando de terra
Fazendo da paz uma Escola de Guerra
Sem graça
No gol
Na cachaça:

Sobrando de festa e de sol!
Meu Brasil brasileiro
Apenas cantado
Brazil estrangeiro
Vendido, de fato, comprado
Importado!

Só entrando de novo Brasil
No bloco diário da rua!
Só entrando na tua
Na tua do povo
Brasil, pau-brasil, ex-Brazil
Brasil do Brasil!

Figura 10 – Poema “Charada Nacional”, de Dom Pedro Casaldágua, musicado por Toninho Camargos. Fonte: CAMARGOS, 2016, p. 173.



Também a música “Canto de Alegria”, de Ricardo Faria, integrante do Mambembe, teria sido proibida para execução fora do show do conjunto “A Revolta da Chibata”, por defender a anistia ampla, geral e irrestrita.

Esses fatos são relatados por Toninho Camargos, em seu livro “Grupo Mambembe: pequena história que virou canção”, segundo o qual também foram noticiados pela Folha de São Paulo, na matéria “Censura veta duas músicas em Minas”, do dia 30/06/1971, e pelo Jornal Movimento, em sua edição de 9 a 15/07/1979. Contudo, não foi possível obter documentos que comprovassem, de forma definitiva, a veracidade dos fatos.

Banda Pendulum

A banda *Pendulum* foi fundada em 1971 e teve entre seus integrantes Emanuel de Oliveira César, Roberto de Oliveira César, Jaime Mol, João Suriadakis, Reinaldo Marques, Idejair Pereira, Acari João Antônio Gonçalves. O grupo tocava músicas de artistas nacionais e estrangeiros em festas, bailes e *eventos* promovidos por clubes e por particulares em Minas Gerais. No afã de possuir equipamentos de som de maior qualidade, e diante das restrições às importações impostas pelo governo, o grupo fazia compras no “mercado negro”. Nessa época, era notória a escassez de bons equipamentos de som em Belo Horizonte; por isso, a banda emprestava os seus a amigos que promoviam eventos; a artistas vindos de fora para se apresentar em Minas Gerais; a estudantes do DCE da Universidade Católica e da UFMG, que os utilizavam em suas reuniões e manifestações.¹⁴⁷

Em determinado momento, o *Pendulum* foi convidado para acompanhar o grupo estadunidense *The Platters* em sua temporada no Brasil. As apresentações seriam na boate *Playboy*, em Belo Horizonte. Entretanto, Emanuel de Oliveira César, um dos fundadores da banda, relata que, um dia, em janeiro de 1977, o grupo chegou à boate e viu que todo o seu equipamento havia sido danificado com ácido sulfúrico. Por meio do jornalista João Euclides Prata Salgado, amigo do grupo, os artistas tiveram acesso ao chefe de polícia Prata Neto e perguntaram-lhe o que fazer. A orientação de Prata Neto foi que a banda comprasse outro equipamento e não tocasse mais no assunto. Diante disso, junto com seu advogado Abraão Bentes, o grupo decidiu não abrir um processo criminal.¹⁴⁸

Três meses mais tarde, em abril de 1977, o *Pendulum* se apresentava no Restaurante Largo do Baeta (Av. João Pinheiro, 141, Belo Horizonte). Durante a apresentação, agentes da polícia chegaram ao local, solicitando que fosse abaixado o volume do som. A ordem não foi acatada pelo dono do Restaurante, Augusto Baeta, que a considerou infundada, já que o Restaurante estava localizado em zona não residencial. Os policiais invadiram o local e, diante do público, destruíram violentamente os equipamentos e instrumentos dos artistas.¹⁴⁹

O primeiro episódio, ocorrido na boate Playboy, foi noticiado pelo Jornal Estado de Minas.¹⁵¹ Entretanto, o segundo episódio, ocorrido no Restaurante Largo do Baeta, não teve cobertura da mídia. Esses eventos foram mencionados no livro “Estamos vivos, a volta será pior. O DNA do terrorismo de direita em Minas”, de Betinho Duarte, que relata ter recebido correspondência de Emanuel de Oliveira César relatando os fatos.¹⁵² O artista Emanuel de Oliveira César confirmou e detalhou o relato em depoimento prestado à Comissão da Verdade em Minas Gerais – Covemg.¹⁵³ Entretanto, outras provas não puderam ser obtidas.

O disco JK em Serenata

Em 1968, Juscelino Kubitschek de Oliveira, foi procurado por Serafim Jardim, que lhe propôs participar do lançamento de um disco de modinhas diamantinas. Juscelino aceitou a proposta e o disco foi lançado sob o nome “JK em Serenata”. A capa do disco continha fotos de Juscelino e na primeira faixa uma mensagem lida por ele. O disco foi gravado e distribuído pela gravadora Bemol, sediada em Belo Horizonte.



Figura 12 – Capa do disco “JK em Serenata”. Fonte: Arquivo pessoal de José Alexandre Salles.



Entretanto, Serafim conta que um agente da censura teria sugerido que o disco não fosse distribuído às lojas, motivo pelo qual teriam sido contratados vendedores para oferecê-lo de porta em porta. Em Brasília, um vendedor teria oferecido o disco a um coronel do Exército, que o confiscou e “interditou a gravadora, levando o estoque lá existente da peça, um acetato subversivo.”¹⁵⁴

O fato foi noticiado na mídia,¹⁵⁵ porém, outras provas não puderam ser obtidas.

Relação dos veículos de comunicação existentes em Belo Horizonte durante a ditadura

Diário Oficial Jornal Minas Gerais: foi criado em 1892, como órgão oficial do Estado. Teve a colaboração de grandes nomes da política e literatura, em especial quando, em 1966, foi criado o Suplemento Literário de Minas Gerais, que teve grande repercussão, sobretudo no meio literário. O Suplemento circulou até 1993, na forma de um encarte semanal do Jornal Minas Gerais, quando teve sua publicação interrompida, retornando em 1994. Nesta nova fase, com periodicidade mensal, passou para o comando da Secretaria de Estado da Cultura, com nova numeração e circulando até hoje sob o título “Suplemento”. Em 1975, com Wander Pirolli na direção, o encarte ganha notoriedade, mas, em maio do mesmo ano, a direção da Imprensa Oficial informa que o Suplemento seria reformulado, sem haver previamente consultado seu diretor, que se demite.

Estado de Minas: em 1928, Pedro Aleixo, Mendes Pimentel e Juscelino Barbosa compraram as oficinas do Diário da Manhã, que deram origem ao Estado de Minas. Pedro Aleixo era advogado e político e fazia oposição ao prefeito da capital, Cristiano Machado. O jornal nasce com a intenção de articular um sentimento de ser mineiro, pautado nos ideais da Inconfidência. A crise financeira e os baixos investimentos de publicidade inviabilizam a manutenção do jornal. Em maio de 1929, foi incorporado aos Diários Associados, por Assis Chateaubriand. Dario de Almeida Magalhães, Milton Campos e Abílio Machado se juntaram para viabilizar o novo jornal. Pedro Aleixo e outros políticos continuaram integrando o jornal, como colaboradores. Em 1964, o grupo Diários Associados já era um dos maiores do Brasil. De acordo com Ângela Carrato:

Em 1964, os dirigentes dos Associados em Minas não foram apenas apoiadores do golpe civil-militar foram conspiradores de primeira hora [...] “Uma vez no poder, os dirigentes dos Associados perseguiram seus concorrentes na mídia – entre 1964 e 1970, quase uma dezena de jornais foram fechados



ou fecharam em Belo Horizonte – além de terem pedido a prisão de centenas de jornalistas, intelectuais, sindicalistas, estudantes e militantes de esquerda.¹⁵⁶

Um trabalho da Universidade Federal de Juiz de Fora mostra que, nos primeiros momentos da ditadura, o Estado de Minas teve posturas ambíguas. De elogios expressos, em 02/04/1964 passa, em agosto do mesmo ano, ao ataque direto a Castelo Branco, quando este fala da intenção de criar uma fábrica estatal de papel.¹⁵⁷ No entanto, outros trabalhos acadêmicos mostram que:

[...] o Estado de Minas esteve plenamente identificado com os governos revolucionários. [...] Pequenas considerações críticas em nada prejudicaram o relacionamento do jornal com os governantes oriundos das forças armadas, apoiadas e prestigiadas como responsáveis pela ordem e integridade do país.¹⁵⁸

Diário da Tarde: criado em 1931, conhecido como DT, pertencia ao grupo Associados e encerrou suas atividades em 2007. Fábio Proença Doyle foi seu diretor por mais de 26 anos e tinha a preocupação de fazer um jornal voltado para questões “mais corriqueiras da vida das cidades”. Atingiu as cidades do entorno de Belo Horizonte. Criou a Coluna da Mulher, em 1949, e uma coluna do funcionalismo público, em 1962.

Idealizado e criado como um diário vespertino, o Diário da Tarde era um jornal de textos de leitura fácil, diagramação que privilegiava fotos e ilustrações – e foi, desde o seu lançamento, leitura diária obrigatória dos taxistas de Belo Horizonte e dos amantes do futebol.¹⁵⁹

Foi substituído pelo tabloide Aqui, em 2007.

Diário do Comércio: fundado em 1931, na forma mimeografada, como “Informador Comercial”. Informava sobre cargas que chegavam ou saíam de Belo Horizonte pela estrada de ferro Central do Brasil. Passou a chamar-se Diário do Comércio em 1934, quando foi adquirido por José Costa. Único jornal do estilo em Minas Gerais, foi pioneiro em inovações tecnológicas: o primeiro a adotar o *off-set* (1967) e os sistemas computadorizados de edição eletrônica (1989). Participou de campanhas como a da criação da CEMIG, da USIMINAS e da AÇOMINAS. É um jornal voltado para a economia mineira. Ainda é o único jornal comercial do estado. O semanário gratuito, Jornal de Casa (1976-1982), com objetivo bastante comercial, foi uma iniciativa desse grupo e teve grande repercussão nos bairros de classe média de Belo Horizonte.



O Diário: fundado pela Igreja Católica, em 1935, era conhecido como Diário Católico e fazia oposição à ditadura de Vargas. Recebeu benção do Papa Pio XI, em nota reproduzida pelo Jornal. Teve a colaboração de importantes figuras da política, como João Franzen de Lima, Guilhermino César, Edgard da Mata Machado, João Etienne Filho, e diversos outros. Em 1972, sai do controle da Igreja Católica, passando às mãos de Afonso Paulino, como sócio majoritário. Muda de nome para Jornal de Minas, parando de circular em 1994.

Diário de Minas: foi fundado por Otacílio Negrão e, após sua morte, em 1960, passou por várias diretorias. Pertenceu a Magalhães Pinto e ao grupo Jornal do Brasil, em 1962. Voltou, depois, ao grupo de Magalhães Pinto que, em 1969, vendeu-o a Januário Carneiro que, por problemas financeiros, não conseguiu mantê-lo. O Tribunal Regional Eleitoral proibiu que o jornal circulasse enquanto durassem as eleições, o que também inviabilizou sua continuidade.

Correio de Minas: fundado em 1961, por José de Araújo Cotta, a convite de Gilberto Faria e de Tancredo Neves, contou com uma equipe formada por grandes jornalistas como Guy de Almeida, Fernando Gabeira, Ivan Ângelo, entre outros. Passou às mãos de Samuel Weiner¹⁶⁰, diretor do Jornal Última Hora, e foi fechado em julho de 1964.

Jornais alternativos

Binômio: surgido em fevereiro de 1952, a partir de uma iniciativa de José Maria Rabelo e Euro Arantes, o semanário combinava humor e crítica política de forma irreverente, utilizando charges e muita ilustração. De acordo com seus idealizadores, o jornal passou por três fases até seu fechamento, em 1964.¹⁶¹ A primeira foi a fase de características humorísticas, que teve como grande alvo o governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek. A segunda fase coincidiu com o governo de Bias Fortes, quando o Binômio fez uma oposição política bastante “dura e áspera”. Na terceira fase, a tentativa de golpe contra a democracia já estava em curso e o Binômio foi porta-voz das reformas de base do governo João Goulart. A iminência de um governo ditatorial obrigou os criadores e grande parte dos colaboradores do Binômio a deixarem o País. O jornal foi digitalizado pela biblioteca da UFMG e encontra-se disponível no *site* da Instituição.

De Fato: criado por um grupo de jornalistas jovens, egressos da grande imprensa, em 1976, o De Fato pretendia criar um espaço de autonomia para o exercício profissional do jornalismo. Seus idealizadores acreditavam ser necessário lançar-se na luta contra a grande imprensa, em seu processo de “assujeitamento” do profissional.¹⁶² Suas matérias denunciavam as más condições de vida da



população, os crimes da ditadura e apoiavam as campanhas pela anistia e pela assembleia constituinte. O De Fato existiu até o final de 1978.

Jornal dos Bairros: (1976-1981). Em 1976, o Jornal dos Bairros nasce em uma fase da ditadura na qual os movimentos sociais começam a se reorganizar. Muitas iniciativas como essa surgem em meados da década de 1970, como resposta a uma mobilização da sociedade brasileira após a vitória do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), em 1974, e também em vista a menor rigidez da censura à Imprensa nessa época.

Além dos jornais com características de imprensa informativa, outras publicações aconteceram e foram reprimidas durante a ditadura militar. Propostas e editadas por grupos culturais, organizações e iniciativas sociais, eram impressos que dependiam de muito trabalho voluntário, seja na sua produção, seja na sua distribuição. Entre esses, destacam-se: Revista *Circus*, Jornal O Vapor, Revista Silêncio.

Revistas

Apesar de existirem algumas revistas editadas em Belo Horizonte, na década de 1960, não foram identificados atos de censura que justifiquem a inclusão neste Relatório. Seria recomendável, contudo, o aprofundamento dos estudos sobre esse tipo de periódico. Alguns títulos identificados:

Alterosa: criada pelo jornalista Miranda e Castro, em 20/08/1939, passou às mãos de Magalhães Pinto, governador de Minas Gerais, em 1962, a ser dirigida pelo jornalista e escritor Roberto Drummond. Foi editada mensalmente, entre 1939 e 1964, pela Sociedade Editora Alterosa Ltda., em Belo Horizonte. A Revista viveu duas fases bem distintas. Inicialmente, foi mais voltada para o público feminino, com assuntos de moda, culinária, literatura, rádio e cinema. Também as colunas sociais eram constantes, assim como notícias e entrevistas com celebridades. Chegou a ter uma tiragem de 30 mil a 40mil exemplares. A partir de 1962, sob a direção de Roberto Drummond, houve uma modificação do perfil editorial, e questões mais políticas passaram a ganhar espaço na revista. Questões nacionais e internacionais começam a aparecer.

Entre efetivos e colaboradores, Roberto escalou uma equipe afiada, da qual faziam parte Jorge Amado, Otto Lara Resende, Fernando Gabeira, Ivan Ângelo e o cronista Carlos Wagner [...]. Roberto Drummond mexeu à vontade na publicação que recebera. [...]. Como tantas outras publicações brasileiras, a Alterosa acabou quando secaram determinados projetos políticos de seus donos. No caso, Magalhães Pinto, um dos



líderes civis do golpe militar, viu se esfumarem seus planos de chegar à presidência da República – e, nesse momento, seu empreendimento editorial deixou de fazer sentido.¹⁶³

É nessa mesma época que o cartunista Henfil aparece como colaborador. Existe uma tentativa de modernização do periódico, mas ao que tudo indica a intenção do governador de Minas era a de ter mais espaço para a divulgação de suas ideias, especialmente, aquelas relacionadas com o combate às reformas de base em discussão à época. Às vésperas do golpe militar de 1964, a Revista deixa de circular.

Sucursais

Nos anos 1970, no jornalismo impresso assiste-se ao crescimento de quatro publicações do Rio de Janeiro e de São Paulo, com pretensões de alcance nacional. Para tanto, lançam mão de uma estratégia empresarial importante: a utilização das sucursais. Além dos jornais O Globo, Jornal do Brasil, Estado de São Paulo e Folha de São Paulo, as revistas semanais informativas também se utilizam das sucursais.

Em seu livro “Sucursal das incertezas”, José de Souza Castro fala de sua experiência com a chegada das sucursais a Belo Horizonte:

Quando fui trabalhar na sucursal mineira do Jornal do Brasil, em junho de 1972, uma das coisas que me impressionou foi como era fácil transmitir nossos textos para a sede, no Rio, através de um telex ligado ponta a ponta. Havia dois aparelhos de telex, mas um deles tinha que ser discado. Com o ponta a ponta nas sucursais dos grandes jornais e revistas, Minas não vivia isolada do resto do país e do mundo.¹⁶⁴

O fim das sucursais de jornais do Rio e de São Paulo em Belo Horizonte foi um dos efeitos do Plano Collor:

O fim das sucursais em Belo Horizonte, nos anos 1992 e 1993, foi mais ou menos assim: no Estadão éramos seis repórteres, entre eles, desde 1986, eu. Aí, após já uns dois anos do advento da informática na redação, apareceram, em 91, uns caras caretas de terno e muito sorridentes, lá de Sampa. Vinham esses homens “pra ajudar a melhorar tudo pra nós”, armados pelos mais vastos conhecimentos da moderníssima qualidade total. Assim acreditamos e assim respondíamos a todas perguntas, mais pra entusiasmados do que pra desconfiados com as “mudanças”. [...] “Vejam vocês



que, exatamente em plena véspera de Natal de 1991, quatro de nós foram demitidos. Ficamos eu e Paulinho Assunção. Em março seguinte, só restava Paulinho, pouco depois substituído por um correspondente. Fim da sucursal.¹⁶⁵

Emissoras de rádio em Belo Horizonte

Rádio Mineira (AM 690): existem divergências nas fontes consultadas sobre a data de criação da Mineira. Ao que tudo indica, a Rádio fez pequenas transmissões, em caráter experimental, entre os anos de 1927 e 1931, utilizando as antenas do serviço radiotelegráfico da rede Mineira de Viação e um equipamento desativado da Rádio Nacional.¹⁶⁶ No entanto, ela só entrou no ar oficialmente em 1931, quando obteve autorização. Idealizada a pedido do presidente do Estado de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1926-1930), por Lindolpho Espeschit, então funcionário da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, a emissora desempenhou importante papel na divulgação do ideário da Aliança Liberal, em preparação para a eclosão da Revolução de 1930.

Nos anos 1940, a Mineira foi incorporada ao grupo dos Diários Associados, onde viveu a sua plenitude, no período de 1965 a 1969.¹⁶⁷ A base da programação era feita de música e informação, dentro de um estilo mais coloquial, fugindo do padrão do então consagrado Repórter Esso.

Em meados dos anos 1970, a Rádio Mineira entrou em declínio, após uma forte alteração em sua programação. A sua maior concorrente nessa época (a Guarani) pertencia ao mesmo grupo Associados que, ao que tudo indica, fez a opção de “[d]inamitar a Mineira porque havia ultrapassado a audiência da Guarani. Essa era a ordem da direção e uma das saídas foi acabar com o jornalismo. Em pouco tempo, a Mineira perdeu audiência.”¹⁶⁸

No início de 1980, foi adquirida por Marco Aurélio Jarjour Carneiro, proprietário da Radio Del Rey FM que, logo depois, em 1983, vendeu a emissora ao psiquiatra e educador Wellington Armanelli. Em 2002, uma ação judicial (trabalhista) retira a emissora do ar.

Radio Guarani (AM 1190 e FM 96,5): fundada por Lauro de Souza Barros, em agosto de 1936, foi incorporada, em 1942, aos Diários e Emissoras Associados, de Assis Chateaubriand, que já detinham o controle da Rádio Mineira. Rádio generalista, foi reconhecida, desde seu início, como uma estação de serviços. Seu *slogan* era “a voz do povo” e foi considerada a maior do gênero no País. Até o final da década de 1970, teve uma programação que se destacava como uma



das melhores do País. Um dos seus diretores, Rômulo Paes, um compositor de marchinhas e grande apreciador das noites de Belo Horizonte, fez história com “A Hora do Recruta”, que lançou muitos talentos no cenário da música e teatro.

Nessa mesma linha musical, a Guarani, já como estação FM, foi a favorita de um segmento da população de Belo Horizonte, com seu programa “Um Toque de Clássicos”, apresentado diariamente das 12 às 13h45min, com uma seleção de músicas clássicas do mundo inteiro.

A Guarani saiu do ar em 2015, dando lugar à Rádio Feliz (96,5 FM), retransmissora de um grupo da Igreja Evangélica.

Radio Inconfidência (AM 880 e FM 100,9): emissora estatal, criada em setembro de 1936, sob o governo de Benedito Valadares, tinha como objetivo usar o rádio como forma de unir a capital ao interior. A Inconfidência fez e ainda faz história com seus programas de auditório, ídolos, humor, etc. O programa “A Hora do Fazendeiro”, lançado na semana seguinte à da fundação da emissora, foi seu programa de maior audiência, que permanece no ar até hoje.

A emissora completou, em 2016, 80 anos e continua sob o controle do governo de Minas, transmitindo em AM e FM, agora com alterações de foco entre elas. Ainda que se possa dizer que ambas apresentam um jornalismo forte, a emissora AM tem uma programação mais popular, focando no público adulto das classes C, D e E, enquanto a FM, chamada “Brasileiríssima”, é especializada em música nacional, visando um público mais elitizado. Em ambas, a busca de uma relação direta com os ouvintes é valorizada, como exemplificam A Hora do Fazendeiro, na AM, e o programa Bazar Maravilha, na FM. De acordo com alguns autores, a Rádio sempre foi uma alavanca para os governos do Estado.¹⁶⁹

Radio Itatiaia (AM 610 e FM 95,7): emissora comercial fundada por Januário Carneiro, em 1951, com autorização inicial para a cidade de Nova Lima. Já em 1952, obteve uma licença, do então presidente Getúlio Vargas, para funcionar em Belo Horizonte. Seu idealizador e fundador foi reconhecidamente um dos nomes mais importantes do mundo do Rádio, tendo obtido reconhecimento nacional.

Com um foco muito grande no esporte e no noticiário, essa emissora já inaugurou suas atividades com uma diferença em relação às concorrentes. Desde 1957, a emissora não sai do ar. Enquanto as demais paravam de funcionar à meia noite, a Itatiaia mantinha sua programação durante as 24 horas do dia. Outra atitude ousada e que diferenciou a Itatiaia foi inaugurar, em 1959, as transmissões a partir do exterior, cobrindo um campeonato sul-americano de futebol ocorrido na Argentina.



Muitas outras histórias fazem da Itatiaia uma emissora respeitada na radiofonia mineira. Seu objetivo principal sempre foi o esporte, o jornalismo e a prestação de serviços. Na década de 1970, a Rádio já estava bem consolidada no cenário radiofônico de Minas, tendo incorporado outras emissoras e um canal de TV. Como as demais emissoras, teve de se submeter às exigências da censura durante o período da ditadura.¹⁷⁰ As entrevistas feitas com os profissionais da Itatiaia mostram uma aproximação com o grupo político que lutava pelas Diretas Já, sugerindo uma atitude de respeito e liberdade, traduzida no *slogan* da Itatiaia: “Nós vendemos espaço, não vendemos opinião.”

Rádio Cultura (AM 830): fundada por Milton Lopes Cury, em 1963, obteve, ainda nos primeiros anos, uma parceria com Januário Carneiro, passando a operar em frequência maior. Durante os anos 1960-1970, teve muita penetração entre os jovens, transmitindo programação musical e informações sobre vestibular. O advento da FM prejudicou a emissora, que foi comprada pela Igreja Católica em 2004, grupo ao qual pertence (Rede Catedral de Comunicação Católica).

Rádio Globo BH (AM 1150): emissora do sistema Globo, que iniciou suas atividades como Rádio Tiradentes, em 1974. Na década de 1980, passou a ser chamada Globo BH, nos anos 1990, mudou para CBN e, em 21/04/2002, voltou a ser Rádio Globo. Desde julho de 2013 vem colocando, aos poucos, a programação local (visando concorrer com emissoras tradicionais na capital mineira como Inconfidência e Itatiaia).

Rádio Favela (FM 106,7): criada clandestinamente em 1979,

com o objetivo de reduzir a violência na região da Vila Fátima, no conglomerado de 11 favelas, local onde está instalada. Em mais de 20 anos de existência, a rádio foi fechada várias vezes pela polícia, mas sempre esteve no ar, conquistando o apoio da gente do morro e a simpatia de outros setores da sociedade. Um dos fundadores da rádio é Nerimar Wanderley Teixeira. Em fevereiro de 2000 a Rádio Favela foi autorizada pelo Ministério das Comunicações a operar como emissora educativa. O diretor e um dos fundadores da Rádio Favela é Misael Avelino dos Santos: “Agora com a concessão você tem que ficar medindo palavra, tem que ir à reunião que não vale nada tem que ouvir ‘ah, você é da Rádio Favela, você tem concessão’. O que acontece com isso ? Isso não traz resultado só traz canseira, conta para pagar, certo?”¹⁷¹



Canais de Televisão

TV Itacolomi: inaugurada em novembro de 1955, a TV Itacolomi foi mais uma iniciativa dos Diários Associados. Denominada “a melhor da América do Sul”, de acordo com o Estado de Minas de 09/11/1955, é extinta em 18/07/1980. Sua concessão foi cassada, bem como a de mais dez outras do grupo, em razão de vários problemas administrativos e financeiros que foram sendo acumulados.

TV Alterosa: a TV Alterosa foi fundada em março de 1962 e, dois anos mais tarde, foi incluída no grupo Associados. A Alterosa participou da Rede de Emissoras Independentes (REI), que era liderada pela TV Record de São Paulo, de propriedade de Paulo Machado de Carvalho. Em 1972, parte da Record é adquirida por Silvío Santos que, em 1981, cria o Sistema Brasileiro de Televisão, o SBT, que encampa também a Alterosa.

TV Belo Horizonte: criada em 1963 pela “Emissoras Unidas” que, em 1968, é comprada pela “Organizações Globo”, passando a operar como TV Globo Minas.

TV Vila Rica: inaugurada em 1967, como concessão para o Banco Real, era ligada à TV Excelsior de São Paulo, em um projeto que visava a formação de uma rede nacional. Em 1976, a TV Vila Rica passa a se chamar TV Bandeirantes Minas e integra a Rede Bandeirantes de Televisão, hoje BandMinas.

TV Manchete de Belo Horizonte: em junho de 1983, a Bloch Editores cria, em Belo Horizonte, a TV Manchete de Belo Horizonte, no lugar da extinta TV Itacolomi.

Rede Minas: criada por Decreto estadual, em 1984, parte da Fundação TV Minas Cultural e Educativa teve como primeiro diretor o jornalista Guy de Almeida. Retransmite programação da TV Brasil e TV Cultura. Em 1985, são realizadas as primeiras produções locais, sendo uma delas “Momentos de Minas” que, depois passaria ao Jornal de Minas. Em 1987, amplia as produções locais e passa a ter um alcance maior até o sul de Minas.

NOTAS

1. SOARES, Glauco A. Dillon. *A Censura durante Regime Autoritário*. São Paulo, RBCS nº 10. Vol. 4 jun. 1989.
2. Ver entrevista de Pablo Ortellado, no programa "Diálogos com Mário Sérgio Conti", da *Globo News*, exibido em 1º/06/2017.
3. FICO, Carlos. *Prezada censura: cartas ao regime militar*. Topoi, Rio de Janeiro, dezembro 2002, pp. 251-286
4. Ato Institucional nº 5 de 13 de dezembro de 1968: São mantidas a Constituição de 24/01/1967 e as Constituições Estaduais; o Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências.
5. Fico, 2002; Samways, 2008; Kucinsky, 2002
6. SAMWAYS, IX ANPUH-RS, 2008, p.4.
7. LOPES, 2009, p. 13
8. ALMEIDA, 2014, p. 5
9. Almeida cita os trabalhos "Na tessitura da cena a vida" de M. Céres P.S. Castro e "A casa amena de Assis" de Ângela Carrato, que "abordam o tema de forma tangencial" e o trabalho de Silva (2011) que aborda a censura em dois jornais de Montes Claros.
10. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=4153>.
11. ALMEIDA (2014, P. 25-27) e *Jornal O Diário*, de 14/12/1968.
12. Esses dados foram coletados em diferentes fontes documentais e trabalhos acadêmicos dentre os quais destacamos: *Catálogo dos Meios de Comunicação de Massa de Belo Horizonte: 1930-1987*. UFMG, Departamento de Comunicação Social, Belo Horizonte, 1989.
13. CASTRO, 1997 p.64.
14. CASTRO, 1997 p.76
15. CASTRO, 1997 p.73
16. RODRIGUES, 2011
17. A propósito: Veja nasceu em meio à ditadura militar que tomou o poder em 1964, na tentativa de trazer um formato diferenciado das revistas informativas que existiam até então. No entanto a representação desta modernidade não escapou de um reforço na descrição da atuação dos jovens em plenos ventos do furacão promovido pelo AI-5. Mesmo assim, como ocorreu com os demais segmentos jornalísticos, a revista sofreu a intervenção do poder público, numa verticalização incorporada em algumas redações sob a forma de censura prévia. (KLANOVICZ, 2010). Ver também: CIVITA, 2013
18. CASTRO, 1997 p.79
19. BAUM, 2004, p. 119.
20. CIACCIA, 2012.
21. Idem.
22. Idem
23. Ver BAUM (2004) e CACCIA (2012).
24. Existem informações divergentes em relação à criação da Rádio Mineira: teria havido uma fase experimental entre 1925 e 1927, e uma inauguração oficial entre 1930 e 1931.
25. MOURA in PRATA, 2010
26. CARVALHO, 1992.
27. BUCCI, 2004 Uma discussão sobre o papel da televisão em nossa sociedade é apresentada no livro "Videologias: ensaios sobre televisão", de Eugenio Bucci e Maria Rita Kehl, obra que mostra como a televisão tornou-se onipresente no mundo de hoje. Marilena Chauí, no prefácio desse livro, afirma: "Livro inovador e instigante, contra a violência fetichista do imaginário, Videologias nos convida ao trabalho do pensamento contra a violência política dos meios de comunicação, nos convida à busca de uma cultura democrática."
28. OLIVEIRA VAZ, 2008 *apud* LINS, 2011
29. CAMPELO, 2010, p. 222-223.
30. Apesar de autores reconhecerem que esse fato influenciou na programação da época, isso não impediu que a "improvisação" fosse uma marca nos primórdios do fazer televisivo.
31. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=4153>.
32. Almeida (2014)
33. Almeida, 2014, p.26
34. Almeida, 2014, p. 29
35. Depoimento do Jornalista Carlos Lindenberg na Audiência Pública sobre Censura aos Meios de Comunicação, realizada pela Covemg, em 23/03/2017.
36. Depoimento do jornalista Manoel Guimarães na Audiência Pública sobre Censura aos Meios de Comunicação realizada pela Covemg, em 23/03/2017.
37. Depoimento do jornalista Washington Melo, na Audiência Pública sobre Censura aos Meios de Comunicação, realizada pela Covemg, em 23/03/2017.
38. SILVA *et. al.*, 2008,
39. Depoimento do jornalista Aloisio Morais, na Audiência Pública sobre Censura aos meios de Comunicação, realizada pela Covemg, em 23/03/2017.
40. Depoimento prestado à Covemg, pelo Jornalista Fábio Martins, em 19/04/2017.
41. Depoimento da jornalista Vilma Fazito na Audiência Pública sobre Censura aos Meios de Comunicação, realizada pela Covemg em 23/03/2017.
42. Depoimento do jornalista Fábio Martins, coletado pela Covemg, em 19/04/2017.
43. A questão dos atentados a jornais, bancas de revistas e ao Sindicato dos Jornalistas foi tratada no relatório "Comissão da Verdade em Minas Gerais: um ano de atividades", pela subcomissão de Atentados Terroristas. Disponível em: <<http://www.comissaodaverdade.mg.gov.br/images/documentos/Relatorio%20Covemg%20Digital%203.pdf>>..
44. ALMEIDA, 2014.
45. Depoimento do jornalista Carlos Lindenberg na Audiência Pública sobre Censura aos Meios de Comunicação, realizada pela Covemg, em 23/03/2017.
46. ALMEIDA, 2014.
47. Depoimento de Carlos Lindenberg na Audiência Pública sobre Censura aos Meios de Comunicação, realizada pela Covemg, em 23/03/2017.
48. Depoimento da jornalista Vilma Fazito na Audiência Pública Censura aos Meios de Comunicação, realizada pela Covemg, em 23/03/2017.
49. Depoimento da jornalista Vilma Fazito na Audiência





- Pública sobre Censura nos Meios de Comunicação, realizada pela Covemg, em 23/03/2017.
50. Depoimento do jornalista Washington Mello na Audiência Pública Censura aos Meios de Comunicação realizada pela Covemg, em 23/03/2017.
 51. Termo popular que designa “coturno” ou “bota militar”.
 52. Mensagem de e-mail de Kerison Lopes enviada à Coordenadora da Subcomissão, Maria Céres Pimenta Spinola Castro em 18/08/2017.
 53. Relatório da Comissão da Verdade – Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais. Belo Horizonte, out.2013/janeiro 2014. pp. 70-76.
 54. Depoimento prestado à Covemg, pelo jornalista José Maria Rabelo.
 55. Idem
 56. Idem
 57. Idem
 58. Empastelar: Por extensão, empastelamento também é o ato de “invadir uma gráfica ou redação de jornal para inutilizar o trabalho em curso, danificar equipamentos e materiais”, como define o Houaiss. Desta forma, o empastelamento consiste na forma violenta de impor o silêncio de um jornal ou publicação pela destruição de seus equipamentos de tal forma que o jornalista Alberto Dines o compara como sendo o linchamento aplicado a um meio de imprensa.
 59. Depoimento prestado à Covemg, pelo jornalista José Maria Rabelo.
 60. Idem
 61. Depoimento prestado pelo jornalista Nilmário Miranda, na Audiência Pública Censura aos Meios de Comunicação, realizada pela Covemg, em 23/03/2017.
 62. Esse atentado é mencionado no relatório “Comissão da Verdade em Minas Gerais: um ano de atividades”, p.90. Disponível em: <<http://www.comissaodaverdade.mg.gov.br/images/documentos/Relatorio%20Covemg%20Digital%203.pdf>>.
 63. Depoimento prestado pela jornalista Mirian Chrystus na Audiência Pública Censura aos Meios de Comunicação, realizada pela Covemg, em 23/03/ 2017.
 64. Depoimento do jornalista Aloisio Morais, na Audiência Pública realizada pela Covemg, em 23/03/de 2017
 65. Ver Relatório “Comissão da Verdade em Minas Gerais: um ano de atividades”, p.90. Disponível em: <<http://www.comissaodaverdade.mg.gov.br/images/documentos/Relatorio%20Covemg%20Digital%203.pdf>>.
 66. Depoimento prestado pelo jornalista Aloisio Morais na Audiência Pública Censura aos Meios de Comunicação, realizada pela Covemg, em 23/03/2017.
 67. SANTOS, A. Oswaldo de Araújo. Suprimento para a travessia. In: Suplemento Literário do Minas Gerais. 50 anos. Edição Especial. Outubro de 2016. Secretaria de Cultura de Minas Gerais. p. 3-5.
 68. Suplemento Literário do Minas Gerais. 50 anos. Edição Especial. Outubro de 2016. Secretaria de Cultura do Estado de Minas Gerais.
 69. Novaes, 2014
 70. Suplemento Literário do Minas Gerais. 50 anos. Edição Especial. Outubro de 2016. Secretaria de Cultura do Estado de Minas Gerais.
 71. WERNECK, H.1992
 72. SOARES, 1998
 73. BRASIL, 1932b, art.32
 74. BRASIL, 1934a
 75. Idem
 76. BRASIL, 1934c
 77. BRASIL1937, art.122, nº15
 78. BRASIL, 1939a, art. 2º, letra
 79. Ver Decreto nº 24.651
 80. BRASIL, 1939b
 81. Ver BRASIL, 1932a, art. 3º, letra e.
 82. BRASIL, 1946b, art. 141,
 83. BRASIL, 1946a
 84. BRASIL, 1955.
 85. BRASIL, 1961
 86. Ver CAROCHA, 2006
 87. CAROCHA, 2006.
 88. BRASIL, 1965.
 89. Antes disso, conforme anteriormente dito, em virtude do Decreto 37.008, o Serviço de Censura de Diversões Públicas integrava as Delegacias de Costumes e Diversões.
 90. Art. 136, inc. VII. A composição e o funcionamento do Serviço de Censura são detalhados pelo Decreto, em sua Seção IV, arts. 175 a 183.
 91. Ver: art. 175, inc. I
 92. BRASIL, 1966
 93. Ver Constituição brasileira de 1967: inc. VII, letra d
 94. BRASIL, 1967.
 95. BRASIL, 1968a, art. 2º.
 96. BRASIL, 1979
 97. BRASIL, 1969b
 98. Ver: art. 8º, inc. VIII, letra d
 99. Ver: BRASIL, 1979
 100. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA.
 101. CAROCHA, 2006
 102. BRASIL, 1988
 103. Conforme exposto no documento *Living Theatre Declaration*, de 1970: “No mundo, hoje, há muitos movimentos buscando transformar esta estrutura – o Complexo Capitalista-Burocrático-Militar-Autoritário-Policial – em seu oposto: um Organismo Comunal-Não Violento. A estrutura cairá se pressionada no sentido correto. Nosso propósito é conceder apoio a todas as forças de libertação.” (Tradução nossa). Disponível em: <<http://www.worldhistory.biz/contemporary-history/79216-25-living-theatre-declaration-1970.html>>
 104. STARLING, 2008, p. 18.
 105. Judith Malina e Julian Beck
 106. STARLING, 2008, p. 22
 107. STARLING, 2008, p. 25-28.
 108. Idem, p.32
 109. ASSUMPÇÃO, 2008
 110. CARTA, 1971

111. ARAGÃO, 2009, p. 116, apud KAMINSKI, 2016.
112. VANUCCI, 2015.
113. O fato teve repercussão internacional. O Jornal *The New York Times*, em 03/07/1971, publica: “Brazilian police release Beck after drug raid.” A notícia informa sobre a prisão, sob acusação de uso e tráfico de drogas, de 21 integrantes do grupo teatral norte-americano *Living Theatre*, incluindo seus criadores, Julian Beck e Judith Malina, na cidade de Ouro Preto, Brasil.
114. MALINA, 2008.
115. TROYA in MALINA, 2008
116. Idem
117. Idem
118. Idem
119. Idem, p.63
120. Além do inquérito policial, o DOPS encaminhou ao juiz de Ouro Preto “553 gramas de maconha contidos em três invólucros de papel e um frasco de alumínio; 54 (cinquenta e quatro) comprimidos de Mandrix em suas embalagens originais.” (TJMG, Câmara Criminal, Ação Criminal nº 8724, fls. 45. Arquivo Covemg.)
121. MALINA, 2008. p.71
122. Thacyr Omar Menezes Sia é identificado por Ilion Troya como torturador de prisioneiros políticos (TROYA, 2008).
123. MINAS GERAIS, 1990
124. BRASIL, 1965
125. MALINA, 2008, p. 82
126. MINAS GERAIS, 1990.
127. Disponível em: <http://library.brown.edu/wecannotremainsilent/wp-content/uploads/2014/03/american-committee-for-the-defense-of-the-living-theater-letter.pdf>
128. TROYA in MALINA, 2008.
129. MALINA, 2008, p. 252.
130. Art. 7º. Os juízes recorrerão de ofício sempre que absolverem os acusados em processo por crime contra a economia popular ou contra a saúde pública, ou quando determinarem o arquivamento dos autos do respectivo inquérito policial. (BRASIL, 1951)
131. BRASIL, 1979b, p. 885.
132. MORAIS, 1997.
133. BRASIL, 1969ª.
134. BRASIL, 1979b, p. 798.
135. BRASIL, 1979b, p. 799.
136. BRASIL, 1979b, p. 800.
137. BRASIL, 1979b, p. 800
138. BRASIL, 1979b, p. 920
139. BRASIL, 2015
140. BRASIL, 2015.
141. Idem
142. Idem
143. Idem
144. Ver MINAS GERAIS, 1971
145. CAMARGOS, 2016, p. 147
146. Idem
147. CÉSAR, 2017.
148. Idem
149. Idem
150. Idem
151. NA BOATE, 1977
152. DUARTE, 2015, p. 410
153. CÉSAR, 2017.
154. SIQUEIRA, 1993.
155. ROCHA, 1977; ROCHA, 1977; FELIPE, 1977.
156. <https://www.facebook.com/estacaoliberalde/posts/427439484128894>
157. ARANTES, 2012
158. FERREIRA, s.d.
159. RUSSEL, 2007
160. Samuel Weiner foi jornalista e criador do Jornal Última Hora, periódico de grande circulação e que defendeu a posse de João Goulart, assim como as reformas de base propostas por ele. Teve seus direitos suspensos durante a ditadura militar, ficando exilado na França até 1967, quando voltou ao Brasil e assumiu novamente o Última Hora.
161. RABELO, 2017
162. MORAIS, 2017
163. WERNECK, 1992, p. 171
164. CASTRO, José de Souza. Sucursal das incertezas. <http://docplayer.com.br/28216064-Sucursal-das-incertezas.html>
165. D’AVILA, data apud CASTRO.
166. De acordo com Wanir Campelo, a Rádio Mineira fez, em 16/12/1925, a sua primeira transmissão. Para Nair Prata, a data inicial é fevereiro de 1927, em caráter experimental e, para Ângela de Moura, a entrada da emissora no ar, em caráter experimental, deu-se em novembro de 1929. Os três autores podem ser consultados em PRATA, 2010.
167. MOURA in PRATA, 2010
168. MOURA, apud PRATA, 2010, p. 14
169. CAMPELO, 2001
170. Porém, a primeira emissora a anunciar a movimentação das tropas foi a Itatiaia, por meio uma reportagem de Fábio Martins, radialista da época. “Eu fiz na noite de 30 de março de 1964 uma entrevista com o general Guedes, esse general foi o general que comandou as tropas de Minas que foram em direção a Juiz de Fora e lá se juntaram às tropas do general Mourão Filho e marcharam pelo Rio de Janeiro. [...] Então, o general Guedes e o general Mourão marcharam pelo Rio de Janeiro, depuseram o presidente da República e ele anunciou esta deposição na noite anterior, no dia 30. [...] Isso ficou lá na Rádio Itatiaia, eu não sei se eles têm cópia [...]” (NUNES, 2009).
171. PRATA, 2003.

